



PARTE E

INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Relatório n.º 12-D/2007

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Órgãos estatutários e responsáveis pelas unidades orgânicas

1 — Órgãos estatutários

Conselho directivo (a):

Presidente: Fernando Dias Nogueira.

Vice-presidente: António Manuel da Silva Osório.

Vogais:

Rodrigo Fernandes Homem de Lucena.

Rui Carlos Alvarez Carp.

Comissão de Fiscalização (b):

Presidente: Álvaro Pinto Correia.

Vogal: Manuel de Lima Dias Martins.

Revisor oficial de contas: José Rodrigues de Jesus.

Conselho consultivo (c):

Fernando Dias Nogueira (presidente do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal e presidente do conselho consultivo).

Eduardo da Silva Vieira (representante do Governo da Região Autónoma dos Açores).

João Manuel Gris Teixeira (representante do Governo da Região Autónoma da Madeira).

Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves (vice-governador do Banco de Portugal).

Carlos Manuel Tavares da Silva (presidente do conselho directivo da CMVM — Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

Joaquim António Carrapiço (presidente do Instituto do Consumidor).

Vasco Rodeia Torres Colaço (presidente da DECO — Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, representante de uma das associações de defesa dos consumidores).

Jaime Roque de Pinho d'Almeida (presidente da Associação Portuguesa de Seguradores).

Manuel Duarte Emauz de Vasconcelos Guimarães (Presidente da APFIPP — Associação Portuguesa de Fundos de Investimento de Pensões e Patrimónios).

António Manuel Vilela da Silva (presidente da APROSE — Associação Portuguesa dos Produtores Profissionais de Seguros, representante de uma das associações de mediadores de seguros).

João Tiago Praça Nunes Mexia (designado pelo Ministro das Finanças).

Luís Eduardo da Silva Barbosa (designado pelo Ministro das Finanças).

Maria do Carmo Portela Herédia Vieira da Fonseca (designada pelo Ministro das Finanças).

2 — Responsáveis pelas unidades orgânicas

Direcção de supervisão: António Manuel Egídio Reis.

Departamento de desenvolvimento: Gabriel Rodrigo Ribeiro Tavares Bernardino.

Departamento de estatística e controlo de informação: José Manuel Santos Pavão Nunes.

Departamento de registo: Maria Amélia Ponte Pereira Cabral Vicente.

Departamento de supervisão de empresas de seguros: António Manuel Egídio Reis.

Departamento de supervisão de fundos de pensões: Maria Amélia Ponte Pereira Cabral Vicente.

Departamento administrativo: Paulo Manuel Rocha Líbano Monteiro.

Departamento de atendimento e comunicação: Rui Manuel Lopes Fidalgo.

Departamento de documentação: Otilia Maria Coelho Guimarães Silva.

Departamento financeiro: Maria Jacinta Dias.

Departamento jurídico: Pedro César Costa Borges.

Departamento de qualidade: Luís Manuel Costa Santos.

Departamento de recursos humanos: Armando José Pinheiro Santos.

Departamento de relações internacionais: António José Marreiros Pinheiro Ramos.

Departamento de sistemas de informação: Gil Manuel da Gama Lobo Salema da Costa.

Departamento do FAT: Célia Maria Jesus Gomes Correia Matos.

Departamento do FGA: José Carlos Simões Ferreira Marques.

Delegação do Porto: Isabel Cristina Baptista Carrola (a título provisório).

(a) Por resolução n.º 95/2006 do Conselho de Ministros, de 13 de Setembro, foi nomeado o Dr. Fernando Dias Nogueira para o cargo de presidente do conselho directivo.

Por resolução n.º 105/2006 do Conselho de Ministros, de 30 de Novembro, foi renovado o mandato do Dr. António Manuel da Silva Osório para o cargo de vice-presidente do conselho directivo.

Por resolução n.º 105/2006 do Conselho de Ministros, de 30 de Novembro, foi renovado o mandato do Dr. Rodrigo Fernandes Homem de Lucena para o cargo de vogal do conselho directivo.

Por resolução n.º 62/2002 (2.ª série) do Conselho de Ministros, de 11 de Julho, foi nomeado o Dr. Rui Carlos Alvarez Carp para o cargo de vogal do conselho directivo.

(b) Nomeados por despacho n.º 230/2005 (2.ª série) do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 10 de Dezembro de 2004.

(c) Designados nos termos do artigo 23.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado por Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro.

Mensagem do presidente

O Instituto de Seguros de Portugal tem por missão assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e de fundos de pensões em Portugal, por forma a contribuir para a garantia da protecção dos tomadores de seguro, pessoas seguras, participantes e beneficiários.

Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade financeira de todas as instituições sob a sua supervisão, bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores (empresas de seguros e resseguros, sociedades gestoras de fundos de pensões e mediadores de seguros).

Em 2006, o Instituto de Seguros de Portugal continuou a sua estratégia de reformulação gradual do processo de supervisão e do quadro regulamentar, em diálogo contínuo e aberto com os diferentes intervenientes no mercado, tendo em vista a adopção dos melhores padrões de mercado seguidos a nível internacional.

O último ano foi marcado por importantes desenvolvimentos, com avanços significativos em reformas de elevada relevância para o sector, como a reformulação do regime dos fundos de pensões e do regime da mediação de seguros, a convergência para as normas internacionais de contabilidade e a implementação de sistemas de gestão de riscos e controlo interno por parte dos operadores.

A curto prazo, o principal desafio que se coloca ao sector segurador prende-se com a introdução de um novo regime de solvência, o Solvência II, que irá fomentar uma nova cultura de gestão de riscos. Esta nova realidade vai certamente requerer a reestruturação de muitas práticas e metodologias até aqui seguidas na gestão e supervisão do negócio segurador, mudanças essas que devem ser preparadas e assumidas num quadro de gradual adaptação.

A ligação entre o risco e o capital, introduzida pelo projecto Solvência II deve ser utilizada como um catalisador da mudança, para a qual se requer preparação e determinação.

Neste contexto, assumem especial relevância os estudos de impacto quantitativo do Solvência II, vulgo QIS, nos quais a participação do mercado português tem sido das melhores ao nível da União Europeia. O QIS 3, que terá início em Abril de 2007, pode e deve servir como plataforma privilegiada para as empresas de seguros adquirirem conhecimento, experiência e a percepção antecipada do impacto do Solvência II.

O projecto Solvência II continuará a merecer um acompanhamento profundo e continuado por parte do Instituto de Seguros de Portugal, concomitante com o reconhecimento da sua importância estratégica no futuro do sector segurador.

A credibilidade, integridade, estabilidade e reputação do sistema financeiro dependem em grande medida das respectivas autoridades de supervisão terem capacidade para desempenhar de um modo cabal, efectivo e eficaz as suas funções. Neste sentido, é com particular satisfação que constatamos a excelente classificação que o sector segurador português e a sua regulação e supervisão obtiveram na avaliação efectuada pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito do Financial Sector Assessment Program (FSAP), a qual coloca Portugal como uma referência internacional.

O meu profundo agradecimento a todo o conjunto de entidades, públicas e privadas, que de forma mais estreita se relacionaram institucional e profissionalmente com o Instituto de Seguros de Portugal ao longo de 2006. Uma palavra em particular para a comissão de fiscalização, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da actividade do Instituto de Seguros de Portugal.

Uma palavra final para todos os colaboradores do Instituto de Seguros de Portugal, que, com profissionalismo, dedicação e competência, contribuíram para o cumprimento dos objectivos delineados.

O Instituto de Seguros de Portugal continuará a sua estratégia reformista no sentido de induzir práticas e comportamentos que tornem o mercado segurador e de fundos de pensões mais eficiente, mais competitivo, mais transparente e, consequentemente, mais capaz de responder com confiança aos desafios que lhe serão colocados nos próximos anos.

O Presidente, *Fernando Dias Nogueira*.

Relatório do conselho de administração

Nota introdutória

1 — Alterações ao enquadramento legal

Durante o ano 2006, foram registadas diversas alterações ao enquadramento legislativo do mercado segurador e de fundos de pensões, e que condicionam o exercício da actividade das entidades sob supervisão do ISP.

Em 20 de Janeiro foi publicado o Decreto-Lei n.º 12/2006, que substituiu o regime legal dos fundos de pensões, regulando a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões. Este diploma transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2003/41/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Junho, relativa às actividades e supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais.

No novo regime foram ainda incluídas algumas disposições inovadoras, nomeadamente a criação da comissão de acompanhamento do plano de pensões e do provedor dos participantes e beneficiários.

Em 3 de Maio foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2006, que fixa as regras e os procedimentos a observar pelas empresas de seguros com vista a garantir a assunção da sua responsabilidade em caso de sinistro no âmbito do seguro automóvel (abrangendo, portanto, quer o seguro obrigatório de responsabilidade civil, quer o seguro de danos próprios). Transpõe parcialmente a Directiva n.º 2005/14/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio (5.ª Directiva do Seguro Automóvel) e altera o Decreto-Lei n.º 522/85, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

O Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, aprovou o novo regime legal da actividade de mediação de seguros e resseguros, transpondo a Directiva n.º 2002/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Dezembro, e operando uma revisão global do ordenamento jurídico nacional nesta matéria, no sentido do incremento da profissionalização, da credibilidade e da transparência na actividade de mediação de seguros.

Já o Decreto-Lei n.º 145/2006, de 31 de Julho, aprovou o regime da supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e de empresas de investimento de um conglomerado financeiro, transpondo a Directiva n.º 2002/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.

Com muito interesse para a actividade seguradora, embora não específico a esta actividade, refira-se ainda a Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde.

2 — Enquadramento macroeconómico

De acordo com as informações disponíveis em finais de Janeiro de 2007 — que incorporam informação macroeconómica à escala mundial projectada até ao final de 2006 com base nos dados dos dois primeiros trimestres (relatório do Fundo Monetário Internacional World Economic Outlook, de Setembro de 2006) e, no tocante à União Europeia, recolhida até Outubro de 2006 com alguns indicadores actualizados até ao final da anuidade (estimativas do Banco de Portugal, Sistema Europeu de Bancos Centrais, Ministério das Finanças e Administração Pública (Direcção-Geral de Estudos e Previsão), Instituto Nacional de Estatística e Eurostat, consoante a matéria, reportadas a finais de 2006) — o crescimento real estimado do PIB português em 2006 (1,3%, face a 2,5% na zona euro) terá sido semelhante ao observado em 2004, denotando um efeito de recuperação após o crescimento quase nulo (0,5%) registado no ano 2005.

A valores reais, estima-se que o crescimento económico registado em 2006 tenha ocorrido no contexto de um reduzido contributo da procura interna (+ 0,1% do PIB), como reflexo de uma forte quebra do investimento (3,1% face a 2005), acompanhado de uma desaceleração do consumo privado (de 1,7% para 1,2%) em linha com o PIB e abaixo dos cerca de 1,8% da área do euro. A isto se somou o contributo positivo muito favorável das exportações líquidas (+ 1,1% do PIB) na sequência de um crescimento significativo das exportações (8,8%) — que após as importantes perdas de quota de mercado dos dois anos anteriores terão evoluído em linha com a procura externa — e de uma evolução moderada das importações (4,3%).

Importa igualmente salientar que o início da recuperação económica em 2006 foi acompanhado de uma efectiva consolidação orçamental, processo cuja continuidade em anos futuros se revela necessária para corrigir a situação de défice excessivo da economia portuguesa.

Ao nível do enquadramento das administrações públicas, o défice orçamental do ano em análise terá sido de cerca de 3,9% do PIB, com a dívida pública a situar-se em torno dos 64,7% do produto.

Ao nível das famílias e das empresas não financeiras portuguesas, o já elevado nível de endividamento — que em 2005 tinha atingido valores respectivamente de cerca de 90% e de 103% do PIB — continuou em trajectória ascendente, embora moderada, devido ao aumento da carga fiscal e à nova conjuntura de inflação (3,1 % face aos anteriores 2,3%) e de taxas de juro crescentes, cuja tendência persistente e ligada à alta dos preços do petróleo e aos relativamente altos custos do trabalho por unidade produzida em Portugal tenderá a limitar as futuras despesas, quer de consumo privado, quer de financiamento à habitação.

Em Dezembro de 2006, e em média anual, as taxas bancárias de empréstimo para aquisição de habitação atingiram cerca de 4,8% face aos 3,73% de um ano antes, enquanto as taxas para empréstimos a sociedades não financeiras evoluíram dos 4,41% para 5,4% ao longo da anuidade.

Por seu turno, as taxas de empréstimo a particulares para consumo e outros fins acercavam-se dos 8,5%, face aos 7,7% de 2005.

No tocante à taxa das obrigações do Tesouro a 10 anos, o valor médio anual evoluiu de 3,46% para 3,96%, embora a diferença homóloga a finais de período seja ainda mais expressiva (variação de 3,40% para 4,13% em Portugal e de 3,36% para 4,06% no conjunto da área do euro), o que terá contribuído para uma depreciação das carteiras obrigacionistas de médio e longo prazos — efeito que poderá ter sido parcialmente compensado pela valorização da vertente accionista. O índice PSI-20 valorizou-se cerca de 30% entre finais de 2005 e finais de 2006, enquanto o índice europeu Dow Jones Euro Stoxx sofreu uma apreciação de cerca de 20%.

A evolução da economia portuguesa em 2006 permitiu reduzir sensivelmente, de 8,1% para 7,6% do PIB, as respectivas necessidades de financiamento externo (medidas pelo peso do saldo conjunto das balanças de transferências correntes e de capital no PIB). Este efeito resultou de uma redução significativa do défice da balança de bens e serviços (devido à componente não energética), que mais do que compensou o aumento do défice da balança de rendimentos resultante da deterioração do investimento internacional e do efeito de aumento das taxas de juro sobre a dívida.

Entre os principais factores condicionantes da actividade económica global no futuro próximo encontra-se o preço de matérias-primas essenciais, como o petróleo e alguns metais (cobre, zinco e níquel), onde existe uma margem de equilíbrio muito apertada entre a oferta e a procura.

O primeiro registou um aumento médio de preço entre 20% e 25% ao longo de 2006 (atingindo um preço médio entre os 65 e os 70 dólares

por barril de *brent*) enquanto a estimativa anual do aumento do preço dos segundos se situa em torno dos 45%.

A escalada logarítmica do preço do petróleo nos últimos 10 anos só parece poder ser moderada através de um abrandamento no ritmo de consumo desse bem energético, o que, por sua vez e devido a interdependências macroeconómicas, só parece exequível através de uma maior moderação do ritmo de crescimento económico.

Por outro lado, no futuro mais próximo e na maior parte das economias avançadas prevê-se que um esforço de consolidação fiscal se revele indispensável para contrariar a persistência de défices orçamentais, conter a escalada da dívida pública e equilibrar as necessidades de financiamento dos sistemas de segurança social que sustentam as reformas e os custos de saúde de uma população em envelhecimento.

Deste modo, as perspectivas do Fundo Monetário Internacional vão no sentido de uma redução de 5,1% para 4,9% no crescimento real do PIB mundial entre 2006 e 2007, traduzida, por região geográfica, num abrandamento de 3,4% para 2,9% no crescimento do produto dos Estados Unidos da América, de 2,5% para cerca de 2% na área do euro e de 2,7% para 2,1% no Japão, ao mesmo tempo que se espera que a China e os países do Sudeste Asiático continuem a crescer a taxas anuais extremamente robustas (10% no caso da China, 7,3% no caso da Índia e 5,5% no agrupamento da Indonésia, Tailândia, Filipinas e Malásia).

Para a economia portuguesa, as actuais projecções comportam para o conjunto das exportações de bens e serviços uma evolução consentânea com a progressão da procura externa relevante, traduzida numa virtual manutenção das actuais quotas de mercado.

As actuais expectativas vão no sentido de uma progressiva recuperação da formação bruta de capital fixo, reflectindo uma evolução favorável para o investimento empresarial, e uma ligeira aceleração do consumo privado em 2007 e 2008, associada a condições progressivamente mais favoráveis no mercado de trabalho, envolvendo uma redução da taxa de desemprego e um aumento do rendimento disponível real.

3 — Situação do mercado

Relativamente ao exercício da actividade seguradora em Portugal, em 2006, os dados provisórios já disponíveis apontam para um ligeiro decréscimo (de cerca de 2,3%) no volume de prémios brutos emitidos de seguro directo face a 2005, os quais se terão cifrado em torno dos 13,2 mil milhões de euros (cerca de 8,5% do PIB).

A distribuição do volume de prémios por grandes agrupamentos de ramos situa a produção do segmento de Vida em cerca de 8,8 mil milhões de euros (3,9% inferior à de 2005) e a do segmento Não Vida em cerca de 4,4 mil milhões de euros (cerca de 0,8% superior à do ano 2005), do que resulta uma estrutura de quotas de mercado deslocada apenas 1 % em relação ao ano anterior (ou seja, 67% dos prémios concentrados no ramo Vida e 33% nos ramos Não Vida).

O decréscimo da produção do ramo Vida em 2006 pode ser substancialmente explicado em função do crescimento atípico (de cerca de 50%) verificado no ano anterior, tendo em conta que a taxa anual média de crescimento nominal nos sete anos anteriores a 2005 foi de cerca de 16% (igual à taxa média dos anos 2003 e 2004) e que naquele último ano entrou em vigor a Directiva Europeia da Poupança.

Ao acabar com vários paraísos fiscais na área do euro e com os benefícios fiscais indirectos dos rendimentos de aplicações de poupança efectuados por emigrantes europeus fora dos seus países de origem, a directiva criou também - indirecta e pontualmente — uma situação de incentivo à transferência daqueles fundos para produtos do ramo Vida.

No caso português, estima-se que em 2005 cerca de 2 mil milhões de euros tenham sido assim canalizados a título extraordinário para produtos do ramo Vida com forte componente financeira, fenómeno sem o qual a produção do segmento Vida em 2006 — incluindo a característica de maior crescimento nos produtos vocacionados para a poupança-reforma (como os PPR) — teria representado um aumento

anual aproximadamente correspondente à já referida taxa de crescimento anual média dos últimos sete anos.

No tocante ao segmento Não Vida, a reduzida taxa de crescimento nominal dos prémios de 2006 (0,8%), abaixo da inflação (3,1%), parece reflectir um tipo de conjuntura semelhante à de 2005.

Em ambos os anos em apreço a evolução dos prémios dos ramos Não Vida foi fortemente influenciada pelo crescimento virtualmente nulo registado no ramo automóvel (com 46% de quota no segmento) — atribuível ao fraco crescimento anual do parque automóvel (na casa dos 2%) e à redução do prémio médio por veículo em função da descaída dos índices de sinistralidade — e pelo crescimento de cerca de 3% no ramo de acidentes e doença (com 31% de quota no segmento). Nos restantes ramos Não Vida o valor conjunto dos prémios manteve-se praticamente inalterado.

A evolução dos montantes dos fundos de pensões ao longo do ano 2006 ter-se-á traduzido num crescimento de 2,2 mil milhões de euros, atingindo um montante global na ordem dos 21,2 mil milhões de euros no final do exercício (cerca de 13,8% do PIB).

A taxa de crescimento anual dos fundos (de aproximadamente 11,5%) terá sido substancialmente sustentada pela rentabilidade do investimento em acções e fundos de investimento com forte componente accionista (rubricas que tipicamente representam cerca de 40% da carteira de activos dos fundos) e pelas contribuições significativas para os fundos de pensões do sector bancário, dando continuidade ao esforço de adaptação aos princípios estabelecidos nas normas internacionais de contabilidade.

Estimativas do mercado apontam no sentido do peso relativo da componente accionista dos fundos de pensões portugueses ter aumentado em 2006, quer por via dos novos investimentos, quer por via da revalorização dos títulos.

Actividades desenvolvidas pelo ISP

1 — Supervisão

1.1 — Introdução:

Na sequência dos trabalhos que foram, desde 2004, sendo efectuados no âmbito da implementação do novo processo de recolha e controlo dos elementos financeiros e estatísticos, 2006 afigurou-se como um ano de maior consolidação de procedimentos e, consequentemente, de maior eficácia no tratamento da informação.

A qualidade da informação, atentos às exigências actuais para efeitos de uma supervisão efectiva, bem como às imposições que o novo sistema de solvência do sector segurador vem colocar no que respeita à necessidade de uma correcta avaliação dos riscos, activos e responsabilidades, continuou a ser matéria de primordial enfoque no âmbito do processo de supervisão.

A melhoria da qualidade e do acesso à informação permitiu, igualmente, que em 2006 fossem desenvolvidas ferramentas de análise mais adequadas e possibilitou o aperfeiçoamento do conjunto de rácios e indicadores considerados essenciais no contexto de um efectivo acompanhamento da situação de cada entidade supervisionada e do conjunto do mercado.

Por outro lado, no âmbito do processo de supervisão *on-site*, é importante referir a estruturação introduzida, passando a estar previsto o envio prévio do projecto de conclusões e recomendações para efeitos do exercício do contraditório pelas entidades supervisionadas, garantindo-se, assim, um processo mais transparente e mais participado.

1.2 — Empresas de seguros:

Autorizações:

Em relação a matérias sujeitas a registo e/ou autorização por parte do ISP, apresentam-se no quadro seguinte os movimentos mais significativos verificados no ano 2006, bem como a comparação com o ano anterior.

	2005	2006
Autorização para alteração de estatutos	23	13
Autorização para cessação de actividade	—	—
Autorização para exploração de novos ramos ou modalidades	3	3
Autorização de novas seguradoras	—	5
Autorização para aquisição de participações qualificadas	8	10
Autorização de transferências de carteira	—	1
Autorização de sucursais não comunitárias em Portugal	—	1

	2005	2006
Certificação de actuários responsáveis	6	9
Notificação de sucursais comunitárias em Portugal	1	5
Notificação de LPS comunitárias em Portugal	71	79
Notificação de LPS portuguesas na UE	6	—
Notificação de conformidade legal de seguros obrigatórios	60	28
Notificação de transferências de carteira (seguradoras da UE)	8	21

Saliente-se, em relação ao movimento referente a empresas de seguros da UE em regime de livre prestação de serviços:

A manutenção do reduzido número de empresas de seguros nacionais a operarem em regime de livre prestação de serviços noutros Estados-membros da UE, não tendo sido apresentado qualquer pedido neste âmbito;

Um novo crescimento, semelhante ao do ano anterior (11%), no que respeita à intenção de empresas comunitárias operarem em regime de livre prestação de serviços em Portugal.

Por sua vez, verifica-se, relativamente ao movimento referente a sucursais de empresas de seguros da UE:

A manutenção do reduzido número de empresas de seguros nacionais a operarem em regime de sucursal noutros Estados-membros da UE, não tendo sido apresentado qualquer pedido neste âmbito;

Um crescimento (de um para cinco) no que respeita à intenção de empresas comunitárias operarem em regime de sucursal em Portugal.

No quadro das actividades intracomunitárias, é de referir ainda a existência de 21 processos de transferências de carteira de empresas de seguros com sede noutros Estados-membros com riscos situados em Portugal ou em que Portugal é o Estado-membro do compromisso, o que representou um aumento significativo deste tipo de operações em termos percentuais (163%).

Constatou-se, ainda, uma redução no número de processos de autorização para alteração de estatutos (43%), centrados fundamentalmente em modificações nas estruturas de governação, na adaptação às novas regras do código das sociedades comerciais e em alterações no capital social.

De notar, também, uma redução significativa do número de processos de registo de condições gerais e especiais de apólices relativas a contratos de seguros obrigatórios (53%), decorrente da actualização realizada nos anos anteriores pelas empresas de seguros autorizadas a actuar em Portugal.

Durante o ano 2006 verificou-se ainda um expressivo aumento do número de processos de alterações de participações qualificadas (25%).

Além disso, contrariamente ao observado em anos anteriores, em que não surgiram novos operadores no mercado, foram apresentados e autorizados cinco pedidos para constituição de novas empresas de seguros, duas do ramo Vida (T-Vida e Finibanco Vida) e três dos ramos Não Vida (Popular Seguros, ACP Mobilidade e Multicare). Foi ainda autorizado o estabelecimento em Portugal de uma sucursal de uma empresa de seguros suíça, para exploração de ramos Não Vida (ELVIA).

No final de 2006 encontravam-se em actividade em Portugal, sob a supervisão do ISP, 44 empresas de seguro directo (mais três que no final do ano anterior) e uma empresa de resseguros, indicando-se no quadro seguinte a respectiva natureza jurídica e âmbito de exploração.

	Vida	Não Vida	Mistas	Resseguro	Total
Direito Português:					
Sociedades anónimas	15	21	5	1	42
Mútuas	—	2	—	—	2
Sucursais:					
Com sede fora da UE	—	—	1	—	1
Total	15	23	6	1	45

Encontravam-se também a operar no mercado português 32 sucursais de empresas de seguros com sede na União Europeia (mais quatro que no ano anterior) e, ainda, 366 empresas de seguros da União Europeia em regime de livre prestação de serviços, o que representa um acréscimo de 10%, inferior ao registado em anos anteriores, reflectindo, portanto, uma certa estabilização no número deste tipo de operadores.

Supervisão *off-site*:

No sentido de beneficiar da crescente automatização no tratamento da informação remetida pelas empresas de seguros para efeitos de supervisão prudencial, e procurando uma maior uniformização nos procedimentos de supervisão, foram desenvolvidas orientações consubstanciando os principais aspectos a ter em consideração na análise da situação financeira das empresas de seguros. A apreciação contempla já uma avaliação simplificada do perfil de riscos de cada empresa de seguros.

No âmbito do aperfeiçoamento dos modelos de supervisão, foi ainda prosseguido o trabalho de melhorias ao nível do sistema de *ratios* e indicadores de alerta para os ramos Não Vida e foi estruturado um sistema idêntico para o ramo Vida.

Com base na informação reportada pelas empresas de forma sistemática, ou mediante solicitação específica, foi dada continuidade ao acompanhamento da evolução da situação das empresas de seguros, bem como ao controlo do cumprimento das exigências no que se refere às garantias financeiras.

Análise dos elementos financeiros e estatísticos reportados:

Procedeu-se à apreciação dos elementos financeiros e estatísticos reportados pelas 45 empresas de seguros existentes no final de 2005 que se encontravam sujeitas à supervisão solo e também da informação financeira consolidada relativa a 10 grupos de seguros.

Para essa apreciação foram relevantes os progressos registados ao nível da automatização de tratamento da informação, da normalização dos procedimentos de supervisão, bem como do conjunto, cada vez mais alargado e estruturado, de *ratios* e indicadores, que permitiram a análise mais aprofundada, estática e evolutiva, individual e de mercado, dos factores mais relevantes da actividade das empresas de seguros, com especial incidência nas linhas de negócio mais importantes.

Relativamente aos principais ramos Não Vida, seguro automóvel e modalidade acidentes de trabalho, além da análise da sua exploração técnica, procedeu-se à revisão da adequação das provisões para sinistros, através da apreciação crítica do trabalho realizado pelos actuários responsáveis das empresas, da análise de alguns indicadores e da aplicação de metodologias estatísticas.

À semelhança do efectuado nos últimos anos, e no sentido de sistematizar os principais factores que condicionaram a exploração do seguro automóvel e da modalidade acidentes de trabalho, foi ainda efectuada a comparação com *benchmarks* de mercado e de subgrupos homogêneos definidos para o efeito.

Relativamente ao ramo Vida, foi efectuada uma apreciação aprofundada dos elementos reportados pelas empresas, sendo que a sua análise sistemática estabeleceu as bases para a reestruturação do conjunto de agregados de informação, rácios e indicadores de alerta, que servirão de suporte à análise individual deste ramo.

Com base nas conclusões decorrentes das análises individuais às empresas de seguros, realizaram-se exercícios simplificados de *assessment* do risco, com o objectivo da projecção de necessidades de capital em função do perfil de risco das responsabilidades assumidas pelas empresas de seguros.

Atentos à relevância crescente que o papel do actuário responsável assume como instrumento essencial no acompanhamento contínuo da actividade das empresas e na avaliação da sua situação financeira foram, mais uma vez, privilegiados os contactos com os actuários responsáveis, com o objectivo de obter uma maior compreensão do trabalho que desenvolvem e contribuir para uma melhoria progressiva da qualidade dos relatórios que elaboram.

As análises aprofundadas, efectuadas ao conjunto da informação recolhida, permitiram não só detectar antecipadamente eventuais situações de risco potencial ou efectivo nas empresas supervisionadas como também acompanhar com maior detalhe a evolução das mesmas.

Margem de solvência:

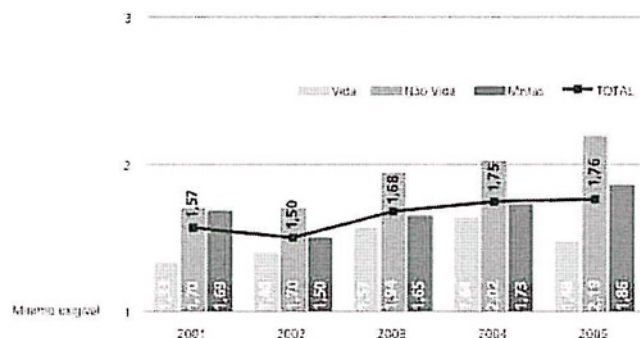
A análise da evolução da situação de solvência das empresas de seguros, com base no reporte relativo ao final do exercício de 2005,

permitiu concluir por um crescimento, pelo terceiro ano consecutivo, da taxa de cobertura da margem de solvência.

A evolução registada decorreu de um aumento da margem de solvência disponível mais expressivo que o verificado na margem de solvência exigida, sendo que, atentos aos diferentes momentos do ciclo económico em que os seguros do ramo Vida e dos ramos Não Vida se encontram a nível do mercado português, o desenvolvimento não foi idêntico para os diferentes tipos de empresas de seguros.

De facto, como se pode verificar no gráfico seguinte, enquanto as empresas especializadas no ramo Vida, cuja produção cresceu de forma extraordinária, registaram uma diminuição da taxa de cobertura, as empresas especializadas nos ramos Não Vida e as empresas mistas apresentaram uma tendência inversa, ou seja, a margem de solvência exigida, dada a estagnação na comercialização dos seguros Não Vida, apresentou um crescimento menor que o registado na margem de solvência disponível.

Níveis de insolvência



O acréscimo verificado nos elementos da margem de solvência disponível ficou a dever-se, essencialmente, ao crescimento da reserva de reavaliação, rubrica indicadora do comportamento dos mercados financeiros, bem como ao melhor desempenho das empresas de seguros ao nível da exploração técnica, com impacto positivo nos resultados técnicos verificados.

No contexto da análise da solvência das entidades sob a supervisão do ISP, foi igualmente efectuado o acompanhamento da solvência corrigida das empresas de seguros e das sociedades gestoras de participações sociais que estão abrangidas no âmbito da supervisão complementar, tendo sido tomadas as medidas necessárias e adequadas a cada situação.

Representação/caucionamento das provisões técnicas:

Da apreciação da representação das provisões técnicas, enviada trimestralmente pelas empresas de seguros, foi possível concluir pelo cumprimento generalizado, ao longo do ano, das regras em vigor. As situações temporárias de não verificação das regras de dispersão e diversificação estabelecidas foram objecto das medidas e do acompanhamento necessários.

Dando continuidade ao levantamento iniciado no ano transacto, efectuou-se um estudo transversal às diversas carteiras a representar as provisões técnicas, o qual, além de incluir um levantamento sobre o cumprimento da regulamentação em termos de valorimetria e limites de diversificação e dispersão prudenciais, aferiu a exposição dos activos representativos aos diferentes tipos de risco, quer numa base individual, quer numa base agregada.

Análise e acompanhamento individualizado de algumas empresas:

Com base nos dados recolhidos e nas análises efectuadas, quer ao nível da margem de solvência, quer da representação das provisões técnicas, quer ainda do nível de provisionamento, foi efectuado um acompanhamento circunstanciado da evolução das empresas de seguros que apresentaram indicadores menos robustos. Neste âmbito, foi ainda solicitada informação adicional de forma a garantir a realização das análises consideradas mais adequadas a cada situação.

Supervisão on-site:

No ano 2006 continuou a dar-se relevância às acções de supervisão on-site, cujo planeamento teve por base a análise do perfil de risco das empresas de seguros definido em resultado da análise prévia dos elementos de informação recolhidos, com particular incidência nas áreas de negócio mais importantes.

Conforme já referido, no âmbito do processo inspectivo foi introduzida, no decurso de 2006, a possibilidade de contraditório por parte das empresas de seguros através do envio prévio do projecto de conclusões e recomendações.

As acções desenvolveram-se nos termos dos objectivos definidos, centrando-se na análise das actividades e das estratégias do negócio, na análise dos sistemas de gestão do risco e de controlo interno, na avaliação dinâmica da situação financeira, na análise da qualidade da informação recebida, na verificação dos princípios de conduta de mercado e no cumprimento das regras relativas à prevenção do branqueamento de capitais.

Na sequência das acções inspectivas realizadas, foram detectadas algumas situações de irregularidade, ou consideradas como não adequadas, salientando-se neste contexto a avaliação de passivos, com particular incidência nas provisões técnicas, o incumprimento do normativo relativo à área de investimentos, as deficiências ao nível do sistema de controlo interno e da qualidade de informação, bem como as questões relativas à conduta de mercado.

Em função da natureza e grau de importância das situações detectadas foram efectuadas as recomendações entendidas como adequadas e tomadas as medidas ajustadas à regularização das mesmas.

O acompanhamento da actividade das empresas continuou a ser também concretizado através de frequentes contactos e reuniões com as respectivas administrações e direcções de topo, com o objectivo de analisar as estratégias de negócio implementadas e de discutir os problemas mais relevantes que foram sendo detectados nas acções de supervisão e na análise interna da informação recolhida.

1.3 — Fundos de pensões:

Autorizações:

De acordo com a legislação em vigor, é da competência do Instituto de Seguros de Portugal a autorização prévia dos contratos constitutivos e dos regulamentos de gestão dos fundos de pensões, das suas alterações, da extinção de fundos, e ainda da transferência da sua gestão entre entidades gestoras. Deste modo, indicam-se no quadro seguinte a natureza e quantidade dos pedidos autorizados em 2006, comparativamente com o ano anterior.

	2005	2006
Pedidos de:		
Constituição	17	8
Alteração	37	56
Transferência	1	10
Extinção	(a) 14	(b) 6
	69	80

(a) Dos quais duas para fundos de pensões fechados, um em consequência de transferência para adesão colectiva a um fundo de pensões aberto, um por transferência das adesões individuais para outros PPR/E, um por transferência das adesões individuais para outros PPA e um de uma quota-parte.

(b) Dos quais um para fundos de pensões fechados, dois em consequência de transferência para adesão colectiva a um fundo de pensões aberto e dois de quotas-partes.

No final de 2006 existiam 173 fundos de pensões fechados e 61 fundos de pensões abertos, embora sete destes não se encontrassem em funcionamento.

De acordo com o estabelecido na legislação aplicável, procedeu-se ainda à fiscalização preventiva de 49 contratos de gestão, nove contratos de depósito e 51 contratos de adesão colectiva, bem como à apreciação prévia, nos termos da legislação em vigor, com indicação de não oposição, de 11 contratos de extinção de adesões colectivas a fundos de pensões abertos. Saliente-se, no entanto, que um número significativo destas extinções decorreu de transferências para outros fundos de pensões, mantendo-se, portanto, o financiamento das responsabilidades em causa.

No que respeita à certificação de actuários responsáveis na área de fundos de pensões, verificou-se um acréscimo bastante significativo face ao ano anterior (sete em 2006 face a 2 em 2005).

Supervisão off-site:

Com base na informação recolhida através dos relatórios actuariais e de outras informações de índole estatística, procedeu-se à análise do nível de financiamento de todos os fundos de pensões. Além disso, foram calculadas as responsabilidades assumidas por alguns fundos de pensões.

Foram ainda aperfeiçoados os programas para o cálculo das responsabilidades e respectivo financiamento de fundos de pensões e adesões colectivas que financiam planos de pensões de acordo com o CCT da actividade seguradora e do ACTV do sector bancário.

No ano 2006 continuou-se a privilegiar o cálculo de responsabilidades no âmbito dos pedidos de extinção e alteração de planos de pensões, tendo sido solicitados às entidades gestoras os dados necessários à elaboração daqueles cálculos.

Esta apreciação teve ainda como objectivo verificar o cumprimento do mínimo de solvência exigível aos fundos de pensões, bem como aferir do controlo efectuado pelas entidades gestoras de fundos de pensões, relativamente à informação recebida dos associados e à compatibilidade, quer do formulário utilizado nos cálculos com as disposições do plano de pensões constantes no contrato constitutivo, quer destes com a determinação do montante das pensões em pagamento.

Com base na apreciação da informação recolhida relativamente aos fundos de pensões fechados e às adesões colectivas a fundos de pensões abertos que financiam planos de benefício definido ou mistos, existentes no final de 2005, verificou-se que, relativamente às pensões em pagamento, existiam quatro situações de insuficiência, que foram ou colmatadas no início do ano de 2006 ou originaram a extinção ou, ainda, a apresentação de um plano de amortização de curto prazo.

Existe, no entanto, um fundo de pensões que face à situação de insuficiência do valor actual das pensões em pagamento tem merecido um acompanhamento permanente no sentido da tomada de medidas que assegurem a rápida resolução do problema.

No que respeita ao nível de financiamento das responsabilidades por serviços passados dos restantes fundos de pensões, foram detectadas cinco situações de insuficiência, embora ainda existam alguns fundos de pensões que se encontram a cumprir planos de amortização destas responsabilidades. Na impossibilidade dos associados efectuarem o respectivo financiamento, poderá ocorrer a extinção de alguns destes fundos no decorrer de 2007.

Os fundos com um nível de financiamento mais reduzido do valor actual das pensões em pagamento ou da responsabilidade por serviços passados foram sujeitos a um acompanhamento mais assíduo e detalhado.

Realizou-se o controlo da valorimetria atribuída e do cumprimento das regras de diversificação e dispersão das carteiras de activos dos fundos de pensões, tendo-se detectado algumas situações pontuais e transitórias em que estas não foram adequadamente observadas, determinando um acompanhamento de forma mais continuada e circunstanciada. Procedeu-se, ainda, para algumas entidades gestoras, a uma análise do perfil de risco das diversas carteiras de activos dos fundos de pensões sob gestão.

Procedeu-se, também, a uma análise conjugada dos diferentes elementos recolhidos (contratuais, contabilísticos, estatísticos, actuariais e financeiros), com o objectivo de se encontrarem eventuais divergências que permitissem a detecção de situações não perceptíveis pela análise individualizada daquela informação.

Por fim, é de realçar a continuação da implementação prática do sistema de supervisão dos fundos de pensões baseado nos riscos que tinha sido conceptualizado em anos anteriores. A diversidade de planos de pensões e a reduzida dimensão de alguns dos fundos de pensões existentes criam certas dificuldades na aferição das variáveis do modelo cuja aplicação vai ser aprofundada e generalizada.

1.4 — Sociedades gestoras de fundos de pensões:

Autorizações:

Durante o ano 2006 manteve-se o número de sociedades gestoras de fundos de pensões autorizadas a exercer a actividade, tendo persistido um movimento reduzido de processos relacionados com autorizações. O escasso movimento havido traduz a maturidade do mercado.

	2005	2006
Autorização para alteração de estatutos	4	2
Autorização para cessação de actividade	—	—
Autorização de novas SGFP	—	—
Autorização para aquis. de particip. qualificadas	—	3

Supervisão off-site:

Com base na análise dos relatórios e contas e da informação recebida relativamente à margem de solvência, constatou-se que as 13 sociedades gestoras que operavam, no final de 2005, apresentavam a margem de solvência devidamente constituída.

Supervisão on-site:

As acções de supervisão *on-site* realizadas foram planeadas com base na apreciação prévia dos elementos de informação recebidos das entidades supervisionadas e desenvolveram-se de acordo com o objectivo primordial de analisar o sistema de controlo interno das sociedades gestoras em causa.

Nestas acções de supervisão verificou-se o controlo da qualidade da informação recebida dos associados dos fundos de pensões, a contabilização das receitas e despesas dos fundos e respectivo património, o processamento e pagamento das pensões e o cumprimento das regras de investimento, analisando-se ainda a política de investimentos.

As situações entendidas como não adequadas, detectadas na sequência daquelas acções de supervisão *on-site*, diziam respeito, fundamentalmente, a deficiências dos procedimentos de controlo interno implementados e de coordenação entre diferentes áreas.

Em função da natureza e da importância das situações detectadas foram tomadas as medidas e efectuadas as recomendações entendidas como adequadas.

1.5 — Mediadores:

Relativamente ao acesso à actividade de mediação de seguros, constatou-se, contrariamente ao verificado no ano anterior, um aumento de inscrições de mediadores pessoas singulares (7%). Por sua vez, a percentagem de aprovações não sofreu alteração significativa, revelando uma estabilidade, quer na formação proporcionada por seguradoras e corretores, quer no interesse dos particulares no acesso à actividade.

Em 2006, embora se tenha assistido a uma diminuição de 33% no número de processos de constituição de sociedades, verificou-se um aumento significativo (50%) no número de inscrições de mediadores pessoas colectivas.

Ainda comparativamente ao ano anterior, é de salientar um decréscimo (11%) do movimento dos contratos de exclusividade, bem como uma diminuição (12%) no cancelamento de inscrições.

O movimento de transferências de carteiras apresentou também uma ligeira redução (5%).

	2004	2005	2006
Mediadores singulares/exames:			
Convocatórias	5 526	5 183	5 457
Sessões de exame	86	92	95
Examinados	3 044	2 980	3 102
Percentagem de aprovados	65	64	66
Inscrições	1 974	1 906	2 038
Sociedades de agentes e corretores:			
Processos de constituição	575	494	329
Inscrições	115	78	117
Transferências de carteiras:			
Número	640	601	569
Contratos de exclusividade:			
Registados e rescindidos	1 239	1 169	1 042
Cancelamento de inscrições:			
Número	2 227	1 957	1 721
Denúncias ao Ministério Público:			
Número	14	15	14
Emissão de certificados e certidões:			
Número	3 326	3 366	3 626

No final de 2006 havia um total de 37 466 mediadores inscritos, o que representava um decréscimo de cerca de 1,2% em relação ao total existente no final de 2005 (37 916).

O Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, que transpõe para o direito nacional a Directiva n.º 2002/92/CE, de 9 de Dezembro, veio alterar profundamente o ordenamento jurídico nacional em matéria de mediação de seguros. A sua regulamentação pela Norma Regula-

mentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro, visou consagrar soluções que melhor correspondessem aos objectivos de profissionalização, de aumento de transparência, de melhoria de eficiência da supervisão, e, sobretudo, de valorização da mediação de seguros e de resseguros enquanto actividade de relevância crucial para o bom funcionamento do mercado segurador.

Este novo regime entrou em vigor em 27 de Janeiro de 2007, pelo que este mesmo ano será o da sua implementação e, consequentemente, da adaptação funcional à sua operacionalização. Mas já o último trimestre de 2006 foi de intenso trabalho preparatório, no sentido de se criarem as condições necessárias, designadamente através de alterações profundas no sistema informático, para o registo das diversas categorias de mediadores, de forma a permitir aos agentes, corretores e mediadores ligados — estes através das empresas de seguros — o acesso à informação e a respectiva actualização por via electrónica.

2 — Regulamentação

No que diz respeito à regulamentação da actividade seguradora e de fundos de pensões, os trabalhos desenvolvidos consubstanciaram-se na emissão de normas regulamentares e circulares de esclarecimento, bem como na prossecução de trabalhos preparatórios de projectos regulamentares e de documentos de consulta pública que deram ou poderão vir a dar origem a novos normativos.

No tocante à nova regulamentação, são de salientar os seguintes aspectos:

Definição da prestação de informação financeira complementar sobre o impacto da aplicação das normas internacionais de contabilidade relativamente às entidades sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal que não sejam abrangidas pelo artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho (aditamento à Norma Regulamentar n.º 5/2005-R, de 18 de Março, efectuado através da Norma Regulamentar n.º 4/2006-R, de 15 de Maio);

Alteração ao plano de contas para as empresas de seguros e às Normas Regulamentares n.ºs 30/95-R e 31/95-R, ambas de 28 de Dezembro, efectuando as necessárias modificações ao normativo em vigor em função da alteração da nomenclatura das provisões destinadas à correcção de elementos do activo para ajustamentos (Norma Regulamentar n.º 6/2006-R, de 2 de Agosto);

Regulamentação do novo regime de regularização de sinistros do seguro automóvel, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 83/2006, de 3 de Maio, que veio fixar regras, procedimentos e prazos de regularização dos sinistros, tipificar as situações que dão direito ao veículo de substituição e definir a situação de perda total do veículo, indemnizável somente em dinheiro (Norma Regulamentar n.º 7/2006-R, de 30 de Agosto, e Norma Regulamentar n.º 13/2006-R, de 5 de Dezembro);

Modificação operacional do regime de colocação de contratos obrigatórios de responsabilidade civil automóvel recusados pelo mercado (Norma Regulamentar n.º 9/2006-R, de 24 de Outubro, após consulta pública sobre o correspondente projecto — Documento de Consulta Pública n.º 3/2006);

Definição dos objectivos e do âmbito da auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros (processo de regulamentação que culminou com a publicação da Norma Regulamentar n.º 10/2006-R, de 24 de Outubro, após consulta pública sobre o correspondente projecto — Documento de Consulta Pública n.º 1/2006);

Elaboração de novas apólices, uniformes, respectivamente para o seguro obrigatório de responsabilidade civil dos titulares para uso e porte de armas ou sua detenção (Norma Regulamentar n.º 11/2006-R, de 28 de Novembro) e para o seguro obrigatório de responsabilidade civil dos titulares de alvarás concedidos ao abrigo do regime jurídico das armas e suas munições (Norma Regulamentar n.º 12/2006-R, de 28 de Novembro);

Alteração à Norma Regulamentar n.º 2/2005-R, de 3 de Fevereiro, relativa ao cálculo e constituição da margem de solvência e do fundo de garantia das empresas de seguros, introduzindo os ajustamentos previstos na legislação sobre a supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro (Norma Regulamentar n.º 15/2006-R, de 21 de Dezembro);

Modificação das regras de cálculo da rubrica de ajustamento de recibos por cobrar, por aplicação do novo regime de pagamento de prémios de seguro automóvel (Norma Regulamentar n.º 16/2006-R, de 28 de Dezembro);

Regulamentação do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, sobre o acesso e exercício da actividade de mediação de seguros ou de resseguros (Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro, após

consulta pública sobre o correspondente projecto — Documento de Consulta Pública n.º 5/2006).

De entre os trabalhos que se enquadram na perspectiva de contínua adequação da legislação e regulamentação, salientam-se, nomeadamente:

Elaboração e submissão a processo de consulta pública de um projecto de regulamentação — com continuidade no ano de 2007 — sobre algumas estruturas de governação dos fundos de pensões (Documento de Consulta Pública n.º 2/2006), envolvendo, nomeadamente, a criação de regras adicionais para os contratos de depósito e as contas de depósito dos fundos de pensões, para as entidades comercializadoras de unidades de participação em fundos de pensões abertos, regras de designação, participação e funcionamento da comissão de acompanhamento e sobre as comunicações e recomendações do provedor;

Desenvolvimento do projecto de plano de contas para as empresas de seguros, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade;

Elaboração de um *draft* relativo a orientações técnicas sobre a gestão do risco de Asset-Liability Management (ALM);

Elaboração de um *draft* relativo aos principais aspectos a reter por tipo de risco, no âmbito do desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;

Desenvolvimento do processo inicial de consolidação regulamentar decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro (fundos de pensões e entidades gestoras), com especial incidência nas áreas da governação e dos investimentos;

Reformulação do projecto de apólice uniforme do seguro de acidentes em serviço para os trabalhadores da administração pública subscritores da Caixa Geral de Aposentações;

Preparação de regulamentação na área do seguro de responsabilidade civil de concessionárias e licenciadas no âmbito do regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de transporte, armazenamento subterrâneo, recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, à distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural;

Preparação de normativo com vista a estabelecer condições mínimas aplicáveis ao seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas transitárias, em substituição da apólice uniforme aprovada em 1995;

Preparação de projectos de intervenção regulamentar do ISP no âmbito da contratação à distância de seguros e fundos de pensões;

Estudos preparatórios para o desenvolvimento de regulamentação relativa aos seguros de *long term care* e seguros de doença vitalícios;

Estudos conducentes ao cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego, para efeitos da regulamentação relativa à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) ao sector segurador e aos ajustamentos a efectuar à margem de solvência das empresas de seguros.

À semelhança de anos anteriores foram ainda elaboradas e emitidas diversas Circulares no âmbito da luta contra o terrorismo e contra o branqueamento de capitais.

3 — Estudos e análises do mercado

A actividade de regulamentação não pode ser dissociada de uma componente de estudo e análise de mercado que funcione como plataforma de sustentação à decisão e procure perspectivar e detectar as respectivas tendências.

Da actividade desenvolvida ao nível dos estudos técnicos são de realçar os seguintes trabalhos:

Estudo de metodologia de cálculo dos requisitos de capital para o risco específico de seguros Não Vida, em particular para os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho (realizado no âmbito de um estágio curricular);

Estudo sobre requisitos de adequação de capital para o ramo Vida — Risco de Mortalidade (realizado no âmbito de um estágio curricular);

Estudo sobre metodologias de ALM aplicáveis ao ramo Vida (em desenvolvimento no âmbito de um estágio curricular);

Elaboração de um modelo estocástico para a mortalidade dos pensionistas e beneficiários dos Fundos de Pensões adaptado à abordagem do tipo *cost of capital*, baseado na identificação da Best Estimate através de um modelo multifásico de Gompertz e da margem de risco através da determinação do nível de incerteza ligado aos efeitos de diversificação de carteira e da escala de oscilação proporcional da volatilidade em torno da tendência, ao longo do tempo;

Estudo de uma abordagem integrada para avaliação de riscos e determinação do nível de solvência global em modelos internos, baseada no estudo publicado sobre Risk Measures and Optimal Portfolio Selection (*with applications to elliptical distributions*);

Estudo sobre a base de comparação matemática das medidas de risco VaR e TailVaR e respectivas definições de ruína.

No que respeita aos estudos e/ou análises globais sobre o mercado segurador e de fundos de pensões, destacam-se os seguintes:

Estudo sobre responsabilidades com pensões nas empresas do PSI 20;
Estudo sobre seguros de acidentes de trabalho em Portugal — Mortalidade e Remaridação.

São ainda de realçar os trabalhos desenvolvidos em conjunto com o mercado segurador e com a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) para efeitos da participação portuguesa nos estudos de impacto quantitativo relativos à introdução do Solvência II, nomeadamente o 2.º exercício do Quantitative Impact Study (QIS 2).

É de realçar que, em termos de resultados, as conclusões extraídas para o mercado português são, de uma forma geral, consistentes com a generalidade dos países europeus participantes. Em particular, os resultados do QIS 2 parecem apontar, em termos médios, para uma tendência de redução das provisões técnicas e de aumento dos requisitos de capital, verificando-se, no entanto, dispersões importantes entre empresas.

No cômputo geral, o nível de capitalização do mercado segurador português é bastante satisfatório face aos requisitos definidos no QIS 2. No entanto, relembra-se que os resultados do QIS 2 não devem ser utilizados para mensurar o impacto quantitativo absoluto do futuro regime de solvência e são apenas indicativos da relatividade de uma avaliação mais sensível e direccionada para os riscos.

Em termos médios, a carga de capital para as empresas do ramo Vida encontra-se bastante influenciada pelo risco de mercado, associado ao horizonte temporal mais alargado das responsabilidades, enquanto o risco específico de seguros é relativamente mais importante para os ramos Não Vida.

4 — Assistência ao governo no âmbito legislativo

No âmbito legislativo, foram continuados os trabalhos tendentes à transposição para o direito interno das directivas relevantes para o mercado segurador e de fundos de pensões.

Assim, a actividade desenvolvida centrou-se, essencialmente, nos seguintes aspectos:

Participação na elaboração do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 2002/92/CE e define o regime jurídico de acesso e exercício da actividade de mediação de seguros e de resseguros;

Elaboração do projecto de decreto-lei conducente à transposição da Directiva n.º 2005/14/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2005 (5.ª Directiva sobre o Seguro Automóvel), que altera o regime de protecção dos lesados de acidentes de viação baseado no seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, e revogará e substituirá o Decreto-Lei n.º 522/85, de 31 de Dezembro;

Participação na elaboração do Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de Maio, que estabelece o regime da contratação à distância de serviços financeiros, em transposição da Directiva n.º 2002/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro;

Participação nos trabalhos de transposição da Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio de 2004 (4.ª Directiva Ambiental);

Participação no grupo de trabalho de transposição da Directiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

Para além dos trabalhos associados à transposição das directivas comunitárias, foi também desenvolvida actividade de apoio legislativo e de análise a projectos de iniciativa governamental, envolvendo nomeadamente a:

Análise das implicações ao nível do sector segurador da Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, que proíbe e pune a discriminação em caso de deficiência e de existência de risco agravado de saúde;

Participação na elaboração do Decreto-Lei n.º 83/2006, de 3 Maio (regime de regularização de sinistros no âmbito do seguro automóvel);

Elaboração de projecto de diploma de alteração dos estatutos do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) (alteração do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril);

Análise da proposta de lei de regulamentação do regime dos Acidentes de Trabalho do Código de Trabalho e de uma proposta de lei relativa ao regime da remição de pensões de acidentes de trabalho de baixo montante/incapacidade reduzida;

Análise do projecto de diploma que aprova o novo sistema de avaliação do dano corporal em Direito Civil, matéria, aliás, relacionada com o processo legislativo relativo à transposição da 5.ª Directiva do Seguro Automóvel;

Análise da alteração ao modelo de apoio oficial ao seguro de crédito à exportação e ao investimento;

Análise de diversos projectos de diploma que envolvem a instituição de seguros obrigatórios, nomeadamente:

Seguro de responsabilidade civil de aeródromos;

Seguro de responsabilidade civil de mergulho amador;

Seguro de responsabilidade civil da actividade de promoção imobiliária e administração de condomínios;

Seguro de responsabilidade civil dos organismos envolvidos nos processos de avaliação de conformidade dos produtos de construção;

Seguro de responsabilidade civil dos técnicos responsáveis pela subscção de projectos e pela fiscalização e direcção de obra.

Elaboração de estudos de apoio para fundamentação de alterações legislativas ao:

Regime de tributação dos PPR;

Sistema de remições obrigatórias das pensões de acidentes de trabalho.

Por fim, é de referir a participação do ISP em diversos grupos de trabalho de iniciativa governamental, nomeadamente:

Participação nos trabalhos da Comissão de Revisão do Regime Jurídico do Contrato de Seguro, criada pelo Despacho n.º 1162/2006 do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 22 de Setembro, tendentes à elaboração de uma nova lei do contrato de seguro que possa enquadrar devidamente as novas realidades do mercado, consagre a evolução nos direitos dos consumidores e previna a utilização abusiva ou fraudulenta do mesmo.

Participação no grupo de trabalho para preparação e apresentação de um modelo de sistema de protecção contra catástrofes em Portugal, criado pelo Despacho n.º 1192/2006 do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 27 de Setembro;

Participação no grupo de trabalho criado pelo Despacho n.º 2575/2006 (2.ª série) do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de 23 de Janeiro, para identificar o impacto, em termos fiscais, das alterações decorrentes da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade nas contas individuais e propor as necessárias adaptações da legislação fiscal.

5 — Cooperação

A cooperação com entidades nacionais e internacionais representa um dos eixos prioritários de acção do Instituto de Seguros de Portugal, no âmbito da sua actividade de regulação e supervisão do sector segurador.

Relativamente à actividade internacional, esta tem-se centrado essencialmente no âmbito dos fora internacionais ligados à regulação e supervisão da actividade seguradora e de fundos de pensões, nomeadamente a Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS) e o Comité das Autoridades Europeias de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (CEIOPS).

5.1 — Cooperação com entidades nacionais:

CNSF (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros):

Para além das regulares trocas de informação com o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, foram desenvolvidos diversos trabalhos sob a égide do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) — instância que congrega representantes das três autoridades de supervisão do sistema financeiro em Portugal — dentre os quais são de destacar os seguintes:

Elaboração do primeiro *draft* de regulamentação dos conglomerados financeiros, na sequência da transposição da directiva sobre a supervisão prudencial dos conglomerados financeiros;

Elaboração, em conjunto com o Banco de Portugal, do exercício de identificação de conglomerados financeiros (com informação relativa a 30 de Junho de 2006);

Associação Portuguesa de Seguradores (Grupo de Contacto ISP/APS):

O Grupo de Contacto ISP/APS foi criado no âmbito do desenvolvimento do Projecto Solvência II, com a finalidade de estabelecer uma plataforma de comunicação e diálogo que possibilitasse uma mais

rápida e eficiente troca de conhecimentos e opiniões entre o Instituto de Seguros de Portugal e as empresas de seguros relativamente à evolução do projecto Solvência II.

No decurso de 2006 são de referir os seguintes trabalhos e iniciativas:

Apresentação detalhada das principais matérias em discussão no âmbito do CEIOPS relativamente aos três pilares, no arranque dos trabalhos do Grupo de Contacto APS/ISP para o projecto Solvência II (Janeiro);

Follow-up das principais matérias em discussão (Maio);

Preparação de documento com propostas para a calibragem de factores nacionais para a fórmula *standard* do SCR (Maio/Julho);

Apresentação sobre os principais pontos dos *consultations papers* 15 a 20 emitidos pelo CEIOPS (Novembro);

Apresentação dos resultados agregados do QIS 2 para o mercado português (Novembro).

Outras entidades:

Em 2006 foram cumpridos os compromissos assumidos com o Instituto Nacional de Estatística no âmbito do Protocolo que visa facilitar e racionalizar a recolha de estatísticas de seguros e de fundos de pensões. Esta cooperação traduziu-se numa economia de custos, quer em termos de envio dos dados nos prazos estabelecidos, quer em termos de apoio técnico, nomeadamente através da participação de técnicos do ISP em reuniões da Eurostat.

Foi ainda cumprido o acordo com o Banco de Portugal, no âmbito da transmissão de informações estatísticas trimestrais.

5.2 — Cooperação com instituições estrangeiras:

Em termos de supervisão, é de salientar a participação de técnicos do ISP em seis comités de coordenação no âmbito da supervisão complementar de alguns grupos de seguros europeus, que possibilitou um intercâmbio de informações relativo à actividade corrente de supervisão.

Ainda no que se refere à colaboração com entidades congéneres de outros Estados, são de salientar os encontros com delegações da Finantsinspeksioon, autoridade de supervisão do sector financeiro da Estónia e da autoridade de supervisão de seguros do Líbano.

No campo da cooperação com os países de expressão portuguesa, o ISP continuou a providenciar não apenas apoio técnico às respectivas autoridades como também a executar as tarefas inerentes à sua função de secretariado da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), das quais se destaca a colaboração prestada à superintendência de Seguros Privados do Brasil (SUSEP), na organização da III Assembleia Anual e X Conferência da ASEL.

O apoio técnico prestado às autoridades de supervisão de seguros lusófonas consubstanciou-se na organização de estágios para técnicos do Banco Central de S. Tomé e Príncipe, que se prolongarão por 2007, no apoio a uma comissão técnica multi-sectorial liderada pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Angola, com vista à implementação, naquele país, do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel e do seguro de aviação e infra-estruturas aeronáuticas e serviços auxiliares e, também, no acompanhamento do processo de implementação do regime das garantias financeiras concebido pela Inspecção-Geral de Seguros de Moçambique.

É ainda de salientar a participação no Comité Europeu dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPC) e no respectivo grupo de peritos de Solvência, bem como a participação no grupo de peritos para implementação de sistemas de garantia para os tomadores de seguros em caso de liquidação de uma empresa de seguros, no grupo de trabalho *ad hoc* sobre Seguros nos Transportes Aéreos, no Sub-comité de Enforcement do Mercado de Valores Mobiliários e no GAFI (Grupo de Acção Financeira contra o Branqueamento de Capitais).

Ainda no âmbito da União Europeia destaca-se o acompanhamento dos projectos de regulamentos do Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia sobre a lei aplicável às obrigações contratuais e sobre a lei aplicável às obrigações extracontratuais, respectivamente, projectos Roma I e Roma II e ainda a participação no grupo de trabalho do Conselho da União Europeia, Protecção e informação dos consumidores, relativas ao direito europeu dos contratos.

No âmbito dos fundos de pensões, é de referir a participação na Organização Internacional dos Supervisores de Pensões (IOPS) e o acompanhamento dos trabalhos da futura directiva relativa à melhoria da portabilidade dos direitos à pensão complementar.

No que respeita à transmissão de informações estatísticas, foram cumpridos os acordos com diversos organismos internacionais, nomeadamente a ASSAL (Associação de Supervisores de Seguros da

América Latina), o CEIOPS e a OCDE, sendo de realçar que o ISP preside às *task-forces* das estatísticas de seguros e dos fundos de pensões, constituídas no âmbito desta última organização.

Os interesses de Portugal relacionados com os acordos de natureza bilateral celebrados entre a União Europeia e países terceiros (GATS) e os de carácter multilateral, envolvendo a OMC, foram, igualmente, objecto da participação activa do ISP através da colaboração prestada ao Ministério das Finanças e da Administração Pública por intermédio da respectiva Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI) e, também, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, via Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários (DGAC).

O ISP manteve, igualmente, um estreito relacionamento com várias organizações internacionais, sendo de destacar a participação nas 77.^a e 78.^a sessões do Comité de Seguros e de Fundos de Pensões da OCDE e nos respectivos grupos de trabalho, tendo igualmente participado no encontro anual da Associação Internacional para a Fraude nos Seguros (IAIFA) e nas sessões de trabalho do Grupo de Acção Financeira, criado no âmbito da cimeira económica do G-7 (GAFI).

De salientar, como ponto alto da actividade internacional protagonizada pelo ISP, o acolhimento em Portugal, de 24 a 28 Abril, na sua qualidade de membro da Associação de Supervisores de Seguros da América Latina (ASSAL), da VII Assembleia Anual da Associação e da XVII Conferência sobre Regulação e Supervisão de Seguros na América Latina, cujo êxito muito contribuiu para fortalecer os já excelentes laços de amizade que unem o ISP aos seus congéneres do outro lado do Atlântico.

5.3 — Comité das Autoridades Europeias de Supervisão de Seguros e Pensões Complementares de Reforma (CEIOPS):

Os trabalhos de definição do novo regime de solvência para a actividade seguradora (projecto Solvência II) têm vindo a processar-se com crescente intensidade, importância e nível de detalhe técnico no seio de várias entidades intercooperantes.

No âmbito do CEIOPS, o ISP tem representantes em três dos quatro grupos de trabalho relacionados com o Solvência II, Pilar I (Vida e Não Vida), Pilar II e Pilar III/Contabilidade. O ISP participa ainda em vários Comités, como o de Estabilidade Financeira (FSC), de Supervisão de Grupos de Seguros (IGS), de Fundos de Pensões (IORPs) e no Comité Intercalar de Trabalho sobre Conglomerados Financeiros (IWCF).

A participação activa do ISP nos grupos de trabalho do CEIOPS tem vindo a ser consistentemente assumida como objectivo ao longo dos últimos anos, tendo os respectivos representantes mantido uma postura de intervenção bastante dinâmica e atuante.

Este envolvimento culminou com a assunção da responsabilidade pela presidência do grupo de trabalho do Pilar III/Contabilidade por um director do ISP. Este grupo de trabalho tem como principais funções:

Desenvolver o aconselhamento do CEIOPS relativamente ao Pilar III do Solvência II, nomeadamente no que se refere aos requisitos de prestação de informação ao mercado e às autoridades de supervisão;

Analisar os aspectos ligados à contabilidade que sejam do interesse das autoridades de supervisão, em particular, acompanhar os trabalhos do IASB e preparar a participação do CEIOPS no processo de elaboração dos *standards* internacionais de contabilidade.

Para além disso, dois técnicos do ISP são ainda responsáveis ao nível dos grupos de trabalho do CEIOPS, respectivamente, pela coordenação do subgrupo encarregue de estabelecer os princípios aplicáveis ao estabelecimento do Pilar II *add-on* e pela liderança do subgrupo das provisões técnicas do ramo vida do Pilar I.

Assim, para além do acompanhamento continuado dos trabalhos e da elaboração de comentários e sugestões aos documentos produzidos, é de salientar o conjunto de apresentações e de documentos preparados que permitiram reforçar o peso de Portugal nas opções a tomar, dos quais se salientam:

Draft paper para o grupo do Pilar I do CEIOPS sobre os princípios de avaliação das provisões técnicas, desenvolvimento da fórmula do MCR, limites à concentração nos activos de cobertura e requisitos de diversificação;

Draft paper para o grupo do Pilar I do CEIOPS relativo ao impacto da adopção da abordagem *cost-of-capital* sobre os elementos estruturais do sistema Solvência II;

Draft paper para o grupo do Pilar I do CEIOPS relativo à análise do fluxo de interligação lógica da estrutura comum proposta pelo IAIS para a avaliação das responsabilidades das empresas de seguros;

Draft paper para o grupo do Pilar II do CEIOPS sobre *Pillar II capital add-ons for solo and group undertakings*;

Draft paper para o grupo do Pilar III do CEIOPS sobre *public disclosure and supervisory reporting under the Solvency II environment*;

Apresentação no comité dos IORPs dos trabalhos tendentes à implementação de um modelo de supervisão dos fundos de pensões baseado nos riscos;

Apresentação sobre os trabalhos do Pilar III realizada no âmbito do CEIOPS Seminar on Solvency II;

Apresentação sobre IFRS: *impact on the insurance sector*.

5.4 — Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS):

No que se refere à IAIS, o ISP encontra-se representado no respectivo comité de solvência, que tem vindo a desenvolver as bases de um modelo de solvência aplicável internacionalmente ao sector segurador.

Neste sentido, é de sublinhar a publicação de sucessivos *drafts* do documento The IAIS Common Structure for the Assessment of Insurer Solvency, cuja versão final acabaria por ser aprovada em Janeiro de 2007.

Este documento insere-se num projecto à escala mundial que tem por objectivo a formulação de uma abordagem consistente, fiável e transparente para a avaliação da solvência ao nível das empresas de seguros e apresenta uma metodologia coerente que visa a definição de requisitos financeiros regulamentares e dos seus respectivos papéis — nomeadamente das provisões técnicas e dos requisitos de capital — num regime de solvência baseado no risco, abordando também componentes estruturais de natureza qualitativa como as de *corporate governance*, de conduta de mercado e de requisitos de informação (regras de transparência).

6 — Apoio ao consumidor

Atendimento e comunicação:

O Instituto de Seguros de Portugal disponibiliza um alargado conjunto de serviços de apoio ao consumidor, de entre os quais assume particular importância o do atendimento ao público.

Este serviço consiste: (i) na prestação de apoio técnico — presencial e telefónico — aos consumidores de produtos comercializados pelos operadores supervisionados; (ii) na disponibilização de informações relativas ao seguro automóvel de veículos matriculados em países da EU, através do Centro de Informação Automóvel criado no âmbito da transposição da Directiva n.º 2000/26/CE; e (iii) na emissão de pareceres técnicos sobre questões colocadas por entidades e particulares relativos a matérias relacionadas com as áreas supervisionadas.

Em 2006, foram atendidas 9426 pessoas presencialmente e 57 473 por telefone, foram satisfeitas 1424 solicitações ao Centro de Informação Automóvel e geridos 27 700 processos, assumindo particular importância o apoio técnico prestado às entidades oficiais, nomeadamente organismos da administração pública e judiciais, bem como a instituições de defesa do consumidor.

No âmbito do apoio ao consumidor, assume ainda especial relevância a disponibilização no *site* do ISP, iniciada em 2006, dos contratos constitutivos e dos regulamentos de gestão dos fundos de pensões, assim como das respectivas alterações.

No que respeita à comunicação com o exterior, foram editadas as seguintes publicações:

Relatório do Sector Segurador e Fundos de Pensões (anual);
Revista Fórum n.º 22 (semestral);
Estatísticas de Seguros (anual);
Relatório e Contas do ISP (anual);
Estatísticas de Fundos de Pensões (anual);
Parque Automóvel Seguro (anual);
 Desdobráveis diversos.

Para além das actividades já referidas, foram ainda desenvolvidos os seguintes projectos:

Gestão do portal do ISP na Internet, incluindo a *newsletter* electrónica;

Realização do 5.º Colóquio Internacional sobre Solvência e Fundos de Pensões;

Realização de uma campanha de informação pública sobre o seguro automóvel, envolvendo a divulgação de um milhão de brochuras informativas através de uma rede de parcerias com entidades privadas e públicas.

Documentação:

O Instituto de Seguros de Portugal garante o livre acesso a um fundo documental que, no final de 2006, apresentava a seguinte composição:

Fundo documental:

Monografias (títulos)	7 709
Publicações periódicas (títulos)	215
Análíticos (títulos)	2 694
Diplomas legais nacionais (diplomas)	1 860
Actos comunitários (diplomas)	114
Jurisprudência (diplomas)	449
Normas e circulares do ISP (diplomas)	413
Material não livro (títulos)	27
Trabalhos de final de curso (títulos)	69
Total de registos	13 550

O fundo tem vindo a ser expandido, tentando compilar não só todas as disposições legais específicas e relacionadas com o sector segurador, mas também a jurisprudência emanada dos tribunais competentes.

As principais actividades desenvolvidas consistem na realização de pesquisas documentais a pedido de utilizadores presenciais externos, no empréstimo de monografias e na prestação de serviços de informação resultantes de pedidos/consultas recebidos através de diversos meios (telefone, fax, correspondência e, principalmente, o *e-mail*).

Procedeu-se igualmente à avaliação do perfil e do grau de satisfação dos utilizadores externos, efectuada através das respostas a um inquérito fornecido no final das visitas. A maioria dos utilizadores mostrou um grau de satisfação Muito Bom, em relação às informações pretendidas (74%) e igualmente um grau de satisfação Muito Bom relativamente à qualidade do atendimento dispensado (90%). A partir do mesmo inquérito, verificou-se que recorrem com maior frequência aos serviços indivíduos com idades entre os 20 e os 30 anos, tendencialmente do sexo feminino. Relativamente às actividades profissionais exercidas pelos utilizadores verificou-se uma maior afluência de estudantes e profissionais da área jurídica.

7 — Avaliação do cumprimento dos objectivos para 2006

Para efeitos do desempenho das atribuições atrás mencionadas, foram estabelecidos no plano de actividades do Instituto de Seguros de Portugal para 2006 um conjunto de objectivos que serviram de linha de rumo para as actividades a desenvolver ao longo do ano. Neste ponto pretende-se, de forma sucinta, avaliar e fundamentar o grau de cumprimento desses objectivos.

Assim, para cada objectivo são sumariamente identificadas as principais acções desenvolvidas, sendo efectuada no final uma avaliação global do cumprimento dos objectivos.

Objectivo n.º 1 — Continuação da política de melhoria qualitativa dos procedimentos e práticas de supervisão prudencial e do reforço da sua normalização por forma a contribuir para o aumento da eficácia e da eficiência da actuação do ISP enquanto autoridade de supervisão:

Desenvolvimento de orientações consubstanciando os principais aspectos a ter em consideração na apreciação da situação financeira das empresas de seguros com base nos elementos de reporte relativo ao encerramento do exercício.

Apreciação transversal do ramo Vida no sentido de se reforçar a uniformização dos procedimentos na análise deste ramo.

Análise comparativa de indicadores de mercado da modalidade acidentados de trabalho e do seguro automóvel.

Realização de apreciação transversal do trabalho efectuado pelos actuários responsáveis relativamente aos ramos Não Vida.

Reforço da estruturação do processo de inspecção, nomeadamente no que respeita aos procedimentos relativos à transmissão das conclusões às empresas supervisionadas.

Objectivo n.º 2 — Aperfeiçoamento continuado dos modelos de supervisão das empresas de seguros e dos fundos de pensões, tirando partido do processo de informatização, e privilegiando a adopção de modelos baseados nos riscos efectivamente incorridos por cada entidade supervisionada e na análise das políticas de gestão desses riscos:

Continuação do desenvolvimento de um sistema de avaliação do perfil de risco das empresas de seguros, contemplando a construção de uma matriz de riscos simplificada.

Introdução de melhorias no sistema de *ratios* e indicadores de alerta para os ramos Não Vida.

Reestruturação do sistema de *ratios* e indicadores de alerta para o ramo Vida.

Consolidação dos *ratios* e indicadores de alerta obtidos na análise transversal relativa à modalidade acidentes de trabalho e ao seguro automóvel.

Análise das carteiras de investimentos orientada para a aferição dos respectivos riscos incorridos pelas empresas de seguros, quer numa base individual, quer numa base agregada.

Objectivo n.º 3 — Continuação da reorientação das práticas de supervisão, privilegiando a avaliação prospectiva da situação financeira e a análise das actividades e estratégias de negócio e reforçando a vertente inspectiva, quer ao nível da avaliação dos sistemas de controlo interno, quer na vertente relativa à conduta de mercado:

Análise financeira das empresas de seguros, com enfoque na identificação das razões justificativas da evolução do desempenho técnico e no nível de provisionamento.

Enfoque na apreciação dos planos relativos à implementação dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno apresentados pelas empresas de seguros nos termos definidos no normativo vigente.

Continuação do enfoque na vertente inspectiva no sector segurador, com especial incidência nas áreas de organização e controlo interno, no provisionamento no âmbito do seguro automóvel e da modalidade de acidentes de trabalho, na gestão de investimentos no ramo Vida e na conduta de mercado e branqueamento de capitais.

Reforço das acções de inspecção na área dos fundos de pensões, que tiveram como objectivos principais verificar o controlo da qualidade da informação recebida dos associados dos fundos de pensões, a contabilização das receitas e despesas dos fundos e respectivo património, o processamento e pagamento das pensões, o cumprimento das regras de investimento e a análise das políticas de investimentos.

Identificação das prioridades de actuação da equipa de conduta de mercado e definição de uma estratégia de intervenção, tendo em conta os principais problemas e necessidades detectados nesta área.

Identificação dos manuais e mecanismos automatizados de supervisão de conduta de mercado necessários, e início do seu desenvolvimento, com especial enfoque nas áreas do branqueamento de capitais e do controlo de prazos de regularização de sinistros automóveis.

Acompanhamento da publicidade aos seguros, sobretudo à efectuada na Internet e nos jornais, dando especial atenção à divulgação de Instrumentos de Captação de Aforro Estruturados (ICAIE).

Objectivo n.º 4 — Reformular as diferentes vertentes do sistema de supervisão dos fundos de pensões, adaptando-o aos requisitos da nova legislação e integrando, de forma gradual, a supervisão baseada nos riscos por forma a assegurar uma eficiente alocação de recursos às situações prioritárias:

Elaboração e submissão a processo de consulta pública de um projecto de regulamentação sobre algumas estruturas de governação dos fundos de pensões (Documento de Consulta Pública n.º 2/2006) envolvendo, nomeadamente, o funcionamento da Comissão de Acompanhamento e do Provedor.

Desenvolvimento do processo inicial de consolidação regulamentar decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, com especial incidência nas áreas da governação e dos investimentos.

Continuação da implementação prática gradual do sistema de supervisão dos fundos de pensões baseado nos riscos.

Objectivo n.º 5 — Reformular as diferentes vertentes do sistema de supervisão da actividade de mediação de seguros, adaptando-o aos requisitos da nova legislação e reforçando a supervisão da conduta de mercado.

Regulamentação do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, sobre o acesso e exercício da actividade de mediação de seguros ou de resseguros (Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro, após consulta pública sobre o correspondente projecto — Documento de Consulta Pública n.º 5/2006).

Desenvolvimento de um novo sistema de registo das diversas categorias de mediadores, incrementando a desmaterialização de procedimentos através do recurso às novas tecnologias de informação e comunicação.

Objectivo n.º 6 — Prosseguir a implementação das medidas constantes do plano de acção decorrente do exercício de auto-avaliação dos Insurance Core Principles da Associação Internacional de Super-

visores de Seguros (IAIS), no sentido da convergência com as melhores práticas internacionais ao nível da regulação e supervisão:

Elaboração de propostas destinadas a assegurar que o quadro jurídico aplicável ao ISP cumpre os padrões internacionais emanados da IAIS, nomeadamente através do reforço do respectivo regime de autonomia financeira.

Estudo e preparação de propostas legislativas destinadas a reforçar as estruturas de governação das empresas de seguros e a definir um conjunto de princípios de conduta de mercado.

Definição dos objectivos e do âmbito da auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros (Norma Regulamentar n.º 10/2006-R, de 24 de Outubro, emitida após consulta pública sobre o correspondente projecto — Documento de Consulta Pública n.º 1/2006).

Desenvolvimento do projecto de Plano de Contas para as Empresas de Seguros, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Objectivo n.º 7 — Reforço dos mecanismos de governação na actividade seguradora e de fundos de pensões, nomeadamente através da divulgação de boas práticas, elaboradas em conjunto com os diversos intervenientes no mercado, relativamente às diferentes áreas de implementação dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno:

Elaboração de um *draft* relativo aos principais aspectos a reter por tipo de risco, no âmbito do desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Elaboração de um *draft* relativo a orientações técnicas sobre a gestão do risco de Asset-Liability Management (ALM).

Definição da prestação de informação financeira complementar sobre o impacto da aplicação das normas internacionais de contabilidade (Norma Regulamentar n.º 4/2006-R, de 15 de Maio).

Regulamentação do novo regime de regularização de sinistros do seguro automóvel (Norma Regulamentar n.º 7/2006-R, de 30 de Agosto, e Norma Regulamentar n.º 13/2006-R, de 5 de Dezembro).

Estudos conducentes ao cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego, para efeitos da regulamentação relativa à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) ao sector segurador e aos ajustamentos a efectuar à margem de solvência das empresas de seguros.

Estudo sobre seguros de acidentes de trabalho em Portugal — Mortalidade e Remaridação.

Objectivo n.º 8 — Continuar a privilegiar a participação activa do ISP nas organizações internacionais em que se consolida o processo de convergência das práticas de regulação e supervisão da actividade seguradora e de fundos de pensões, nomeadamente no Comité das Autoridades Europeias de Supervisão dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (CEIOPS):

Presidência do Grupo de Trabalho Pilar III/Contabilidade do CEIOPS. Coordenação do Subgrupo do Grupo de Trabalho Pilar II do CEIOPS encarregue de estabelecer os princípios aplicáveis ao estabelecimento do Pilar II *add-on*.

Liderança do subgrupo das provisões técnicas do ramo Vida no âmbito do Grupo de Trabalho Pilar I do CEIOPS.

Participação nos Comités de Estabilidade Financeira (FSC), de Supervisão de Grupos de Seguros (IGS), de Fundos de Pensões (IORPs) e no Comité Intercalar de Trabalho sobre Conglomerados Financeiros (IWCFC).

Participação de técnicos do ISP em seis comités de coordenação no âmbito da supervisão complementar de alguns grupos de seguros europeus.

Objectivo n.º 9 — Acompanhamento profundo e continuado do projecto de revisão do sistema de solvência do sector segurador na União Europeia (Solvência II), por forma a avaliar tempestivamente os desenvolvimentos que possam vir a ter um maior impacto no mercado português e a contribuir para uma adaptação gradual aos requisitos operacionais do novo sistema:

Implementação do Grupo de Contacto ISP/APS no âmbito do desenvolvimento do Projecto Solvência II.

Coordenação da realização pelo mercado segurador português dos estudos de impacto quantitativo (QIS) relativos à introdução do Solvência II.

Estudo de metodologia de cálculo dos requisitos de capital para o risco específico de seguros Não Vida, em particular para o ramo Automóvel e para a modalidade Acidentes de Trabalho.

Estudo sobre requisitos de adequação de capital para o ramo Vida — risco de mortalidade.

Elaboração de um modelo estocástico para a mortalidade dos pensionistas e beneficiários dos fundos de pensões adaptado à abordagem do tipo *cost-of-capital*.

Estudo de uma abordagem integrada para avaliação de riscos e determinação do nível de solvência global em modelos internos.

Estudo sobre a base de comparação matemática das medidas de risco VaR e TailVaR e respectivas definições de ruína.

Objectivo n.º 10 — Assegurar, no que respeita ao sector segurador, a preparação e o acolhimento da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) encarregue do Financial Sector Assessment Program (FSAP) ao sistema financeiro em Portugal:

Resposta a extenso questionário remetido pela missão do FSAP sobre a regulação e a supervisão do sector segurador em Portugal.

Elaboração de notas sobre os procedimentos utilizados no âmbito das diferentes facetas do processo de supervisão das empresas de seguros.

Elaboração de apresentações relativas à regulamentação e ao processo de supervisão no âmbito de cada um dos 28 *insurance core principles* em avaliação.

Preparação e realização, em conjunto com o mercado segurador, de um exercício de *stress testing* englobando diversos riscos a que as empresas de seguros estão expostas.

Objectivo n.º 11 — Acompanhamento das perspectivas e evoluções internacionais sobre a regulamentação, em todos os subsectores do sistema financeiro, dos padrões relevantes para o controlo da situação financeira global e para a adequação das estruturas e mecanismos de governação:

Estudo das melhores práticas internacionais em termos de regulamentação relativa à solvência dos fundos de pensões.

Estudo de diversas matérias da directiva de adequação de capital do sector bancário e do Basileia II para efeitos de comparação com o regime a estabelecer no âmbito do Solvência II.

Estudo sobre as melhores práticas internacionais adoptadas no sector financeiro no que respeita às políticas de utilização dos direitos de voto por parte dos gestores de fundos.

Objectivo n.º 12 — Prosseguimento da participação activa no processo de articulação das actividades de supervisão do sector financeiro em Portugal ao nível do Conselho Nacional de Supervisores Financieiros:

Elaboração, em conjunto com o Banco de Portugal, do exercício de identificação de conglomerados financeiros (com informação relativa a 30 de Junho de 2006).

Elaboração do primeiro *draft* de regulamentação dos conglomerados financeiros, na sequência da transposição da directiva sobre a respectiva supervisão prudencial.

Desenvolvimento de propostas sobre o modelo de supervisão pública dos revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas a implementar em Portugal na sequência da transposição da Directiva da Auditoria.

Ao nível da actividade de regulação e supervisão do mercado segurador e de fundos de pensões efectuada pelo ISP, o ano 2006 ficou marcado essencialmente pela continuação da implementação de medidas no âmbito da estratégia de convergência com as melhores práticas internacionais e pela avaliação efectuada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito do Financial Sector Assessment Program (FSAP).

No que respeita às práticas de supervisão, são de destacar as apreciações transversais tendentes a harmonizar procedimentos de análise, a continuação do desenvolvimento de um sistema de avaliação do perfil de risco das empresas de seguros, contemplando a construção de uma matriz de riscos simplificada, a continuação da implementação prática do sistema de supervisão dos fundos de pensões baseado nos riscos e o enfoque na apreciação dos planos relativos à implementação dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno apresentados pelas empresas de seguros nos termos definidos no normativo vigente.

Em termos do processo regulamentar, refiram-se os trabalhos destinados à implementação das estruturas de governação dos fundos de pensões, nomeadamente a comissão de acompanhamento e o provedor, a regulamentação do novo regime jurídico da mediação de seguros e a definição dos objectivos e do âmbito da auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros.

Por outro lado, saliente-se o envolvimento do ISP no processo de desenvolvimento do novo regime de solvência do sector segurador na União Europeia (Solvência II), nomeadamente através do contributo para os trabalhos efectuados no âmbito do CEIOPS.

Em suma, o conjunto de actividades desenvolvidas ao longo de 2006 permitiu um elevado grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos, tendo sido dados passos seguros no sentido de reforçar a convergência com as melhores práticas internacionais ao nível da regulação e supervisão do mercado segurador e de fundos de pensões.

7.1 — Avaliação do FMI-FSAP:

Como foi anteriormente referido, o ano 2006 foi marcado de forma indelével pelo exercício de avaliação sobre a solidez do sector financeiro português e correspondente diagnóstico das suas potenciais vulnerabilidades, efectuado pelo FMI no âmbito do FSAP.

Relativamente ao sector segurador, o exercício de avaliação do FSAP foi levado a cabo no período compreendido entre 30 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 2006, tomando em conta o extenso trabalho de auto-avaliação efectuado pelo ISP ao longo dos dois anos anteriores, bem como toda a informação complementar disponibilizada tanto pelo ISP como pelos representantes das várias entidades públicas e privadas consultadas, no âmbito das reuniões mantidas com a equipa do FMI. A avaliação em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo foi efectuada no âmbito da 3.ª avaliação mútua de Portugal pelo GAFI.

Este exercício procurou, por um lado, avaliar o grau de aderência da regulação e do processo de supervisão desenvolvidos pelo ISP aos *insurance core principles* emanados pela IAIS e, por outro, realizar um conjunto de testes à solidez e sustentabilidade do sistema segurador português. Em ambos os casos, os resultados foram plenamente satisfatórios.

O nosso país obteve excelentes resultados no que respeita ao grau de adequação da regulação e do processo de supervisão às normas da IAIS, obtendo uma classificação de Observado, em cerca de 80% dos princípios e Em grande parte observado, nos restantes 20%. As conclusões do FMI apresentam algumas sugestões, que o ISP se propôs analisar cuidadosamente e desenvolver todos os esforços para a sua total implementação.

Relativamente aos *stress tests* efectuados sobre uma amostra representativa de empresas do sector, distribuídas pelos ramos Vida e Não Vida, os resultados foram também bastante satisfatórios, na medida em que os capitais das empresas de seguros se mostraram adequados para absorver as perdas decorrentes da generalidade dos choques considerados.

Os resultados da avaliação efectuada pelo FMI colocam o nosso país ao nível dos melhores, com um elevado grau de observância na generalidade dos princípios. Estes resultados permitem concluir que a regulação e o processo de supervisão da actividade seguradora, desenvolvidos pelo ISP em Portugal, se encontram ao nível das melhores práticas internacionais nesta matéria.

Desenvolvimento e recursos humanos

1 — Sistemas de informação

O ISP prosseguiu a sua aposta nos Sistemas de Informação, tendo continuado a estratégia de desenvolvimento de soluções de suporte às actividades e de consolidação das aplicações já implementadas.

Neste contexto, a solução de Gestão da Informação de Supervisão (GISVP) foi enriquecida com diversas melhorias e funcionalidades, para além das adaptações da informação recepcionada através do portal do ISP na Internet.

Iniciaram-se também os trabalhos de desenvolvimento do módulo de Controlo de Prazos de Regularização de Sinistros, no âmbito do novo Regime de Regularização de Sinistros do Seguro Automóvel e a adaptação da solução de Gestão de Mediadores ao novo enquadramento legal.

Continuou-se a melhoria das funcionalidades das aplicações de recursos humanos, nomeadamente na gestão do cadastro, na gestão de vencimentos e controlo de marcações. Entre as novas funcionalidades disponibilizadas destacam-se o módulo de *elearning* e a actualização de cadastro e dados pessoais de cada colaborador através da intranet do ISP.

Foi concluída a passagem a exploração do módulo de recepção de taxas que, para além de melhorar e facilitar a interacção com as entidades pagadoras, irá proporcionar melhor controlo das receitas e taxas cobradas pelo ISP.

Em sintonia com a Associação Portuguesa de Seguradores procedeu-se à reestruturação da solução de envio de notificações de forma a agilizar o processo de resposta das empresas de seguros. Esta melhoria permite às empresas notificadas o desenvolvimento de interfaces de pesquisa interna e resposta automática.

Na sequência das auditorias efectuadas, foi dado seguimento aos trabalhos de desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), que tem em vista a reposição da normalidade no caso de desastre. O ISP espera estar em condições de proceder aos primeiros testes no 3.º trimestre de 2007. Foram também iniciados os projectos de reformulação da arquitectura de redes locais e alargadas, melhorada a protecção física dos centros de processamento de dados do ISP e prosseguiu-se a estratégia de consolidação na sede de equipamentos que estavam descentralizados.

Foi também concluído o *outsourcing* do serviço de administração de segurança, que inclui a gestão e operação destes equipamentos.

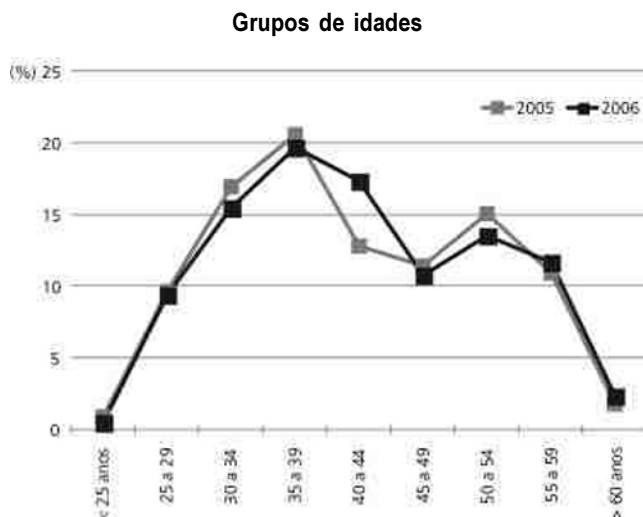
No último trimestre de 2006 foram iniciados os trabalhos de remodelação do site ISP (www.isp.pt) e revisão da arquitectura da informação que o mesmo disponibiliza. O novo site tem como principal objectivo a reestruturação da informação de forma a garantir um melhor equilíbrio entre a informação procurada por entidades profissionais e particulares.

2 — Recursos humanos

Em 2006, o quadro de pessoal efectivo do ISP teve uma redução de 219 para 215 trabalhadores, conforme se mostra no quadro seguinte:

	2005	2006
Directores	22	20
Técnicos	134	134
Chefias intermédias	20	18
Administrativos	31	32
Outros	12	11
Total	219	215

A estrutura etária dos trabalhadores do ISP apresenta uma média de 42,2 anos, não tendo o recrutamento de segmentos jovens e a ocorrência de pré-reformas, pela sua quantidade, influenciado significativamente o não envelhecimento anual da estrutura.



As acções de formação situaram-se num patamar de estabilização. Manteve-se o número de 84 acções, o número de formandos teve um aumento (de 283 para 287) e o número de horas de formação decresceu (de 8248 para 8103).

Esta estabilização teve uma relação directa com o facto de muitos dos utentes potenciais de formação terem estado envolvidos no projecto de preparação e acompanhamento do FSAP e em projectos de modernização de tratamento da informação.

Recursos financeiros

A actividade do ISP é financiada pelas entidades sob a sua supervisão, através de contribuições obrigatórias, e pelos rendimentos de aplicações financeiras.

Os proveitos de 2006 aumentaram cerca de 6% relativamente ao ano 2005, sendo este aumento essencialmente justificado pelo crescimento das contribuições obrigatórias. Por outro lado, os custos cresceram cerca de 8%.

Em consequência, o resultado líquido em 2006 foi de 1 021 916,96 euros, contra 1 309 576,92 euros em 2005, o que representa um decréscimo de cerca de 22%.

A evolução dos custos explica-se basicamente pelo aumento significativo das amortizações do exercício, da substituição e manutenção dos programas informáticos que a tecnologia torna rapidamente obsoletos, das conferências internacionais realizadas e suportadas pelo ISP, bem como as campanhas de informação levadas a cabo durante o ano de 2006.

Também, no que se refere às disponibilidades, houve uma evolução positiva, com um aumento de cerca de 17%, comparativamente a 2005, decorrentes das poupanças obtidas durante o exercício.

Execução orçamental:

As receitas correntes cobradas apresentaram o valor de 18 849 423 euros, atingindo um grau de execução de 100%, tendo as contribuições obrigatórias atingido um grau de execução de 104%. Este desvio positivo nas contribuições obrigatórias deveu-se ao crescimento da actividade seguradora, de aproximadamente 1,5% nos ramos Não Vida em 2006, e do crescimento extraordinário de 37%, no 2.º semestre de 2005, do ramo Vida, que o ISP recebeu em 2006, não obstante a descida das taxas a favor do ISP.

Quanto às despesas correntes, o grau de execução foi de 86%, justificado pela não concretização de algumas despesas, designadamente na vertente de pessoal e outros serviços.

No respeitante às despesas de capital, cujo grau de execução foi de 85%, é de salientar a aquisição de equipamento informático, por motivos de reorganização e consequente expectativa do resultado da auditoria para o plano de prevenção e recuperação de sistemas.

Fundos autónomos geridos pelo ISP

1 — Fundo de Garantia Automóvel

1.1 — Actividade desenvolvida:

Em 2006, foram registados 6273 novos processos, contra 7069 abertos em 2005, o que representa uma expressiva redução de 11,3%. Já em 2005, e pela primeira vez na história do FGA, o número de processos abertos tinha sido inferior ao do exercício anterior (– 7,4%).

As campanhas, alertando para as consequências da condução sem seguro automóvel, a maior fiscalização pelas autoridades reguladoras do trânsito e a dinâmica que foi imprimida pelo FGA aos processos e procedimentos de reembolso, foram factores determinantes para esta nova realidade.

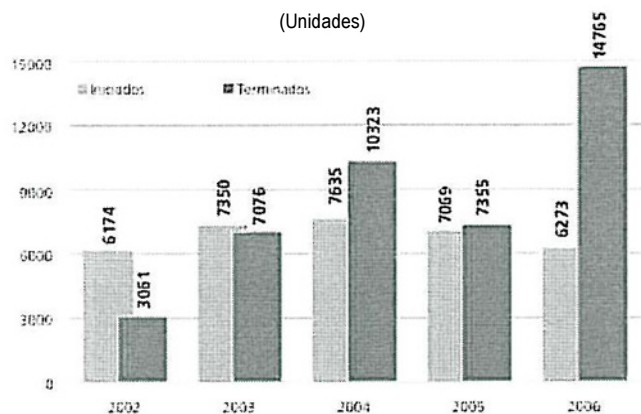
Outro dado a realçar é a diminuição (– 20,3%) das demandas directas (acções instauradas contra o FGA que dão lugar à abertura do processo), situação que se vai consolidando ao longo dos últimos anos (455 em 2003, 425 em 2004, 390 em 2005 e 311 em 2006), sinal de melhoria contínua dos serviços a deixar passar uma mensagem clara de que o FGA privilegia a resolução dos processos de sinistros por via extrajudicial.

Cerca de 63% dos processos abertos respeitam a acidentes do próprio exercício e 27% a ocorrências de 2005, repartindo-se os restantes 10% por acidentes de anos anteriores.

Foram encerrados 14 765 processos, mais 7410 do que em 2005, o que se traduz num expressivo aumento de 100,8%, fechando-se o exercício com a inédita margem de 235,4% (*ratio* aberturas/encerramentos), superior em 126,2% relativamente a 2005, resultado para o qual em muito contribuiu a mega-revisão efectuada aos processos de reembolso.

O gráfico seguinte mostra a evolução das aberturas e encerramentos de processos nos últimos cinco anos:

Processos de sinistros iniciados/terminados



A conta de provisões para sinistros transitou para 2007 com um saldo de 151 944 329 euros.

A este valor acrescem 40 145 milhares de euros de provisão para IBNR (sinistros ocorridos mas 41 não participados).

As indemnizações pagas totalizaram 27 694 milhares de euros, sendo 43% por lesão corporal, 24% por morte e 33% por lesão material.

As indemnizações cresceram 2,76%, variação inferior à verificada em 2005, que foi de 3,18%.

Importa evidenciar que as indemnizações judiciais, habitualmente mais dispendiosas, representaram 40% do universo, ou seja, acentuou-se a vertente extrajudicial como solução privilegiada pelo FGA, tanto em número de processos como nos montantes indemnizatórios.

O pagamento de mais de dois milhões e meio de euros em transacções judiciais é outro indicador da consolidação da política de levar a julgamento apenas casos em que é manifesto o legítimo interesse em deixar julgar a acção.

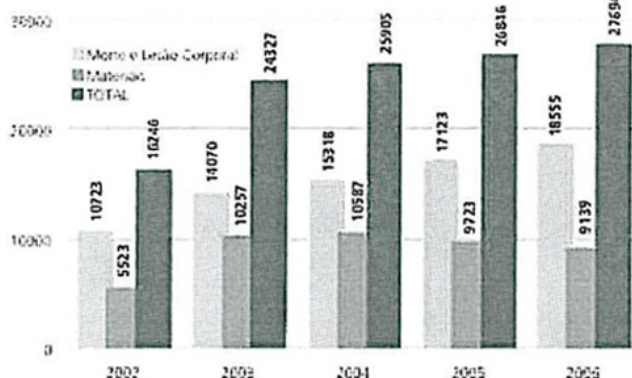
No âmbito do Regulamento Geral do Conselho dos Serviços Nacionais de Seguros, foram pagos ao Gabinete Português de Carta Verde reembolsos no valor de 2394 milhares de euros.

No que concerne ao FGA enquanto Organismo de Indemnização, pagaram-se, durante o exercício findo, 381 milhares de euros, o que face aos 226 milhares despendidos em 2005 corresponde a um aumento de 68,6%.

O gráfico seguinte mostra a evolução comparativa das indemnizações pagas pelo FGA, por tipo de lesão, nos últimos cinco anos:

Indemnizações

(Milhares de euros)



Num quadro de maior celeridade processual e de crescimento sustentado dos reembolsos, o aumento de 8,1% das despesas de liquidação e cobrança pode ser considerado pouco significativo.

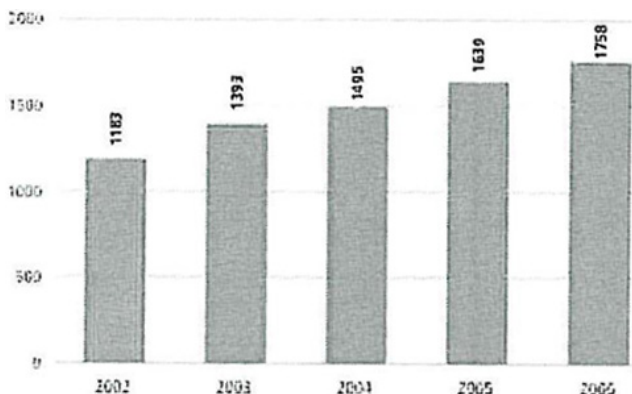
Este aumento foi, no entanto, inferior em 16,2% face ao verificado entre 2005 e 2004.

Uma palavra para a execução orçamental que se cumpriu sem desvios, com excepção dos reembolsos (mais 86% do esperado), o que apraz registar.

O gráfico seguinte mostra a evolução das despesas de gestão nos últimos cinco exercícios:

Despesas de gestão

(Milhares de euros)



Os resultados de contencioso podem considerar-se, na sua generalidade, satisfatórios, nomeadamente porque 41,4% das decisões transitadas em julgado foram absolutórias do pedido e 12,2% da instância — em 2005 estes valores foram respectivamente de 37,5% e 11,7%.

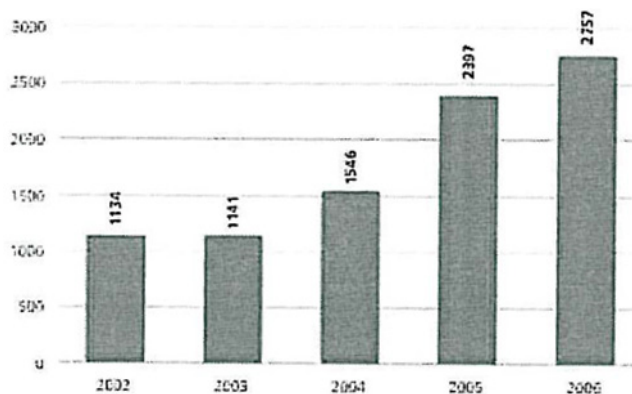
Por outro lado, a relação entre montantes pagos (incluindo juros) e valores pedidos no universo das acções findas com condenações e transacções foi de 58,9%, enquanto que, considerando o conjunto de todas as acções findas, foi de 26,5%, o que exprime, a nível global da Rede de Mandatários do FGA, uma prestação que se pode ter por equilibrada.

Os reembolsos cresceram 16,5%, muito aquém do crescimento verificado em 2005, que então foi de 55%, situação de certo modo já esperada na medida em que os processos antigos remetidos em grande massa aos recuperadores de créditos já foram praticamente todos tratados.

O gráfico seguinte mostra a evolução dos reembolsos cobrados nos últimos cinco anos.

Reembolsos

(Milhares de euros)



Uma palavra final para registar satisfatoriamente os indicadores de desempenho do sistema de gestão da qualidade, cuja certificação foi mantida, após auditoria realizada pela APCER.

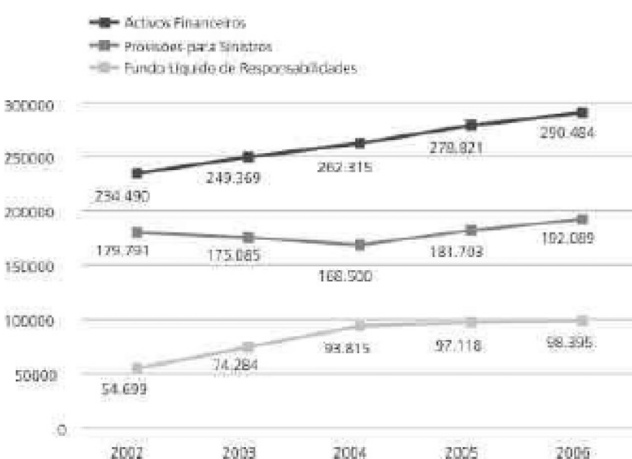
1.2 — Recursos financeiros:

O activo líquido do FGA atingiu em 31 de Dezembro de 2006 o montante de 299 523 781,61 euros, reflectindo um aumento de 5% (em 2005 foi de 285 339 427,94 euros), em consequência do crescimento dos activos financeiros.

Por outro lado, o passivo teve um acréscimo de 7%, com um valor de 196 550 773,24 euros (em 2005 foi de 183 590 925,08 euros).

Evolução dos activos/provisões

(Milhares de euros)



Conforme se pode constatar da leitura do quadro seguinte, o fundo líquido de responsabilidades cresceu 1% em 2006, uma vez que ao acréscimo de 4% dos activos financeiros correspondeu um acréscimo aproximado das responsabilidades.

(Em milhares de euros)

	Valor absoluto					Variação (em percentagem)			
	2002	2003	2004	2005	2006	2003- -2002	2004- -2003	2005- -2004	2006- -2005
Activos financeiros	234 490	249 369	262 315	278 821	290 484	6	5	6	4
Responsabilidades	179 791	175 085	168 500	181 703	192 089	-3	-4	8	6
Fundo líquido de responsabilidades	54 699	74 284	93 815	97 118	98 395	36	26	4	1

Embora seguindo a mesma política no que respeita à constituição de provisões para investimentos financeiros, o ritmo de crescimento teve uma ligeira desaceleração em relação aos anos anteriores, o que em grande parte se explica por um menor crescimento das receitas provenientes das contribuições das empresas de seguros que acompanharam a actividade do ramo automóvel.

No tocante às responsabilidades, a tendência de crescimento deriva do aumento dos valores pedidos em processos judiciais, pois os critérios de cálculo da provisão não foram alterados em relação aos anos anteriores.

Da conjugação de todos estes factores apuraram-se resultados líquidos positivos, conforme quadro seguinte:

	Exercício		Diferença	
	2006	2005	Valor	Porcentagem
Proveitos e ganhos	161 153	171 055	- 9 902	- 6
Custos e perdas	159 928	167 291	- 11 613	- 7
Resultados líquidos	1 225	3 764	- 2 539	- 67

Execução orçamental:

As receitas correntes cobradas, no valor de 52 333 244 euros, ultrapassaram o orçamento em 4%.

Quanto às despesas correntes, o grau de execução foi de 90%, o que se deveu basicamente à não concretização parcial das despesas previstas na rubrica de pagamento de indemnizações.

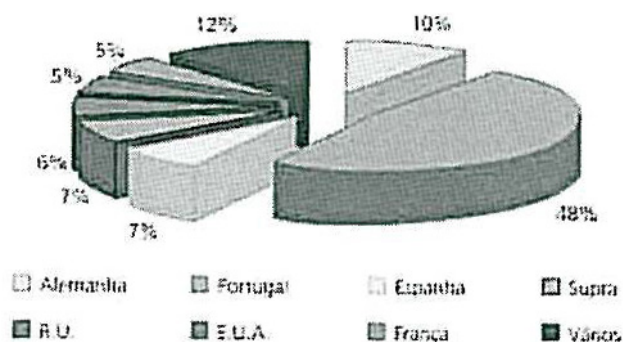
Análise sumária dos investimentos financeiros:

A composição dos activos financeiros consta do quadro seguinte, onde se comparam os valores de aquisição, líquido de balanço e de mercado (cotação), divergindo os dois últimos em 48 387 milhares de euros por o valor líquido de balanço considerar valores de aquisição deduzidos de provisões e o valor bolsista incluir as mais-valias potenciais.

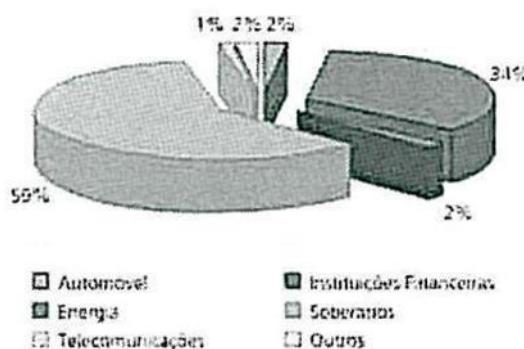
	Valores de aquisição	Porcentagem	Valores líquidos	Porcentagem	Valores de cotação em 31 de Dez. de 2006	Porcentagem
1 — Partes de capital	21 903	7	21 328	7	60 906	18
2 — Fundos de investimento	24 727	8	23 502	8	28 578	8
3 — Obrigações e títulos de participação	110 604	37	109 609	38	111 809	33
4 — Títulos da dívida pública portuguesa	55 111	19	54 373	19	55 906	16
<i>Total</i>	<i>212 345</i>	<i>72</i>	<i>208 812</i>	<i>72</i>	<i>257 199</i>	<i>76</i>
6 — Depósitos e outras aplicações de tesouraria	77 859	26	77 859	27	77 859	23
<i>Total</i>	<i>290 204</i>	<i>98</i>	<i>286 671</i>	<i>99</i>	<i>335 058</i>	<i>99</i>
8 — Imóveis	4 808	2	3812	1	3812	1
<i>Total</i>	<i>295 012</i>	<i>100</i>	<i>290 483</i>	<i>100</i>	<i>338 870</i>	<i>100</i>

À semelhança de anos anteriores, ao longo de 2006 manteve-se uma política de investimentos prudente e conservadora, continuando a privilegiar-se os títulos de dívida que, tal como em 2005, representam 56% do total dos activos financeiros do Fundo de Garantia Automóvel. O investimento global no ano de 2006 foi de 27 305 milhares de euros, sendo 24 630 em obrigações.

O gráfico seguinte mostra a distribuição dos títulos de dívida pelos países emissores:



Dos títulos que compõem a carteira de obrigações e dívida pública, mais de 55% têm *rating* igual ou superior a AA, tendo apenas 2% *rating* inferior a BBB+. O gráfico seguinte é ilustrativo da distribuição sectorial dos emissores.



A rentabilidade média dos investimentos financeiros, excluindo mais ou menos-valias potenciais, apurada no exercício foi de 2,73%, en-

quanto em 2005 foi de 2,63%. Incluindo mais ou menos-valias potenciais, a taxa média fixou-se nos 23,86%, um crescimento de 914 pontos base quando comparando com os valores de 2005. Este aumento na rentabilidade justifica-se com a melhoria dos mercados financeiros em 2006.

A taxa média relativa às aplicações de curto prazo foi de 2,47%, que se justifica pela obrigatoriedade da aplicação dos excedentes de tesouraria junto da Direcção-Geral do Tesouro, cuja remuneração é consideravelmente inferior à da banca comercial.

2 — Fundo de Acidentes de Trabalho

2.1 — Actividade desenvolvida:

A actividade do FAT durante o ano 2006 centrou-se na análise e manutenção dos processos de indemnizações devidas por acidente de trabalho, de reembolso, de reversões e de riscos recusados e ainda no controlo e análise dos montantes reembolsados às empresas de seguros relativos a actualizações, duodécimos adicionais e remições de actualizações.

O número de processos de indemnizações de acidentes de trabalho em gestão no final de 2006 totalizava 1149, tendo sido, ao longo do ano, abertos 313 novos processos, encerrados 315 e reabertos 13. Durante o ano foram remidas 229 pensões, tendo transitado para o ano seguinte 1078 pensionistas com pensões em pagamento (459 beneficiários por morte e 619 sinistrados), dos quais 44 beneficiando de prestação suplementar de assistência a terceira pessoa e 10 de subsídio por elevada incapacidade. Foram ainda indemnizados 136 sinistrados por incapacidade temporária e 136 por outras prestações em espécie e em dinheiro.

Quanto aos processos de reembolso, visando a recuperação dos créditos constituídos no âmbito dos processos de indemnizações em curso, foram, durante o ano 2006, abertos 269 e encerrados 566, sendo que o número de processos em gestão no final do ano totalizava 864.

Por outro lado, visando o recebimento das verbas previstas no n.º 6 do artigo 20.º da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, foram abertos, durante o período em análise, 47 processos de reversão e encerrados 39, situando-se o número de processos em gestão no final do ano em 148.

Foram ainda abertos cinco processos relativos à colocação dos riscos recusados de acidentes de trabalho nas empresas de seguros.

Em matéria de representação do FAT junto dos Tribunais, foram efectuadas 121 diligências presenciais relativas a audiências de julgamento, tentativas de conciliação, audiências de parte, juntas médicas e entregas de capital de remição.

Procedeu-se ainda ao controlo e análise dos montantes reembolsados às empresas de seguros relativos a actualizações, duodécimos adicionais e remições de actualizações e à avaliação das responsabilidades futuras do FAT, na sequência da implementação do Sistema de Informação de Pensões de Acidentes de Trabalho.

Durante o período em referência, o valor global das pensões e outras prestações, nomeadamente prestações em espécie, cifrou-se em 4496 milhares de euros, o que representa, relativamente a 2005, um acréscimo na ordem dos 10%. As pensões foram actualizadas em 2,3%, de acordo com a portaria n.º 1316/2005, de 22 de Dezembro, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, dando assim cumprimento ao disposto nos artigos 6.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril.

O montante pago em capitais de remição relativos a pensões de acidentes de trabalho da responsabilidade directa do FAT ascendeu a 1286 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 12% face a 2005.

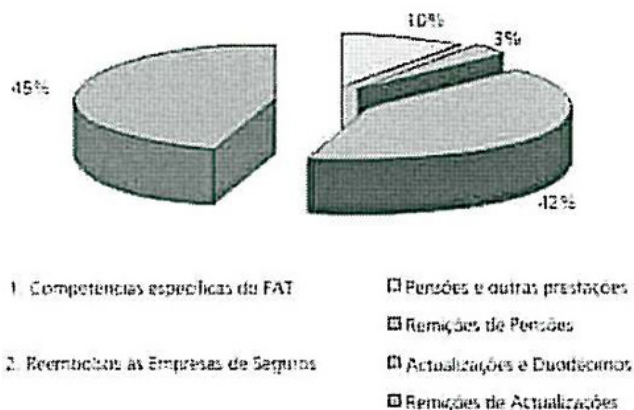
Por outro lado, no âmbito da competência de reembolsar as empresas de seguros dos montantes por estas despendidos da responsabilidade do FAT, foram desembolsadas as seguintes verbas:

Actualizações de pensões e duodécimos adicionais, o montante de 18 841 milhares de euros;

Remições de actualizações de pensões, o montante de 19 713 milhares de euros.

O valor global do reembolso efectuado às empresas de seguros foi de 38 555 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 29% relativamente a 2005.

O gráfico a seguir reproduzido identifica o peso relativo das verbas referidas:

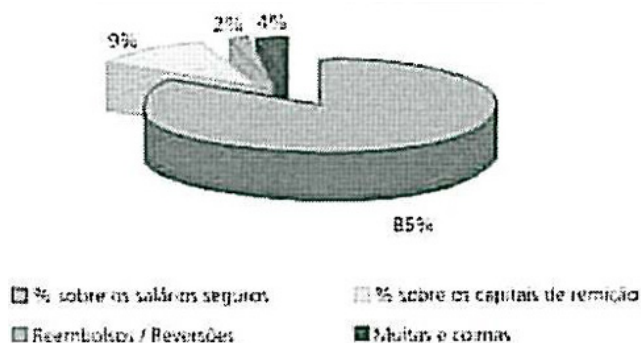


Quanto aos montantes recepcionados pelo FAT, verificou-se que a título de reversões foram recebidos 647 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 90% face a 2005, enquanto o valor global dos reembolsos recebidos ao longo do exercício foi de 465 milhares de euros, o que significou um aumento da ordem dos 68%, face ao ano precedente.

Relativamente às receitas previstas nas alíneas a) e b) do artigo 3.º, Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril, resultantes da aplicação das percentagens de 0,15% sobre os salários seguros e de 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2005, os montantes recebidos foram de 57 477 milhares de euros e de 6044 milhares de euros, respectivamente, o que representa, face ao ano anterior, um acréscimo global de 3%.

O montante recebido a título de multas e coimas foi de 2691 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 90% relativamente ao ano anterior.

O gráfico seguinte identifica o peso relativo das verbas referidas:



2.2 — Recursos financeiros:

No final do exercício de 2006, o total do activo líquido do FAT atingiu o montante de 39 548 141,98 euros, reflectindo um aumento de 135% relativamente ao valor de 2005, que foi de 16 799 857,36 euros.

Por outro lado, o passivo atingiu 367 944 036,63 euros, sendo que 98,3% deste montante corresponde ao valor actual das responsabilidades futuras com pensões em pagamento, reconhecidas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, rubrica que apresentou uma variação negativa de 10,5% em relação ao ano anterior.

Esta redução no valor das provisões justifica-se pelo pagamento das remições das pensões e das actualizações, anteriormente provisionadas, no âmbito do regime transitório de remições das pensões em pagamento a 31 de Dezembro de 1999, bem como pela maior consistência no valor das responsabilidades com pensões, decorrentes do incremento da qualidade dos dados disponíveis, nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 143/99, de 30 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro.

Embora com um resultado líquido positivo em 2006 de 67 160 231,69 euros, os fundos próprios do FAT apresentam ainda no final do exercício um saldo negativo de 328 395 894,65 euros, em conse-

quência do montante das responsabilidades de 506 802 407,70 euros que para o mesmo foram transferidas quando foi criado.

Apesar do saldo negativo, e no pressuposto de que a legislação em vigor se manterá, designadamente no que respeita à receita a cobrar, estima-se que o FAT, a longo prazo, não virá a ter problemas de solvência financeira.

Execução orçamental:

As receitas correntes cobradas, no valor de 67 502 578 euros, atingiram os valores orçamentados.

No que respeita às despesas correntes, obtiveram-se alguns ganhos de eficiência e as mesmas atingiram uma execução de 77%.

Análise sumária dos investimentos financeiros:

O valor líquido dos activos financeiros em 2006 cresceu cerca de 5% em relação a 2005, não por novos investimentos, mas por uma valorização positiva dos já existentes. O não aumento dos investimentos deveu-se ao facto de em 2006 as receitas terem de ser canalizadas para fazer face aos pagamentos das remições, no âmbito do regime transitório de remições das pensões em pagamento a 31 de Dezembro de 1999.

A composição dos activos financeiros em 31 de Dezembro de 2006, constantes do quadro seguinte, totalizava em valores de mercado (cotação) 35 673 milhares de euros.

(Em milhares de euros)

	Valores de aquisição	Porcen- tagem	Valores líquidos	Porcen- tagem	Valores de cotação em 31 de Dez. de 2006	Porcen- tagem
1 — Partes de capital	—	—	—	—	—	—
2 — Fundos de investimento	3 000	8	2 972	8	3 325	9
3 — Obrigações e títulos de participação	248	1	—	—	—	—
4 — Títulos da dívida pública portuguesa	5	—	—	—	4	—
<i>Total</i>	<u>3 253</u>	<u>9</u>	<u>2 972</u>	<u>8</u>	<u>3 329</u>	<u>9</u>
6 — Depósitos e outras aplicações de tesouraria	<u>32 344</u>	<u>91</u>	<u>32 344</u>	<u>92</u>	<u>32 344</u>	<u>91</u>
<i>Total</i>	<u>35 597</u>	<u>100</u>	<u>35 316</u>	<u>100</u>	<u>35 673</u>	<u>100</u>

Atendendo à obrigatoriedade da aplicação dos excedentes de tesouraria junto da Direcção-Geral do Tesouro, e ao reduzido montante dos activos financeiros, não são apresentadas taxas de rentabilidade.

Conclusões

A actuação do Instituto de Seguros de Portugal ao longo de 2006, enquanto autoridade de regulação e supervisão do sector segurador e de fundos de pensões, continuou a pautar-se pelos princípios e orientações de alto nível internacionalmente reconhecidos, nomeadamente no sentido de promover a manutenção de um mercado eficiente, justo, seguro e estável.

No início do ano o ISP assegurou, no que respeita ao sector segurador, a preparação e o acolhimento da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) encarregue de avaliar, no âmbito do Financial Sector Assessment Program (FSAP), o sistema financeiro em Portugal.

Este exercício procurou, por um lado, avaliar o grau de aderência da regulação e do processo de supervisão desenvolvidos pelo ISP aos princípios da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS) e, por outro, realizar um conjunto de testes à solidez e sustentabilidade do sistema segurador português. Os resultados da avaliação efectuada pelo FMI colocam o nosso país ao nível dos melhores, com um elevado grau de observância na generalidade dos princípios.

Na medida em que as conclusões do FSAP confirmaram a correcção das linhas de actuação e das estratégias e linhas programáticas, e tendo em conta as sugestões apresentadas pelo FMI, o ISP deu seguimento à política de implementação das medidas constantes do plano de acção decorrente do exercício de auto-avaliação dos Insurance Core Principles da IAIS.

Assim, refiram-se as medidas destinadas a melhorar a qualidade e a reforçar a normalização dos procedimentos e práticas de supervisão prudencial, bem como o aperfeiçoamento continuado dos modelos de supervisão das empresas de seguros e dos fundos de pensões, no sentido da adopção de modelos baseados nos riscos efectivamente incorridos por cada entidade supervisionada e respectiva evolução dinâmica.

É igualmente de salientar a continuação da reorientação das práticas de supervisão no sentido de privilegiar a avaliação prospectiva da situação financeira e a análise das actividades e estratégias de negócio, bem como o reforço da acção inspectiva sobre os sistemas de controlo interno e as práticas relacionadas com a conduta de mercado.

O ano 2006 ficou, assim, marcado pela realização de diversas apreciações transversais tendentes a harmonizar procedimentos de análise, pela continuação do desenvolvimento de um sistema de avaliação do perfil de risco das empresas de seguros — contemplando a construção de uma matriz de riscos simplificada — e pelo reforço do enfoque na apreciação dos planos relativos à implementação dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno apresentados pelas empresas de seguros nos termos definidos no normativo vigente.

No âmbito do processo inspectivo, foi aumentado o nível de transparência da supervisão e de participação e envolvimento das empresas de seguros mediante a introdução da faculdade de exercício do contraditório, através do prévio envio pelo ISP do projecto de conclusões e recomendações elaborado na sequência das acções de inspecção.

Em termos de processo regulamentar, são de destacar os trabalhos destinados à implementação das estruturas de governação dos fundos de pensões, nomeadamente a comissão de acompanhamento e o provedor, a regulamentação do novo regime jurídico da mediação de seguros e a definição dos objectivos e do âmbito da auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros.

No tocante à evolução do mercado segurador português, assistiu-se a um ligeiro decréscimo (de cerca de 2,3%) no volume de prémios brutos emitidos de seguro directo, após o crescimento extraordinário de cerca de 28,3% registado em 2005, devido, essencialmente, ao efeito de entrada em vigor da Directiva Europeia da Poupança.

No que se refere aos fundos de pensões, verificou-se um aumento dos montantes geridos de cerca de 12% — atingindo um montante global de cerca de 21,2 mil milhões de euros (cerca de 13,8% do PIB).

A actividade internacional do ISP continuou a privilegiar a participação activa nas organizações em que se consolida o processo de convergência das práticas de regulação e supervisão, nomeadamente no âmbito do CEIOPS. Desde a data do seu estabelecimento, o programa de trabalho do CEIOPS tem sido condicionado essencialmente pelas tarefas que decorrem do desenvolvimento do projecto Solvência II.

Entre 2004 e 2006, essas tarefas estiveram naturalmente direccionadas para a definição da arquitectura conceptual e estrutural do novo sistema de solvência europeu, envolvendo a formulação de princípios e filosofia de enquadramento, a selecção de objectivos de natureza quantitativa e qualitativa, a escolha de estratégias de implementação e funcionamento e a tipificação dos riscos a avaliar e escolha das respectivas unidades de medida. Estendem-se finalmente à definição dos requisitos de solvência e respectivos referenciais de avaliação, comportando a escolha de metodologias e de *benchmarks*, a formulação de modelos matemáticos e a calibragem das respectivas variáveis através de estudos de impacto quantitativo.

Em paralelo e à medida que os contornos do sistema de solvência projectado se têm vindo a definir, a Comissão Europeia iniciou o esboço da nova Directiva, que deverá sustentar e enquadrar o Solvência II ao nível legislativo, a qual se perspectiva venha a ser objecto de discussão no Conselho da União Europeia no âmbito da presidência portuguesa.

Perspectivas futuras

À escala global, os principais riscos potenciais apontados pelo FMI para 2007 derivam, por um lado, da intensificação das pressões inflacionistas resultantes do aumento do preço do petróleo e dos princi-

países metais utilizados na produção industrial e, por outro, da desaceleração do crescimento económico nos países de economia madura. A conjugação destes dois cenários pode contribuir para um aumento sensível das taxas de juro obrigacionistas, um aumento da volatilidade accionista e uma desvalorização do sector imobiliário. Assim, as políticas de redução dos custos operacionais através de melhorias de eficiência e o alinhamento das tarifas com o verdadeiro perfil dos riscos cobertos continuarão a ser essenciais para a manutenção de um ciclo de estabilidade nos resultados, gerador de níveis de solvabilidade robustos e potenciador de acréscimos de confiança no sector.

Em 2007, o CEIOPS promoverá a realização do 3.º Estudo de Impacto Quantitativo ao nível da União Europeia (QIS 3), orientado para o cálculo dos efeitos de diversificação e para o teste de um conjunto de requisitos de capital definidos tanto a nível solo como a nível de grupo, conducente à calibragem dos respectivos parâmetros e hipóteses.

O ISP coordenará e acompanhará esta iniciativa ao nível do mercado segurador português. Após análise dos resultados do QIS 3, o CEIOPS deverá emitir um parecer adicional sobre a definição e parâmetros do requisito de capital de solvência (SCR) e sobre o requisito mínimo de capital (MCR) e respectivas fórmulas standard.

A partir de 2007, inclusive, prevê-se que as linhas de desenvolvimento do Projecto Solvência II sejam parcial e progressivamente redireccionadas da emissão de pareceres consultivos conducentes à criação de legislação europeia de nível I (Directiva sobre a infra-estrutura do sistema de solvência) para a emissão de pareceres sobre as futuras medidas de implementação que lhe devem corresponder, actividade que deverá igualmente servir de esteio à preparação da regulamentação de nível 3, relativa às normas de detalhe técnico sobre a forma como a Directiva deverá ser implementada, a qual deverá servir de base à convergência do processo de supervisão.

O CEIOPS deverá ainda devotar um esforço significativo a várias iniciativas e projectos de trabalho ao nível da supervisão relativa à implementação da legislação, actual e futura, na área dos seguros e dos fundos de pensões. Esse esforço, que visa facilitar e aperfeiçoar o exercício da actividade de supervisão e a cooperação no sentido da convergência das respectivas práticas, não se limita ao âmbito exclusivo dos seguros e fundos de pensões mas envolve igualmente uma série de matérias de interesse comum aos subsectores da Banca (cooperação com o Comité Europeu das Autoridades de Supervisão Bancária — CEBS) e do Mercado de Valores Mobiliários (cooperação com o Comité Europeu das Autoridades de Regulação do Mercado de Valores Mobiliários — CESR).

O ISP continuará a privilegiar a participação activa nas organizações internacionais em que se consolida o processo de convergência das práticas de regulação e supervisão da actividade seguradora e de fundos de pensões, e dará especial atenção à coordenação das políticas de regulação e supervisão do sector financeiro no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. Estas actividades funcionarão como suporte essencial para a reformulação gradual do quadro regulamentar nacional, a qual continuará a ser efectuada em diálogo contínuo e aberto com os diferentes intervenientes no mercado, e para o aperfeiçoamento dos modelos e práticas de supervisão.

A orientação estratégica em matéria de regulação e supervisão continuará a privilegiar a convergência para as melhores práticas internacionais.

Assim, em 2007 o ISP terá como grandes objectivos:

Assegurar a definição e o cumprimento de adequados níveis de solidez financeira por parte dos operadores;

Assegurar a definição e a efectiva implementação de elevados padrões de conduta por parte dos operadores;

Fomentar a implementação de eficientes sistemas de gestão e de controlo por parte dos operadores;

Contribuir para a inovação e competitividade do mercado segurador e de fundos de pensões;

Promover a compreensão do funcionamento do sector segurador e de fundos de pensões por parte dos consumidores.

Proposta de aplicação de resultados e anexos

1 — Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos do ISP e dos Fundos por ele geridos foram os seguintes em 2006 (em euros):

Instituto de Seguros de Portugal	1 021 916,96
Fundo de Garantia Automóvel	1 224 505,51
Fundo de Acidentes de Trabalho	67 160 231,69

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto do ISP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, o resultado apurado no exercício de 2006 fica em resultados transitados.

Nos termos da alínea c) do artigo 15.º daquele estatuto, o relatório de actividades e as contas do exercício serão publicados no *Diário da República*. No cumprimento do Decreto-Lei n.º 116-C/2006, de 16 de Junho, serão publicados na 2.ª série.

2 — Anexo nos termos do n.º 6 do artigo 21.º do Estatuto do ISP

Títulos mobiliários emitidos por empresas supervisionadas pelo ISP e detidos por elementos do conselho directivo e da comissão de fiscalização:

a) Conselho directivo:

Nenhum dos elementos que, em 2006, integraram este órgão estatutário, nem os respectivos cônjuges, foram detentores, durante aquele ano, de títulos mobiliários emitidos por empresas supervisionadas pelo ISP.

b) Comissão de fiscalização:

Nenhum dos elementos que em 2006 integraram a comissão de fiscalização, nem os respectivos cônjuges, foram detentores, durante aquele ano, de títulos mobiliários emitidos por empresas supervisionadas pelo ISP.

Lisboa, aos 22 dias de Março de 2007. — O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

	2006		2005	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	197 244,38	197 244,38	—	—
Equipamento administrativo	3 376 199,86	2 776 209,44	599 990,42	627 717,68
Outras imobilizações corpóreas	6 172 583,62	5 534 230,92	638 352,70	1 342 025,08
Imobilizações em curso	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	—	—	—	—
	<u>9 746 027,86</u>	<u>8 507 684,74</u>	<u>1 238 343,12</u>	<u>1 969 742,76</u>

	2006			2005
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	10,90	—	10,90	23,32
Contribuintes, c/c	1 071,23	—	1 071,23	982,23
Devedores pela execução do orçamento	—	—	—	—
Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	191,23
Adiantamentos ao pessoal	58,24	—	58,24	2 013,82
Estado e outros entes públicos	—	—	—	—
Outros devedores	19 553,33	—	19 553,33	10 533,33
	<u>20 693,70</u>	<u>—</u>	<u>20 693,70</u>	<u>13 743,93</u>
Títulos negociáveis:				
Conta no tesouro, depósitos e caixa:				
Conta no tesouro	10 362 379,06	—	10 362 379,06	8 569 287,45
Depósitos a prazo ISP	—	—	—	—
Outros depósitos bancários SNB	435 000,00	—	435 000,00	1 470 000,00
Depósitos à ordem ISP	241 454,67	—	241 454,67	91 376,71
Depósitos à ordem CRC	51 960,73	—	51 960,73	228 820,48
Depósitos à ordem SNB	2 303 443,68	—	2 303 443,68	2 736 511,45
Caixa	2 458,01	—	2 458,01	1 858,98
	<u>13 396 696,15</u>	<u>—</u>	<u>13 396 696,15</u>	<u>13 097 885,07</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	6 015,66	—	6 015,66	9 878,03
Custos diferidos	18 856,22	—	18 856,22	39 544,01
	<u>24 871,88</u>	<u>—</u>	<u>24 871,88</u>	<u>49 422,04</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>8 507 684,74</u>		
<i>Total de provisões</i>		<u>—</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>23 188 289,59</u>	<u>8 507 684,74</u>	<u>14 680 604,85</u>	<u>15 130 763,80</u>

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

	2006	2005
Fundos próprios:		
Resultados transitados	9 114 471,99	7 804 895,07
Resultado líquido do exercício	1 021 916,96	1 309 576,92
<i>Total dos fundos próprios</i>	<u>10 136 388,95</u>	<u>9 114 471,99</u>
Passivo:		
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Fornecedores, c/c	60 420,45	56 757,79
Credores pela execução do orçamento	—	—
Adiantamentos de clientes, contrib. e utentes	—	—
Fornecedores de imobilizado, c/c	703,23	352,32
Estado e outros entes públicos	335 972,93	288 188,36
Outros credores:		
Remunerações a liquidar	905,02	882,34
Sindicatos	1 913,32	1 773,38
Certificados respons. Civil automóvel	51 960,73	228 820,48
Serviço nacional de bombeiros	2 738 443,68	4 206 511,45
Diversos	100 383,73	67 964,82
	<u>3 290 703,09</u>	<u>4 851 250,94</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	1 253 512,81	1 165 040,87
Proveitos diferidos	—	—
	<u>1 253 512,81</u>	<u>1 165 040,87</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>4 544 215,90</u>	<u>6 016 291,81</u>
<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>	<u>14 680 604,85</u>	<u>15 130 763,80</u>

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal.

Demonstração dos resultados de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006**CUSTOS E PERDAS**

	2006		2005	
Fornecimentos e serviços externos		4 091 279,33		3 498 107,44
Custos com o pessoal:				
Remunerações	6 828 746,33		6 393 292,30	
Encargos sociais				
Pensões	1 503 761,36		1 628 234,02	
Outros	2 297 442,78	10 629 950,47	2 221 191,93	10 242 718,25
Transferências correntes concedidas e prestações sociais		1 054 797,76		1 066 475,74
Amortizações do exercício	1 848 506,05		1 498 940,58	
Provisões do exercício	—	1 848 506,05	—	1 498 940,58
Outros custos e perdas operacionais:				
Impostos e taxas	3 071,60		3 236,21	
Outros	251 112,85	254 184,45	183 730,49	186 966,70
(A)		17 878 718,06		16 493 208,71
Custos e perdas financeiras:				
Juros suportados	—		—	
Outros custos e perdas financeiras	4 510,86	4 510,86	3 899,31	3 899,31
(C)		17 883 228,92		16 497 108,02
Custos e perdas extraordinários		6 926,61		3 641,91
(E)		17 890 155,53		16 500 749,93
Resultado líquido do exercício		1 021 916,96		1 309 576,92
		18 912 072,49		17 810 326,85

PROVEITOS E GANHOS

	2006		2005	
Vendas e prestação de serviços:				
Vendas	191,61		348,72	
Prestações de serviços	129 090,03	129 281,64	6 589,88	6 938,60
Impostos, taxas e outros:				
Empresas de seguros e S. G. F. pensões		17 177 788,47		16 756 776,53
Outros proveitos e ganhos operacionais		1 257 251,05		868 491,79
(B)		18 564 321,16		17 632 206,92
Proveitos e ganhos financeiros:				
Juros obtidos	281 318,09		160 795,49	
Outros proveitos e ganhos financeiros	—	281 318,09	0,56	160 796,05
(D)		18 845 639,25		17 793 002,97
Proveitos e ganhos extraordinários		66 493,24		17 323,88
(F)		18 912 072,49		17 810 326,85
Resumo:				
Resultados operacionais (B)–(A) =		685 603,10		1 138 998,21
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =		276 807,23		156 896,74
Resultados correntes (D)–(C) =		962 410,33		1 295 894,95
Resultado líquido do exercício (F)–(E) =		1 021 916,96		1 309 576,92

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal.

Fluxos de caixa de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006

RECEBIMENTOS

Capit.	Grup.		2004
		Saldo da gerência anterior	13 097 855,07
		Execução orçamental	8 394 056,73
		De dotações orçamentais (OE)	—
		De receitas próprias	8 394 056,73
16	01	Na posse do serviço	8 394 056,73
		Na posse do Tesouro 8 569 287,45 euros.	
		De receita do Estado	198 728,21
		De operações de tesouraria	4 505 070,13
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receitas do Estado 180 809,14 euros.	
		Receitas	60 805 698,13
		Dotações orçamentais (OE)	—
		Receitas próprias	18 906 200,94
		Correntes	18 849 423,77
04	01	Taxas	17 177 699,47
05	02	Juros — Sociedades financeiras	285 180,46
07	01	Vendas de bens	202,76
07	02	Serviços	1 304 090,03
15	01	Reposições não abatidas nos pagamentos	82 251,05
		Capital	56 777,17
09	04	Outros bens de investimentos	56 777,17
		Recebido Tesouro em conta de receitas próprias	—
		Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades	41 899 497,19
17	01	Receita do Estado	2 734 732,86
17	02	Operações de tesouraria	39 164 764,33
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado 2 702 580,68 euros.	
		Operações de tesouraria 24 725,91 euros.	
		Total geral	73 903 553,20

RECEBIMENTOS

Capit.	Grup.		2004
		Despesas	60 506 857,05
		Despesas orçamentais (OE)	—
		Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos	17 019 753,26
		Correntes	15 899 488,03
01	01	Remunerações certas e permanentes	6 688 397,31
01	02	Abonos variáveis ou eventuais	553 976,77
01	03	Segurança social	3 003 176,31
02	01	Aquisição de bens	348 365,20
02	02	Aquisição de serviços	4 145 987,89
04	03	Administração central SFA	1 054 797,76
04	07	Instituições sem fins lucrativos	20 180,70
04	09	Resto do Mundo	77 023,63
06	02	Diversas	7 582,46
		Capital	1 120 265,23
07	01	Investimentos	1 120 265,23
08	03	Administração central (Estado)	—

Capit.	Grup.		2004
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias	—
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado 2 673 943,39 euros.	
		Operações de tesouraria 24 585,97 euros.	
		Importâncias entregues ao Estado e outras entidades	43 487 103,79
12	01	Receita do Estado	2 706 111,42
12	02	Operações de tesouraria	40 780 992,37
		Saldo para a gerência seguinte	13 396 696,15
		Execução orçamental	10 275 383,03
		De dotações orçamentais (OE)	—
		De receitas próprias	10 275 383,03
		Na posse do serviço	10 275 383,03
		Na posse do Tesouro 10 362 379,06 euros.	
		De receita do Estado	228 629,94
		De operações de tesouraria	2 892 683,18
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado 227 402,04 euros.	
		Total geral	73 903 553,20

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal.

Notas ao balanço e à demonstração dos resultados do Instituto de Seguros de Portugal

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006:

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do POCP.

Notas aplicáveis: 3, 7, 8, 24, 32, 35, 37, 38, 39, 3.1, 3.2 e 3.4.

3 — Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às contas do balanço e da demonstração dos resultados:

Imobilizações corpóreas:

O imobilizado corpóreo está contabilizado ao custo de aquisição.

Amortizações:

Efectuadas em conformidade com o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Outras rubricas:

As restantes rubricas do balanço estão valorizadas ao custo de aquisição.

7 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações:

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	463 381,40	—	266 137,02	197 244,38
Equipamento administrativo	2 571 478,24	403 324,01	198 592,72	2 776 209,53
Outras imobilizações corpóreas	4 091 837,17	1 445 182,04	2 788,38	5 534 230,83
Total	7 126 696,81	1 848 506,05	467 518,12	8 507 684,74

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	463 381,40	—	266 137,02	—	197 244,38
Equipamento administrativo	3 199 195,83	378 147,07	254,17	200 888,87	3 376 199,86
Outras imobilizações corpóreas	5 433 862,34	742 469,07	3 747,79	—	6 172 583,62
Total	9 096 439,57	1 120 616,14	270 138,98	200 888,87	9 746 027,86

8 — Mapas em anexo (I — Mapa das Amortizações e II — Mapa dos Abates.

24 — Valor das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal (em euros):

Dívidas do pessoal:

Adiantamentos 58,24

Dívidas ao pessoal:

Férias e subsídio de férias 1 022 625,02

32 — Fundo patrimonial — movimentos ocorridos no exercício:

Rubricas	Saldo inicial (creditor/devedor)	Movimentos do exercício		Saldo final (creditor/devedor)
		Débito	Crédito	
Resultados transitados	7 804 895,07	—	1 309 576,92	9 114 471,99
Resultado líquido do exercício	1 309 576,92	1 309 576,92	1 021 916,96	1 021 916,95
<i>Total</i>	9 114 471,99	1 309 576,92	2 331 493,88	10 136 388,95

35 — Valores das vendas e das prestações de serviços durante o ano de 2006 por mercados foram os seguintes (em euros):

Mercado interno	129 281,64
Mercado externo	—
	<u>129 281,64</u>

37 — Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS

	2006	2005
681 — Juros suportados	—	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	—	—
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiras	—	0,56
Resultados financeiros	<u>276 807,23</u>	<u>156 896,74</u>
	281 318,09	160 796,05

PROVEITOS E GANHOS

	2006	2005
781 — Juros obtidos	281 318,09	160 795,49
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	—	—
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	—	—
	<u>281 318,09</u>	<u>160 796,05</u>

38 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2006	2005
692 — Dívidas incobráveis	—	—
694 — Perdas em imobilizações	3 509,73	3 000,74
695 — Multas e penalidades	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	3 416,88	605,16
698 — Outros custos e perdas extraordinários	—	36,01
Resultados extraordinários	<u>59 506,63</u>	<u>13 681,97</u>
	66 433,24	17 323,88

PROVEITOS E GANHOS

	2006	2005
794 — Ganhos em imobilizações	62 787,17	15 364,13
796 — Reduções de amortizações e provisões	—	—
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	3 646,07	1 959,75
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	<u>66 433,24</u>	<u>17 323,88</u>

39 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

39.1 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2006 os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição (em euros):

Acréscimos de proveitos:

Juros de depósitos 6 015,66

Custos diferidos:

Diversos (rendas, seguros e outros) 18 856,22

Acréscimos de custos:

Encargos com férias e subsídios de férias a pagar em 2007 1 242 411,52

Diversos (água, electricidade, telefone e outros) 11 101,29

1 253 512,81

39.2 — Não figura no balanço a importância de 21 978,52 dólares com o contravalor em euros de 16 650,39 euros conforme taxa de câmbio estabelecida pelo Banco Central Europeu, à data de 31 de Dezembro de 2006. Aquele valor pertence à ASSEL — Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos, e estão à guarda do Instituto de Seguros de Portugal, entidade designada para o secretariado daquela associação. A nomeação ocorreu na 3.ª Conferência das Autoridades de Controlo de Seguros dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

39.3 — As remunerações atribuídas aos órgãos sociais foram as seguintes (em euros):

Conselho directivo 894 956,05

Comissão de fiscalização 27 027,00

921 983,05

3 — Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução:

3.1 — Alterações orçamentais:

1 — Despesa:

Códigos	Classificação económica Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Obs.
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa)	Modificações na redacção da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+ (4)-(5)+(6) (7)+(8)	(10)
Despesas correntes:									
01	Despesas com o pessoal.....	—	76 590	76 590	—	—	—	910 800	—
010102	Órgãos sociais	910 000	800	—	—	—	—	4 974 110	—
010104	Pessoal do quadro — RCIT	5 050 700	—	76 590	—	—	—	35 000	—
010106	Pessoal contracto a termo	25 000	35 000	—	—	—	—	861 400	—
010114	Subsídio de férias e de Natal	820 000	41 400	—	—	—	—	35 000	—
010308	Outras pensões	1 600 000	24 390	—	—	—	—	861 400	—
02	Aquisição de bens e serviços	258 000	258 000	—	—	—	—	1 624 390	—
020201	Encargos das instalações	96 500	13 000	—	—	—	—	109 500	—
020203	Conservação de bens	249 500	50 000	—	—	—	—	299 500	—
020209 AO 00	Acesso à Internet	28 875	500	—	—	—	—	29 375	—
020209 CO 00	Comunicação fixa de voz	110 000	9 500	—	—	—	—	119 500	—
020209 DO 00	Comunicações móveis	16 225	43 500	—	—	—	—	59 725	—
020209 FO 00	Outros serviços de comunicação	600 000	—	203 000	—	—	—	397 000	—
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria ...	607 000	—	55 000	—	—	—	552 000	—

Códigos	Classificação económica Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Obs.
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa)	Modificações na redacção da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+ (4)-(5)+(6) (7)+(8)	(10)
020216	Seminários, exposições e similares	100 000	55 000	—	—	—	—	155 000	—
020220	Outros trabalhos especializados	120 000	30 000	—	—	—	—	150 000	—
020225	Outros serviços	11 500	56 500	—	—	—	—	111 500	—
			334 590	334 590	—	—	—		

2 — Receita:

Códigos	Classificação económica	Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Obs.
	Descrição		Créditos especiais	Reforços	Anulações		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
Receitas de capital:							
16	Saldo da gerência anterior	—	—	3 273 700	—	—	—
16 01 01	Na posse dos serviços	5 120 357	—	3 273 700	—	8 394 057	—
	Total		—	3 273 700	—		

3.2 — Contratação administrativa:

1 — Situação dos contratos:

(Em euros)													
Entidade	Contrato			Visto do Tri- bunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações
	Objecto	Data	Valor	Número de registo	Data		Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
4 Sir	Manutenção Win4Ges	1-1-2006	11 859,65	—	—	1-3-2006	11 859,65	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Actis Milénio Digital, L ^{da}	Manutenção de <i>software</i>	13-5-2006	14 278,00	—	—	1-11-2006	14 278,00	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
AF Investimentos	Arrendamento	11-9-98	14 221,80	—	—	31-1-2006	14 221,80	—	—	—	—	—	Rua Júlio Dinis, Porto.
AF Investimentos	Parqueamentos	1-8-99	1 447,92	—	—	31-1-2006	1 447,92	—	—	—	—	—	Calouste Gulbenkian.
Amadeu H Batista	Arrendamento	1-1-81	5 221,80	—	—	31-1-2006	5 221,80	—	—	—	—	—	Armazém.
Bloomberg	Ser. informação financeira	1-1-2006	45 572,40	—	—	2-1-2006	45 572,40	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Buli Portuguesa	Contrato de desenvolvimento e suporte	1-1-2006	72 579,43	—	—	1-4-2006	72 579,43	—	—	—	—	—	Aplic. em exploração.
Buli Portuguesa	Licenças Lotus e Imaging	2-1-2006	20 617,81	—	—	2-1-2006	20 617,81	—	—	—	—	—	Manut. de <i>software</i> .
Buli Portuguesa	Licença Stupa	24-4-2006	2 274 80	—	—	1-6-2006	2 274,80	—	—	—	—	—	Manut. de <i>software</i> .
Câmara Mun. de Lisboa	Reclamo luminoso	24-4-2006	790,57	—	—	24-4-2006	790,57	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Câmara Mun. de Lisboa	Detecção aut. incêndios	1-4-2006	1 195,68	—	—	1-4-2006	1 195,68	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.

(Em euros)													
Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações
	Objecto	Data	Valor	Número de registo	Data		Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Cannon Hygiene	Serviços de higiene	14-5-2006	2 788,55	—	—	1-2-2006	2 788,55	—	—	—	—	—	Manut. e assistência.
Cannon Hygiene	Serviços de higiene	31-7-2006	4 192,62	—	—	2-3-2006	4 192,62	—	—	—	—	—	Manut. e assistência.
Cap Gemini	Adm. e apoio ao utilizador	1-7-05	87 598,40	—	—	2-1-2006	93 799,20	—	—	—	—	—	Serviços de consultoria.
Cap Gemini	Administração de sistemas	1-7-2006	60 228,20	—	—	1-7-2006	80 114,10	—	—	—	—	—	Serviços de consultoria.
Cap Gemini	Manutenção dos sites	1-4-2006	21 961,50	—	—	1-4-2006	21 961,50	—	—	—	—	—	Serviços de consultoria.
HappyWorks	Serv. de limpeza e higiene	1-9-2006	74 269,80	—	—	1-2-2006	74 269,80	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Miliennium BCP Renting	Aluguer operac. de veículos	8-10-05	29 899,44	—	—	31-1-2006	29 899,44	—	—	—	—	—	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício.
Comp. Seguros Fidelidade	Seg. Resp. Civil	16-9-2006	179,57	—	—	1-9-2006	179,57	—	—	—	—	—	Apólice 6 000 559.
Comp. Seguros Fidelidade	Seg. Equip. Electrónico	15-4-2006	5 566,95	—	—	2-1-2006	5 566,95	—	—	—	—	—	Apólice 4 700 820.
Convex	Manutenção Laserbit	1-1-2006	585,64	—	—	2-1-2006	585,64	—	—	—	—	—	Prestação de serviços.
CTT Correios	Apartado do ISP	1-1-2006	20,00	—	—	10-12-2006	20,00	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
GE Commercial	Aluguer operac. de veículos	16-10-2006	5 200,68	—	—	16-10-2006	1 083,48	—	—	—	—	—	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício.
Locarent	Aluguer operac. de veículos	30 11,06	16 008,50	—	—	1-12-2006	2 089,68	—	—	—	—	—	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício.
EDP	Fornec. energia eléctrica	1-1-2006	17 979,12	—	—	24-1-2006	17 979,12	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Elo	Assistência técnica	1-1-2006	751,36	—	—	2-1-2006	751,36	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Elo	Assistência <i>software</i>	1-2-2006	1 590,36	—	—	2-1-05	1 590,36	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
EPAL	Fornecimento água	1-1-2006	1 578,20	—	—	16-2-2006	1 578,20	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Esegur	Manutenção alarme	1-1-2006	609,77	—	—	2-1-2006	609,77	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Faxinforme	Recolha e tratam. informação	1-1-2006	21 054,00	—	—	2-1-2006	21 054,00	—	—	—	—	—	Recortes de imprensa.
Fidelidade Mundial, S. A.	Seguro automóvel	1-1-2006	15 083,34	—	—	3-1-2006	15 083,34	—	—	—	—	—	Apólice 850 000 180.
Fidelidade Mundial, S. A.	Seguro caução	6-4-2006	89,78	—	—	17-4-2006	89,78	—	—	—	—	—	Apólice 69 251.
Fidelidade Mundial, S. A.	Seg. multi risco comercial	1-4-2006	2 879,20	—	—	8-3-2006	2 879,20	—	—	—	—	—	Apólice 5 026 000.
Hotel Continental	Parqueamentos	1-1-2006	24 681,60	—	—	2-1-2006	24 681,60	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
HP	Manutenção SAN EVA3000	15-12-2006	18 729,20	—	—	1-3-2006	18 729,20	—	—	—	—	—	Manutenção <i>de software</i> .
HP	Open View Service Desktop	15-5-2006	1 010,01	—	—	2-5-2006	1 010,01	—	—	—	—	—	Manutenção <i>de software</i> .
Huser Gestão	Arrendamento	1-4-01	23 148,00	—	—	2-1-2006	23 148,00	—	—	—	—	—	Arquivo do ISP.
IEMS, L. ^{da}	Manutenção rede ISP	1-1-2006	6 844,88	—	—	2-1-2006	2 982,81	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Instituto de Informática	Digesto	1-1-2006	1 810,68	—	—	2-1-2006	1 810,68	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Jardim Flor, L. ^{da}	Cons. manut. plantas	1-3-2006	10 164,00	—	—	2-1-2006	9 100,04	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Novis	Circuito para a supervisão	17-2-2006	10 890,00	—	—	9-2-2006	10 890,00	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Novis	Acesso à Internet	1-1-2006	18 469,44	—	—	9-2-2006	18 469,44	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Link/Deloitte	Manutenção evolutiva	2-3-2006	162 854,39	—	—	2-1-2006	162 854,39	—	—	—	—	—	Serviços de Informática.
Mapfre Caución Y Crédito	Seguro de caução EDP	27-7-2006	83,92	—	—	3-4-2006	83,92	—	—	—	—	—	Apólice 7 859 214. 913 082
Masterlease	Aluguer operac. de veículos	2-11-05	122 570,88	—	—	31-1-2006	108 022,44	—	—	—	—	—	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício.
Minimal	Manutenção de licenças	1-3-2006	11 306,88	—	—	3-1-2006	11 306,88	—	—	—	—	—	<i>Software</i> .
Multicert, L. ^{da}	Certificado digital	20-2-2006	756,25	—	—	30-3-2006	756,25	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
NÓNIO HIROSS	Manut. de ar condicionado	27-1-2006	1 687,95	—	—	2-2-2006	1 687,95	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
NORFIN	Arrendamento	27-4-2000	353 079,72	—	—	2-1-2006	53 079,72	—	—	—	—	—	Instal. da Av. da Repúbl.
Novabase	Manut. do Winlib 2000	1-1-2006	5 383,29	—	—	9-1-2006	5 383,29	—	—	—	—	—	<i>Software</i> .
Ondiser	Manut. UPS — Lisboa	28-8-2006	4 115,78	—	—	10-10-2006	4 115,78	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.

(Em euros)

Entidade	Contrato			Visto do Tri- bunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações
	Objecto	Data	Valor	Número de registo	Data		Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Ondiser	Manut. UPS — Porto	20-10-2006	1 633,23	—	—	10-11-2006	1 633 23	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
ONI	Comunicação de dados	1-1-2006	37 599,96	—	—	9-1-2006	37 599,96	—	—	—	—	—	Comunic. de dados.
PMS	Fornecimento de água	1-3-2006	1 337,06	—	—	1-3-2006	1 337,06	—	—	—	—	—	Aluguer de equipamentos.
Portugal Telecom	Serv. de telecomunicações	1-1-2006	196,50	—	—	23-1-2006	196,50	—	—	—	—	—	Comunicação de voz.
Postlog	Correio urgente	1-1-2006	46 381,25	—	—	1-2-2006	46 381,25	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Priberam Informática, L. ^{da}	Sistema Legix	1-4-2006	4 189,02	—	—	1-3-2006	4 189,02	—	—	—	—	—	Licenças de <i>software</i> .
Promosoft	Manutenção de servidores	12-11-2006	24 166,12	—	—	2-1-2006	24 166,12	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
PSE	Manutenção <i>software damware</i>	21-2-2006	297,66	—	—	2-1-2006	297,66	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
PT Prime	Circuito informático	1-1-2006	1 514,32	—	—	17-1-2006	1 514,32	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
PT-ITT	Listas telefónicas Lisboa	1-7-2006	7 829,28	—	—	16-2-2006	7 829,28	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
PT-ITT	Listas telefónicas Porto	1-12-2006	6 553,48	—	—	16-2-2006	6 553,48	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Repart	Ligação aos Bombeiros-Sede	1-1-2006	217 20	—	—	20-1-2006	217,20	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Repart	Ligação aos Bombeiros, Orlais	1-1-2006	217,20	—	—	20-1-2006	217,20	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Fénix, L. ^{da}	Serviços de vigilância	1-1-2006	126 697,32	—	—	26-1-2006	126 697,32	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Segur-Fogo, L. ^{da}	Manutenção de extintores	1-6-2006	1 438,26	—	—	1-3-2006	1 438,26	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Eurotex	Manut. <i>software autowert</i> Lisboa	1-6-2006	810,70	—	—	26-5-2006	810,70	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Eurotex	Manut. <i>software autowert</i> Porto	19-10-2006	810,70	—	—	2-11-2006	810,70	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
TMN	Serviço de telecomunic.	1-1-2006	1 791,86	—	—	6-2-2005	1 791,86	—	—	—	—	—	Comunic. de voz.
Tradivaga	Manut. ar condicion., Lisboa	1-6-2006	5 004,09	—	—	2-1-2006	5 702,50	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Tradivaga	Manut. ar condicion., Porto	30-10-2006	2 161,39	—	—	11-7-2006	2 050,48	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
TV Cabo	Prestação de serviços	1-1-2006	538,54	—	—	2-1-2006	538,54	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
UNIMED	Seg. Hig. e Saúde no Trabalho	1-1-2006	36 379,85	—	—	2-1-2006	36 379,85	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
VE Perito Médicos	Fiscalização de baixas	1-10-2006	1 090,00	—	—	2-11-2006	1 090,00	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Vodafone	Serviço de telecomunic.	1-1-2006	25 144,78	—	—	27-1-2006	25 144,78	—	—	—	—	—	Comunic. de voz.
XEROX Portugal	Assistência técnica	31-3-2006	1 407,00	—	—	20-1-2006	1 407,00	—	—	—	—	—	Fotocop. Xerox D480.
César de Araújo	Assessoria jurídica	1-1-2006	16 200,00	—	—	2-1-2006	16 200,00	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
William M. Mercer, L. ^{da}	Renovação licença 3P	1-1-2006	1 348,24	—	—	1-2-2006	1 348,24	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.

2 — Formas de adjudicação:

Tipo de contrato	Formas de adjudicação														Total	
	Concurso público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação, com publicação prévia de anúncio		Por negociação, sem publicação prévia de anúncio		Ajuste directo			
	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
Locação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	538 214	—	—	9	538 214
Empreitada de obras públicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gestão de serviços públicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Prestação de serviços	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	50	1 011 108	869	1 615 630	919	2 626 738
Aquisição de bens	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	49	820 036	462	524 502	511	1 344 538

3.4 — Transferências e subsídios:

Transferências — Despesa:

Disposições legais	Entidade beneficiária	Transferências orçamentadas	Transferências autorizadas	Transferências efectuadas	Transfer. autorizadas não efect.
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)

1 — Correntes:

Decreto-Lei n.º 30/2004, de 6 de Fevereiro	Autoridade da concorrência	1 200 000,00	1 054 797,76	1 054 797,76	—
--	----------------------------	--------------	--------------	--------------	---

O Conselho Directivo: *Fernando Nogueira*, presidente — *António M. S. Osório*, vice-presidente — *Rodrigo F. H. Lucena*, vogal — *Rui Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Fundo de Garantia Automóvel

Balanço de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

	2006			2005
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	21 902 950,26	575 144,14	21 327 806,12	18 652 194,11
Obrigações e títulos de participação	110 604 131,61	995 374,98	109 608 756,63	102 124 451,17
Investimentos em imóveis	3 809 880,45	995 018,93	2 814 861,52	2 894 919,80
Terrenos e recursos naturais	997 638,69	—	997 638,69	997 638,69
Outras aplicações financeiras	79 838 353,22	1 962 937,55	77 875 415,67	76 002 371,08
	<u>217 152 954,23</u>	<u>4 528 475,60</u>	<u>212 624 478,63</u>	<u>200 671 574,85</u>
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	—	—	—	—
Contribuintes, c/c	—	—	—	—
Utentes, c/c (responsáveis de sinistros)	3 923 441,20	—	3 923 441,20	1 416 645,14
Devedores pela execução do orçamento	—	—	—	—
Estado e outros entes públicos	—	—	—	—
Outros devedores	<u>1 116 246,29</u>	<u>33 401,35</u>	<u>1 082 844,94</u>	<u>960 267,63</u>
	<u>5 039 687,49</u>	<u>33 401,35</u>	<u>5 006 286,14</u>	<u>2 376 912,77</u>
Títulos negociáveis:				
Títulos da dívida pública	—	—	—	—
Conta no tesouro, depósitos em instit. financeiras e caixa:				
Conta no tesouro	77 601 797,45		77 601 797,45	77 771 925,97
Depósitos à ordem	256 368,15		256 368,15	377 025,98
Depósitos a prazo	—		—	—
Caixa	<u>1 159,84</u>		<u>1 159,84</u>	<u>932,53</u>
	<u>77 859 325,44</u>		<u>77 859 325,44</u>	<u>78 149 884,48</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	4 020 068,37		4 020 068,37	4 127 655,39
Custos diferidos	<u>13 623,03</u>		<u>13 623,03</u>	<u>13 400,45</u>
	<u>4 033 691,40</u>		<u>4 033 691,40</u>	<u>4 141 055,84</u>
Total de amortizações		<u>995 018,93</u>		
Total de provisões		<u>3 566 858,02</u>		
Total do activo	304 085 658,56		299 523 781,61	285 339 427,94

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

	2006	2005
Fundos próprios:		
Resultados transitados	101 748 502,86	97 984 240,99
Resultado líquido do exercício	1 224 505,51	3 764 261,87
<i>Total dos fundos próprios</i>	<i>102 973 008,37</i>	<i>101 748 502,86</i>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para sinistros	151 944 336,48	148 808 197,97
Provisões para sinistros IBNR	40 144 748,00	32 894 748,00
	<i>192 089 084,58</i>	<i>181 702 945,97</i>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Fornecedores, c/c	303 570,54	266 045,89
Credores pela execução do orçamento	—	—
Adiantamentos de clientes	—	—
Estado e outros entes públicos	5 713,77	494,85
Outros credores:		
Sinistros a reembolsar	3 923 440,12	1 416 644,06
Outros credores	60 277,16	44 546,79
	<i>4 293 001,59</i>	<i>1 727 731,59</i>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	168 687,07	160 247,52
<i>Total do passivo</i>	<i>196 550 773,24</i>	<i>183 590 925,08</i>
<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>	<i>299 523 781,61</i>	<i>285 339 427,94</i>

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Demonstração dos resultados de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006

CUSTOS E PERDAS

	2006	2005
Fornecimentos e serviços externos	1 287 013,31	978 295,17
Custos com o pessoal:		
Remunerações	931 881,07	875 764,69
Encargos sociais:		
Pensões	151 307,00	146 900,00
Outros	310 736,56	279 097,99
	<i>1 393 924,63</i>	<i>1 301 762,68</i>
Transf. correntes concedidas e prest. sociais:		
Indemnizações de sinistros	29 500 129,64	28 629 685,80
Unidades institucionais (EP, DGV e MAI)	8 080 486,46	7 773 660,03
	<i>37 580 616,10</i>	<i>36 403 345,83</i>
Provisões do exercício:		
Provisões para sinistros	119 168 660,92	128 496 638,62
Outras provisões do exercício	—	—
	<i>119 168 660,92</i>	<i>128 496 638,62</i>
Outros custos e perdas operacionais	8 692,50	8 396,40
(A)	<i>159 438 907,46</i>	<i>167 188 438,70</i>
Custos e perdas financeiras:		
Amortizações de investimentos em imóveis	80 058,28	80 058,28
Provisões para aplicações financeiras	370 819,56	—
Outros custos e perdas financeiras	36 389,56	21 972,84
	<i>487 267,40</i>	<i>102 031,12</i>
(C)	<i>159 926 174,86</i>	<i>167 290 469,82</i>
Custos e perdas extraordinários	2 296,16	612,58
(E)	<i>159 928 471,02</i>	<i>167 291 082,40</i>
Resultado líquido do exercício	<i>1 224 505,51</i>	<i>3 764 261,87</i>
	<i>161 152 976,53</i>	<i>171 055 344,27</i>

PROVEITOS E GANHOS

		2006	2005
Impostos, taxas e outros:			
Empresas de seguros	41 062 190,19		50 402 4332,29
Juros compensatórios	1 385,59	41 063 575,78	1 733,57
			40 404 165,86
Transferências e subsídios correntes obtidos:			
Reembolsos e outras		2 756 707,79	2 386 168,42
(B)		43 820 283,57	42 790 334,28
Proveitos e ganhos financeiros:			
Juros de aplicações financeiras	6 849 635,29		6 877 341,29
Rendimentos de imóveis	871 040,00		845 670,00
Rendimentos de participações de capital	684 697,50		515 888,54
Outros proveitos e ganhos financeiros	4 730,76	8 410 103,55	17 148,68
			8 256 048,51
(D)		52 230 387,12	51 046 382,79
Proveitos e ganhos extraordinários:			
Anulação de provisões para sinistros	108 782 522,31		115 294 029,64
Outros proveitos e ganhos extraordinários	140 067,10	108 922 589,41	4 714 931,84
			120 008 961,48
(F)		161 152 976,53	171 055 344,27
Resumo:			
Resultados operacionais (B)–(A) =		(115 618 623,89)	(124 398 104,42)
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =		7 922 836,15	8 154 017,39
Resultados correntes (D)–(C) =		(107 695 787,74)	(116 244 087,03)
Resultado líquido do exercício (F)–(E) =		1 224 505,51	3 764 261,87

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Fluxos de caixa de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006

RECEBIMENTOS

Capit.	Grup.		2006
		Saldo da gerência anterior	78 149 884,48
		Execução orçamental	78 105 470,83
		De dotações orçamentais (OE)	—
		De receitas próprias	78 105 470,83
16	01	Na posse do serviço	78 105 470,83
		Na posse do tesouro 77 771 925,97 euros.	
		De receita do Estado	494,85
		De operações de tesouraria	43 918,80
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receitas do Estado	
		Receitas	67 741 189,23
		Dotações orçamentais (OE)	—
		Receitas próprias	67 373 312,06
		Correntes	52 333 243,38
04	01	Taxas	41 063 575,78
05	01	Juros — Soc. e quase soc. não financeiras	63 928,14
05	02	Juros — Sociedades financeiras	2 816 847,42
05	03	Juros — Administração pública	1 963 540,53
05	06	Juros — Resto do Mundo	2 112 869,71
05	07	Dívida part. lucros de soc. quase sociedade não financeiras	—
05	08	Dívida de parte dos lucros de sociedades financeiras	684 697,50
05	10	Rendas	871 076,51
06	08	Transferências correntes — famílias	2 756 707,79

Capit.	Grup.		2006
		Capital	15 040 068,68
11	03	Títulos a médio longo prazo	15 040 068,68
11	09	Unidades de participação	—
		Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias	—
		Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades	367 877,17
17	01	Receita do Estado	56 037,89
17	02	Operações de tesouraria	311 839,28
		Descontos em vencimentos e salários	
		Receitas do Estado	
		Operações de tesouraria	
		<i>Total geral</i>	145 891 073,71

RECEBIMENTOS

Capit.	Grup.		2006
		Despesas	68 031 748,27
		Despesas orçamentais (OE)	—
		Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos	67 549 467,90
		Correntes	40 244 805,13
01	01	Remunerações certas e permanentes	924 527,93
01	02	Abonos variáveis ou eventuais	72 873,14
01	03	Segurança social	369 670,88
02	02	Aquisição de serviços	3 073 803,44
04	01	Soc. e quase soc. não financeiras	4 040 243,23
04	03	Administração Central	4 040 243,23
04	08	Transferências correntes - Famílias	27 694 271,00
06	02	Diversas	29 172,28
		Capital	27 304 662,77
09	03	Títulos a médio longo prazo	23 629 682,77
09	07	Ações e outras participações	2 674 980,00
09	08	Unidades de participação	1 000 000,00
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias	—
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receitas do Estado	
		Operações de tesouraria	
		Importâncias entregues ao Estado e outras entidades	482 280,37
12	01	Receita do Estado	50 818,97
12	02	Operações de tesouraria	431 461,40
		Saldo para a gerência seguinte	77 859 325,44
		Execução orçamental	77 793 354,40
		De dotações orçamentais (OE)	—
		De receitas próprias	77 793 354,40
		Na posse do serviço	77 793 354,40
		Na posse do Tesouro 77 601 797,45 euros.	
		De receita do Estado	5 713,77
		De operações de tesouraria	60 257,27
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado	
		<i>Total geral</i>	145 891 073,71

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006:

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do POCP.

Notas aplicáveis: 3, 4, 7, 8, 23, 29, 31, 32, 37, 38, 39, 3.1, 3.2, 3.4 e 3.5

3 — Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às contas do balanço e da demonstração dos resultados:

Amortizações:

As amortizações foram efectuadas em conformidade com o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros estão contabilizados ao custo de aquisição, e as provisões foram efectuadas com base nas cotações de 31 de Dezembro de 2006.

4 — As cotações utilizadas na conversão em euros das contas incluídas no balanço e demonstração dos resultados, originariamente expressas noutra moeda, foram as taxas de câmbio estabelecidas pelo Banco Central Europeu, à data de 31 de Dezembro de 2006. Apuraram-se, neste caso diferenças de câmbio desfavoráveis de 16 036,03 euros e favoráveis de 4730,76 euros.

7 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões.

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Investimentos em imóveis:				
Edifícios e outras construções	914 960,65	80 058,28	—	995 018,93
Proveitos para investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	3 163 269,12	370 819,56	632,01	3 533 456,67
<i>Total</i>	4 078 229,77	450 877,84	632,01	4 528 475,60

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas	19 227 970,26	2 674 980,00	—	—	21 902 950,26
Obrigações e títulos de participação	102 852 412,00	22 653 232,77	14 901 513,16	—	110 604 131,61
Terrenos e recursos naturais	997 638,69	—	—	—	997 638,69
Edifícios e outras construções	3 809 880,45	—	—	—	3 809 880,45
Títulos da dívida pública	54 134 494,24	976 450,00	—	—	55 110 944,24
Fundos de investimento	23 727 408,98	1 000 000,00	—	—	24 727 408,98
<i>Total</i>	204 749 804,62	27 304 662,77	14 901 513,16	—	217 152 954,23

8 — Mapa das amortizações em anexo.

23 — O valor global das dívidas de cobranças duvidosas incluídas na rubrica de outros devedores e credores é de 33 401,35 euros.

29 — Responsabilidades por garantias prestadas:

Em investimentos financeiros — Outras aplicações financeiras, estão incluídos títulos no valor nominal de 527 058,44 euros, que foram dados como garantia junto de tribunais para processos judiciais em curso, relativos a indemnizações por sinistros automóveis, cuja decisão se aguarda. A composição daquele valor é como segue:

OT — 3,95% Julho de 2009 — 527 058,44 euros.

31 — Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

Código das contas	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	33 401,35	—	—	33 401,35
292	Provisões para riscos e encargos:				
	Para IBNR	32 894 748,00	7 250 000,00	—	40 144 748,00
	Para sinistros	148 808 197,97	111 918 660,92	108 782 522,31	151 944 336,58
49	Provisões para investimentos financeiros:				
	Partes de capital	575 776,15	—	632,01	575 144,14
	Obrigações e títulos de participação	727 960,83	267 414,15	—	995 374,98
	Outros investimentos financeiros	1 859 532,14	103 405,41	—	1 962 937,55
	<i>Total</i>	184 899 616,44	119 539 480,48	108 783 154,32	195 655 942,60

32 — Fundo patrimonial — movimentos ocorridos no exercício:

Rubricas	Saldo inicial (credor/devedor)	Movimentos do exercício		Saldo final (credor/devedor)
		Débito	Crédito	
Resultados transitados	97 984 240,99	—	3 764 261,87	101 748 502,86
Resultado líquido do exercício	3 764 261,87	3 764 261,87	1 224 505,51	1 224 505,51
<i>Total</i>	101 748 502,86	3 764 261,87	4 988 767,38	102 973 008,37

37 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2006	2005
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	80 058,28	80 058,28
684 — Provisões para aplicações financeiras	370 819,56	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	16 036,03	2 789,33
687 — Perdas na alienação de aplicações tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiras	20 353,53	19 183,51
Resultados financeiros	7 922 836,15	8 154 017,39
	8 410 103,55	8 256 048,51

PROVEITOS E GANHOS

	2006	2005
781 — Juros obtidos	6 849 635,29	6 877 341,29
783 — Rendimentos de imóveis	871 040,00	845 670,00
784 — Rendimento de participações de capital	684 697,50	515 888,54
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	4 730,76	17 148,68
787 — Ganhos na alienação aplicações de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	—	—
	8 410 103,55	8 256 048,51

38 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2006	2005
694 — Perdas em imobilizações	700,00	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	1 596,16	612,58
698 — Outros custos e perdas extraordinários	—	—
Resultados extraordinários	108 920 293,25	120 008 348,90
	108 922 589,41	120 008 961,48

PROVEITOS E GANHOS

	2006	2005
794 — Ganhos em imobilizações	139 255,52	67 728,16
796 — Reduções de amortizações e provisões	108 783 154,32	119 940 725,51
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	11,13
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	179,57	496,68
	108 922 589,41	120 008 961,48

39 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

39.1 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2006 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição (em euros):

Acréscimos de proveitos:

Juros de depósitos	197 400,56
Juros de obrigações	3 822 667,81
	4 020 068,37

Custos diferidos:

Renda do edifício na Avenida da República e seguros	13 623,03
---	-----------

Acréscimos de custos:

Encargos com férias e subsídios de férias a pagar em 2006	168 294,40
Diversos (electricidade e outros)	392,67
	<u>168 687,07</u>

39.2 — Nos investimentos financeiros foram contabilisticamente reconhecidas apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e consequentemente melhor análise da rentabilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos e as perdas potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de Dezembro de 2006, com as mais e menos-valias:

Rubricas	Valor de aquisição	Perdas potenciais (provisões)	Ganhos potenciais	Valor de cotação em 31 de Dezembro de 2006
Partes de capital	21 902 950	575 144	39 578 517	60 906 323
Fundos de investimento	24 727 409	1 225 259	5 075 844	28 577 994
Obrigações e títulos de participação	110 604 132	995 375	2 200 681	111 809 438
Títulos da dívida pública	55 110 944	737 678	1 532 566	55 905 832
<i>Total</i>	212 345 435	3 533 456	48 387 608	257 199 587

3 — Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução:

3.1 — Alterações orçamentais

1 — Despesa:

Códigos	Classificação económica Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Obs.
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa)	Modificações na redacção da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+ (4)–(5)+(6) (7)+(8)	(10)
Despesas correntes:									
04	Transferências correntes		4 100 000	4 100 000	—	—	—		
04 03 01	Estado — Ministério da Admin. Interna	—	2 000 000	—	—	—	—	2 000 000	—
04 03 05	Fundos e serv. autónomos — Dir.-Geral de Viação	—	2 100 000	—	—	—	—	2 100 000	—
04 07 01	Instituições s/fins lucrativos PRP	4 100 000	—	4 100 000	—	—	—	—	—
Despesas capital:									
09	Activos financeiros		21 000 000	21 000 000	—	—	—		
09 03 01	Sociedades e quase soc. não financeiras privadas	10 000 000	—	7 000 000	—	—	—	3 000 000	—
09 03 02	Sociedades e quase soc. não financeiras publicas	5 000 000	—	2 500 000	—	—	—	2 500 000	—
09 03 03	Sociedades financeiras — Bancos e outras	5 000 000	—	1 000 000	—	—	—	4 000 000	—
09 03 14	Resto do Mundo — União Europeia e instituições	10 000 000	—	8 000 000	—	—	—	2 000 000	—
09 03 1 5	Resto do Mundo — União Europeia países membros	5 000 000	18 000 000	—	—	—	—	23 000 000	—
09 03 16	Resto do Mundo — Países terceiros e organ. internac.	5 000 000	—	2 500 000	—	—	—	2 500 000	—
09 07 01	Sociedades e quase soc. não financeiras privadas	1 000 000	2 000 000	—	—	—	—	3 000 000	—
09 08 03	Sociedades financeiras — Bancos e outras	—	1 000 000	—	—	—	—	1 000 000	—
	Total		25 100 000	25 100 000	—	—	—		

2 — Receita:

Códigos	Classificação económica	Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Obs.
	Descrição		Créditos especiais	Reforços	Anulações		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)–(6)	(8)
Receitas de capital:							
11	Activos financeiros		–	4 000 000	–	–	–
11 03 02	Sociedades financeiras	–	–	4 000 000	–	4 000 000	–
16	Saldo da gerência anterior		–	26 651 213	–	–	
16 01 01	Na posse dos serviços	51 454 258	–	26 651 213	–	78 105 471	–
	Total		–	30 651 213	–		

3.2 — Contratação administrativa:

1 — Situação dos contratos:

(Em euros)													
Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações
	Objecto	Data	Valor	Número de registo	Data		Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	Trab. normais	Revis. de preços	Trab. a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Thyssen Elevatec	Manutenção elevadores	1-1-2006	9 777,12	—	—	2-1-2006	9 277,12	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Câmara Mun. de Lisboa	Conservação de esgotos	1-1-2006	8 396,40	—	—	16-11-2006	8 396,40	—	—	—	—	—	Prest. de serviços.
Eng. Rui Bento	Instalações eléctricas	1-7-2006	2 280,00	—	—	15-5-2006	2 280,00	—	—	—	—	—	Avença.
Fidelidade Mundial	Seg. multirisco condomínio	1-5-2006	6 063,55	—	—	19-4-2006	6 063,55	—	—	—	—	—	Apólice n.º 5137913.

2 — Formas de adjudicação:

Tipo de contrato	Formas de adjudicação															
	Concurso público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação, com publicação prévia de anúncio		Por negociação, sem publicação prévia de anúncio		Ajuste directo		Total	
	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
Locação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Empreitada de obras públicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gestão de serviços públicos ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Prestação de serviços	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	26 017,04	4	26 017,04	—	—
Aquisição de bens	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

3.4 — Transferências e subsídios:

Transferências — Despesa:

Disposições legais	Entidade beneficiária	Transferências orçamentadas	Transferências autorizadas	Transferências efectuadas	Transferências autorizadas não efectuadas
Decreto-Lei n.º 522/85, de 31 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 358/93, de 14 de Outubro	Estradas de Portugal	4 100 000,00	4 040 243,23	4 040 243,23	—
	Secretaria Geral do Minist. da Admin. Interna	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	—
	Direcção-Geral de Viação	2 100 000,00	2 040 243,23	2 040 243,23	—
		8 200 000,00	8 080 486,46	8 080 486,46	—

1 — Correntes:

3.5 — Aplicações em activos de rendimento fixo e variável:

Partes de capital:

Entidades	Valor em 1 de Janeiro de 2006		Valor em 31 de Dezembro de 2006		Rendimento		Observações
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido por cobrar	
Fábrica Porcelana Vista Alegre	33 360,00	7 339,20	10 628,29	7 971,22	—	—	—
Matrena (a)	166 264,30	—	166 264,30	—	—	—	—
Comp. Port. Resseg.	4 572 000,00	8 425 213,93	4 572 000,00	8 425 213,93	—	—	—
Somec	—	—	—	—	—	—	—
Banif — Esc. Nom.	7 642 800,00	24 915 528,00	9 553 500,00	50 633 550,00	—	—	—
Portugal Telecom	186 950,00	1 598 422,00	186 950,00	1 839 588,00	—	—	—
<i>Totais</i>	12 601 374,30	34 946 503,63	14 489 342,59	60 906 323,15	—	—	—

(a) Última cotação do título: 30 de Setembro de 1998.

Obrigações e títulos de participação:

Entidades	Valor em 1 de Janeiro de 2006		Valor em 31 de Dezembro de 2006		Rendimento		Observações
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido por cobrar	
Matrena/90	349 300,00	—	349 300,00	—	—	—	—
Somec 94/99	149 500,00	—	149 500,00	—	—	—	—
CiticorpSubord. 97-07	1 501 381,67	1 501 381,67	1 501 381,67	1 501 381 671 50	44 786,10	12 130,97	—
Tit. Part. B Mello (Ubp/87)	884 164,16	875 234,11	884 164,16	877 532,93	20 433,03	16 208,93	—
BTA — Ob. Cx/96-TS	1 998 683,17	1 997 483,96	—	—	41 472,68	—	(a)
Sonae 97-07	1 995 191,59	1 995 191,59	997 595,79	997 595,80	61 563,61	7 312,18	—
KFW Intern. Finance — 97/07	1 496 393,69	1 496 393,69	1 496 393,69	1 496 393,70	25 177,82	5 896,19	—
Council of Europe/Jul2007	1 745 792,64	1 745 792,64	1 745 792,64	1 745 792,60	55 865,36	27 001,59	—
Eurofima 97/07	4 239 782,12	4 236 789,34	4 239 782,12	4 236 789,34	85 717,09	53 516,88	—
EDP — 25.ª Emissão	1 496 393,69	1 496 094,41	996 598,20	996 598,20	33 710,04	3 315,79	—
CGD — Valor Real	2 493 989,49	2 618 688,96	2 493 989,49	2 890 783,00	44 012,93	4 972,00	—
Caymadrid 2009/Cms	1 300 000,00	1 352 000,00	1 300 000,00	1 352 000,00	46 800,00	8 060,00	—
Abbey Nation Treasury — 2007	500 000,00	499 250,00	500 000,00	499 250,00	15 653,53	727,84	—
West Lb Cms 20y — 2010	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	40 000,00	28 821,92	—
Deutsch Telecom	1 002 491,00	1 002 491,00	—	—	7 284,00	—	(a)
Emtm Sga Nv 2009 Anual Coupon	750 000,00	750 000,00	750 000,00	750 000,00	11 323,80	4 938,00	—
Obrigações Unicredito Italiano	500 000,00	502 914,50	—	—	14 195,09	—	(a)
Magellan Mortgages Plc	700 000,00	700 000,00	700 000,00	700 000,00	19 532,65	1 058,77	—
Best of 14 de Dez. 2009	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	—	—	—
CGD — Reverse Cliquet	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	—	—	—
Bear Sterns — CLN Tx Variável	1,001 000 00	1 000 000,00	1 000 000,00	1,001 000 00	15 372,94	1 442,71	—
CGD EPRA 2010	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	—	—	—
República da Áustria 2018	2 000 000,00	2 254 100,00	2 000 000,00	2 116 040,00	74 400,00	71 342,47	—

Entidades	Valor em 1 de Janeiro de 2006		Valor em 31 de Dezembro de 2006		Rendimento		Observações
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido por cobrar	
Cedulas Hipotecarias BBVA2013	2 000 000,00	2 116 078,00	2 000 000,00	2 011 952,00	68 000 00	62 597,26	—
ABN Amro 7Y Eur10CMS — 2CMS	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	73 328,00	66 810,00	—
Mediobanca/2018	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	87 750,00	91 747,95	—
Toyota Motor CC	1 032 484,00	1 032 484,00	1 000 000,00	1 000 611,00	01 000 00	28 230,14	—
Danone/2008	500 000,00	502 752,50	500 000,00	496 067,00	13 500,00	11 132,88	—
HSBCBank2016	2 000 000,00	2 080 568,00	2 000 000,00	1 998 718,00	68 000 00	53 654,79	—
HBOS2015	1 000 000,00	1 093 942,00	1 000 000,00	1 033 429,00	39 000 00	30 558,90	—
Atlanteo Índices Mundiais	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	—	—	—
GlaxoSmith Kline	1 000 000,00	1 007 266,00	1 000 000,00	992 454,00	27 000,00	19 232,88	—
Montepio Geral 5NC10 (CEMG-Cayman)	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	66 746,33	7 282,06	—
National Australia Bank 12NC7	2 000 000,00	1 975 574,00	2 000 000,00	1 975 574,00	62 000,00	35 671,23	—
Cores 2013	1 000 000,00	1 041 300,00	1 000 000,00	992 920,00	32 000,00	14 816,44	—
BPI CS Grandes Marcas 2003/2009	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	37 794,49	17 395,78	—
BEI 3 2013	1 000 000,00	1 024 200,00	1 000 000,00	977 680,00	29 000,00	6 117,81	—
Gran 2004 — 1 2A2	1 000 000,00	1 000 000,00	907 777,78	909 265,54	24 291,44	856,32	—
Caja de Ahorros Valencia Fev 2009	1 000 000,00	1 000 300,00	1 000 000,00	1 000 222,00	23 744,94	2 828,04	—
General Electric Float 03/08	1 000 000,00	1 000 033,00	1 000 000,00	1 000 363,00	24 117,03	—	—
Holmes Financing 2009	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 874,35	11 263,41	3 117,64	—
Banco Sabadell Float 05/07	500 000,00	500 250,00	500 000,00	500 094,00	11 825,10	1 483,20	—
Saecure 3 B V	845 116,00	845 116,00	693 344,00	694 318,43	18 838,73	2 090,02	—
CGD 7 Year Inflation Bond	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	47 161,20	4 716,00	—
Rabobank Float 07/1 5	1 000 000,00	1 000 100	1 000 000,00	1 000 797,00	16 038,82	5 223,82	—
BPESP Banco Popular Float 07/09	700 000,00	699 930,00	700 000,00	699 971,30	1 5 646,92	3 494,18	—
Credit Agricole ACAFP Float 10/09	1 000 000,00	997 300,00	1 000 000,00	998 556,00	21 841,68	5 046,04	—
<i>Sub-total taxa variável</i>	<u>63 145 688,22</u>	<u>63 506 499,37</u>	<u>57 905 619,54</u>	<u>57 944 023,88</u>	<u>1 508 188,76</u>	<u>720 849,62</u>	
Taxa fixa:							
BEI — 8%/2016	354 146,51	494 847,14	354 146,51	462 285,50	28 331,70	5 036,75	—
Morgan GuarantyTrust	997 595,79	995 101,80	997 595,79	995 101,80	—	708 121,00	—
Dresdner BankCup0 — 2013	748 196,85	748 196,85	748 196,85	748 196,80	—	383 009,00	—
BEI 5,625% — 98/28	2 480 000,00	3 187 544,00	2 480 000,00	2 925 804,80	111 600,00	97 535,34	—
Natl Investor Bank — Floor 4%	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	40 000,00	28 000,00	—
Portugal Telecom 99/09 — Taxa fixa	1 000 000,00	1 038 388,00	1 000 000,00	998 675,00	37 000,00	27 167,12	—
CGD 6,25% 99/09	3 750 000,00	4 139 047,50	3 750 000,00	3 941 152,50	187 500,00	41 095,89	—
Reino da Bélgica — Set 2010 Taxa fixa	1 000 000,00	1 117 100,00	1 000 000,00	1 063 010,00	46 000,00	11 846,58	—
Rabobank — Cms 30y Floor 5%	1 500 000,00	1 599 450,00	1 500 000,00	1 533 903,00	66 822,31	500 000,00	—
Allied Irish Banks 7,5% Ob. Perp.	1 400 000,00	1 651 375,60	1 400 000,00	1 558 321,80	84 000,00	70 421,92	—
British Telecom 02/06 6,125%	1 200 000,00	1 205 128,80	—	—	107 200,00	—	(a)
Portugal Telecom Tx Fixa	1 000 000,00	1 004 145,00	—	—	—	—	(a)
International Endesa	1 000 000,00	1 003 756,00	—	—	42 000,00	—	(a)
Lehman Brothers, Plc	1 500 000,00	1 711 402,50	1 500 000,00	1 617 966,00	76 500,00	49 253,42	—
Vodafone Group Plc	1 000 000,00	1 012 300,00	—	—	43 200,00	—	(a)
Royal Bank of Scotland — Taxa fixa	1 000 000,00	1 159 516,00	1 000 000,00	1 093 227,00	48 000,00	30 904,11	—
Reino da Bélgica 4,75% 2006	1 000 000,00	1 014 950,00	—	—	38 000,00	—	(a)

Entidades	Valor em 1 de Janeiro de 2006		Valor em 31 de Dezembro de 2006		Rendimento		Observações
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido por cobrar	
Daimler Chrysler 5,625%	1 000 000,00	1 013 547,00	—	—	45 000,00	—	(a)
BBVACap Funding 5,5%	1 000 000,00	1 013 657,00	—	—	44 000,00	—	(a)
JumboLaenderNº11 4,75%	500 000,00	521 980,00	500 000,00	505 941,00	19 000,00	5 726,03	—
Bayerische Hypo 5%	500 000,00	545 125,00	500 000,00	518 950,00	37 492,22	6 027,40	—
Obrigações Eib 4 01/1 5/07	500 000,00	506 475,00	500 000,00	5,00500 00	16 000,00	15 342,47	—
Brisa 4,875% 20-12-2006	500 000,00	509 315,00	—	—	19 500,00	—	(a)
Scania 6% 17/12/2008	500 000,00	537 987,00	500 000,00	516 015,00	24 000,00	920,55	—
Bear Stearns — CLN Taxa Fixa	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	24 520,00	13 349,78	—
BCP 4,75% Convertíveis 2011	1 100 000,00	1 112 876,60	—	—	58 658,08	—	(a)
Volkswagen AG — 2008	2 000 000,00	2 069 126,00	2 000 000,00	2 017 498,00	78 000,00	63 254,79	—
Danske Bank	1 065 078,0	1 065 078,00	1 000 000,00	1 023 971,00	41 000,00	5 504,11	—
Citigroup 2007	1 000 000,00	1 028 640,00	1 000 000,00	1 005 197,00	37 000,00	4 830,56	—
EDP2008	1 039 251,00	1 039 251,00	1 000 000,00	1 010 504,00	40 000,00	31 342,47	—
Iberdrola 2009	1 000 000,00	1 039 869,00	1 000 000,00	1 007 190,00	36 000,00	21 698,63	—
General ElectricCC 2008	1 000 000,00	1 012 389,00	—	—	33 000,00	—	(a)
Netherland 2,75%	4 850 000,00	4 824 780,00	4 850 000,00	4 745 046,00	106 700,00	102 315,07	—
France Gov. Bond FRTR 3,25% 04/16	—	—	990 000,00	935 272,80	—	17 630,14	(b)
German Gov. Bond BKO 3% 14/03/08	—	—	1 000 000,00	989 820,00	—	20,000,00	(b)
BEI 3,625% 15/10/11	—	—	1 000 000,00	984 190,00	—	6 117,81	(b)
France Gov. Bond 3,25% 04/16	—	—	1 000 000,00	944 720,00	5 430,08	14 816,44	(b)
Espanha Gov. Bond SPGB 3,25% 07/10	—	—	1 000 000,00	977 830,00	3 846,58	10 969,86	(b)
KFW 3,50% Julho 2009	—	—	1 000 000,00	989 251,00	10 657,55	12 964,38	(b)
German Gov. Bond 3,50% 04/11	—	—	1 000 000,00	983 990,00	—	13 654,79	(b)
German Gov. Bond DBR 4% 07/16	—	—	1 000 000,00	1 004 130,00	—	15 254,79	(b)
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/21	—	—	1 000 000,00	967 940,00	—	14 219,18	(b)
Espanha Gov. Bond SPGB 2,90% 10/08	—	—	1 000 000,00	982 640,00	—	3 877,26	(b)
Netherlands 4% 07/16	—	—	1 000 000,00	1 002 030,00	—	14 641,10	(b)
German Gov. Bond BKO 3,25% 06/08	—	—	1 000 000,00	991 070,00	—	11 397,26	(b)
France Treasury Note BTAN 3,5% 09/08	—	—	1 000 000,00	993 530,00	3 758,90	8 438,36	(b)
German Gov. Bond DBR 4% 01/37	—	—	1 000 000,00	991 600,00	—	13 413,70	(b)
France Treasury Note BTAN 3,5% 07/11	—	—	1 000 000,00	982 470,00	—	7 364,38	(b)
German Gov. Bond OBL 3,5% 10/11	—	—	1 000 000,00	982 060,00	—	5 983,56	(b)
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/21	—	—	1 000 000,00	967 940,00	—	6 739,73	(b)
German Gov. Bond BKO 3,5% 09/08	—	—	1 000 000,00	993 480,00	—	5 753,42	(b)
German Gov. Bond OBL 3,5% 10/11	—	—	1 000 000,00	982 060,00	—	4 756,16	(b)
France Treasury Note BTAN 3,5% 12/07/11	—	—	1 000 000,00	982 470,00	—	3 068,49	(b)
German Gov. Bond DBR 3,75% 01/17	—	—	1 000 000,00	984 220,00	—	3 287,67	(b)
German Gov. Bond OBL 3,5% 10/11	—	—	1 000 000,00	982 060,00	—	3 068,49	(b)
Espanha Gov. Bond SPGB 2,9% 10/08	—	—	1 000 000,00	982 640,00	7 118,90	1 207,67	(b)
<i>Subtotal taxa fixa</i>	<i>39 879 939,15</i>	<i>42 422 344,79</i>	<i>53 069 939,15</i>	<i>53 865 410,00</i>	<i>1 646 836,32</i>	<i>1 991 527,63</i>	
<i>Totais</i>	<i>103 025 627,38</i>	<i>105 928 844,15</i>	<i>110 975 558,69</i>	<i>111 809 434,13</i>	<i>3 155 025,08</i>	<i>2 712 377,26</i>	

(a) Reembolsadas em 2006.

(b) Aquisição em 2006.

Títulos de dívida pública:

Entidades	Valor em 1 de Janeiro de 2006		Valor em 31 de Dezembro de 2006		Rendimento		Observações
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido por cobrar	
OT — Fevereiro 6,625% — 97/07	997 595,79	1 047 475,58	997 595,79	1 001 546,27	52 872,58	45 050,33	—
OT — Julho 3,95% — 99/09	2 500 000,00	2 578 750,00	2 500 000,00	2 500 475,00	79 000,00	36 578,08	—
OT — Maio 5,85% — 2000/10	4 000 000,00	4 488 000,00	4 000 000,00	4 233 680,00	187 200,00	115 397,26	—
OT — Junho 5,00% — 02/12	22 671 000,00	24 938 100,00	22 671 000,00	23 760 794,97	906 840,00	494 414,13	—
OT — Junho 5,15% — 01/11	1 900 000,00	1 998 800,00	1 900 000,00	1 987 096,00	52 602,74	42 678,68	—
OT — Setembro 5,45% — 98/13	2 000 000,00	2 240 400,00	2 000 000,00	2 166 680,00	87 200,00	23 651,51	—
OT — Abril 3,85% — 2021	10 000 000,00	10 150 000,00	10 000 000,00	9 696 900,00	351 035,62	219 397,26	—
OT — Outubro 3,35% — 2015	5 000 000,00	5 100 000,00	5 000 000,00	4 741 600,00	168 509,59	28 268,49	—
OT — Abril 3,2% — 2011	5 000 000,00	5 009 000,00	5 000 000,00	4 847 550,00	39 140,00	91 178,08	—
OT — Abril 3,2% — 2011	—	—	1 000 000,00	969 510,00	39 140,00	13 676,71	(a)
<i>Totais</i>	54 068 595,79	57 550 525,58	55 068 595,79	55 905 832,24	1 963 540,53	1 110 290,55	

(a) Aquisição em 2006.

Unidades de participação em fundos de investimento:

Entidades	Valor em 1 de Janeiro de 2006		Valor em 31 de Dezembro de 2006		Rendimento		Observações
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido por cobrar	
Vision Escritórios	2 000 000,00	2 553 360,00	2 000 000,00	2 649 760,00	—	—	—
Vision Escritórios	425 169,22	542 805,04	425 169,22	563 298,19	—	—	—
Vision Escritórios	2 425 169,22	3 096 165,04	2 425 169,22	3 213 058,19	101 248,51	—	—
Barclays MT BOND	500 000,00	593 198,11	500 000,00	601 325,44	—	—	—
Lusimovest	2 500 000,00	3 029 780,00	2 500 000,00	3 197 890,00	—	—	—
Euro-Futuro Banca e Seguros	1 100 000,00	1 170 369,20	1 100 000,00	1 408 541,20	—	—	—
Euro-Futuro Cíclico	1 425 000,00	1 562 438,40	1 425 000,00	1 830 891,30	—	—	—
Euro-Futuro Defensivo	950 000,00	961 160,60	950 000,00	1 107 388,40	—	—	—
Euro-Futuro Telecomunicações	2 300 000,00	789 820,00	2 300 000,00	891 029,20	—	—	—
Invesco GT Pan European	1 419 140,00	1 541 186,04	1 419 140,00	1 894 551,90	—	—	—
JP Morgan FF Equity A	645 800,00	663 365,76	645 800,00	723 296,00	—	—	—
Newton Int. Growth Fund	914 606,00	811 804,29	914 606,00	842 352,13	—	—	—
HSBC Global Pan Europe	1 903 240,00	1 584 827,95	1 903 240,00	1 832 344,31	3 068,12	—	—
Global Equities/Ac globa	4 435 000,00	3 867 940,90	4 435 000,00	4 336 454,30	—	—	—
CaixaGest Rend Cresc 2011	—	—	1 000 000,00	990 940,00	—	—	(a)
Fundo em USD	3 990 383,03	6 018 250,77	3 990 383,03	5 707 930,44	—	—	—
<i>Totais</i>	24 508 338,24	25 690 307,05	25 508 338,24	28 577 992,81	104 316,63	—	

(a) Aquisição em 2006.

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

FAT — Fundo de Acidentes de Trabalho

Balço de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006

	ACTIVO			2005 — Activo líquido
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
Imobilizado:				
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	—	—	—	—
Obrigações e títulos de participação	248 152,88	248 151,95	0,93	—
Outras aplicações financeiras	3 004 544,48	32 195,35	2 972 349,13	2 829 131,05
	<u>3 252 697,36</u>	<u>280 347,30</u>	<u>2 972 350,06</u>	<u>2 829 131,05</u>
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	—	—	—	—
Contribuintes, c/c	11 425,91	—	11 425,91	10 677,71
Utentes, c/c (responsáveis de sinistros)	443 542,62	—	443 542,62	259 486,11
Devedores pela execução do orçamento	—	—	—	—
Estado e outros entes públicos	—	—	—	—
Outros devedores	15 628,21	8 884,84	6 743,37	6 743,37
	<u>470 596,74</u>	<u>8 884,84</u>	<u>461 711,90</u>	<u>276 907,19</u>
Títulos negociáveis:				
Títulos de dívida pública	—	—	—	—
Conta no tesouro, depós. em instit. financeiras e caixa:				
Conta no tesouro	28 443 305,48	—	28 443 305,48	4 653 556,58
Depósitos á ordem	3 900 166,78	—	3 900 166,78	5 521 413,77
Depósitos a prazo	—	—	—	—
Caixa	872,26	—	872,26	903,11
	<u>32 344 344,52</u>	—	<u>32 344 344,52</u>	<u>10 175 873,46</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	3 763 858,51	—	3 763 858,51	3 512 189,55
Custos diferidos	5 876,99	—	5 876,99	5 756,11
	<u>3 769 735,50</u>	—	<u>3 769 735,50</u>	<u>3 517 945,66</u>
Total de amortizações	—	—	—	—
Total de provisões	—	<u>289 232,14</u>	—	—
Total do activo	39 837 374,12	—	39 548 141,98	16 799 857,36

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

	2006	2005
Fundos próprios:		
Património:		
Transferência do Fundap	61 451 739,90	61 451 739,90
Transferência do FGAP	(8 533 075,44)	(8 533 075,44)
Transferência de responsabilidades	(559 721 072,23)	(559 721 072,23)
Resultado transitados	111 246 281,43	48 156 952,11
Resultado líquido do exercício	67 160 231,69	63 089 329,32
Total dos fundos próprios	<u>(328 395 894,65)</u>	<u>(395 556 126,34)</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões	359 347 582,00	396 927 185,00
Provisões para IBNR	2 303 603,00	2 303 603,00
	<u>361 651 185,00</u>	<u>399 230 788,00</u>

	2006	2005
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Fornecedores, c/c	404,58	11 782,78
Credores p/ execução do orçamento	—	—
Adiantamentos de clientes cont. e utentes	—	—
Estado e outros entes públicos	—	—
Outros credores:		
Remunerações a liquidar	20,59	297,55
Outros credores	10 603,22	10 461,42
Sinistros a reembolsar	443 542,58	259 486,07
	<u>454 570,97</u>	<u>282 027,82</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	<u>5 838 280,66</u>	<u>12 843 167,88</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>367 944 036,63</u>	<u>412 355 983,70</u>
<i>Total dos fundos próprios e passivo</i>	<u>39 548 141,98</u>	<u>16 799 857,36</u>

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Demonstração dos resultados de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006

	CUSTOS E PERDAS			
	2006		2005	
Fornecimentos serviços externos		452 203,81		321 305,08
Custos com o pessoal:				
Remunerações	317 092,75		291 764,49	
Encargos sociais:				
Pensões	66 400,00		63 180,00	
Outros	<u>109 371,31</u>	492 864,06	<u>97 499,57</u>	452 444,06
Transferências correntes concedidas e prestações sociais:				
Responsabilidades — seguradoras	31 540 485,59		55 224 659,94	
Responsabilidades — pensionistas	<u>5 813 643,05</u>	37 354 128,64	<u>5 527 686,25</u>	60 752 346,19
Provisões do exercício:				
Provisões para responsabilidades com pensões	6 357 796,00		2 303 603,00	
Outras provisões do exercício	<u>—</u>	6 357 796,00	<u>—</u>	2 303 603,00
Outros custos e perdas operacionais		<u>—</u>		<u>—</u>
(A)		44 656 992,51		63 829 698,33
Custos e perdas financeiras:				
Provisões para aplicações financeiras	—		—	
Outros custos e perdas financeiras	<u>17 962,77</u>	17 962,77	<u>11 170,88</u>	11 170,88
(C)		44 674 955,28		63 840 869,21
Custos e perdas extraordinários		<u>—</u>		<u>53,47</u>
(E)		44 674 955,28		63 840 922,68
Resultado líquido do exercício		<u>67 160 231,69</u>		<u>63 089 329,32</u>
		111 835 186,97		126 930 252,00

PROVEITOS E GANHOS

	2006		2005	
Impostos, taxas e outros:				
Empresas de seguros	63 712 485,31		61 954 986,17	
Coimas e penalidades por contra-ordenação	<u>2 691 195,16</u>	66 403 680,47	<u>1 416 675,24</u>	63,371,661,41

	2006	2005
Transferências e subsídios correntes obtidos:		
Reversões reembolsos e outras	1 111 446,68	617 763,00
(B)	67 515 127,15	63 989 424,41
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros de aplicações financeiras	204 721,06	8,547,94
Rendimentos de participações de capital	—	1 880,59
Outros proveitos e ganhos financeiros	21,93	61,97
(D)	67 719 870,14	63 999 914,91
Proveitos e ganhos extraordinários:		
Anulação de provisões para pensões	43,937 399,00	62 678,315,00
Outros proveitos e ganhos extraordinários	177 917,83	252 022,09
(F)	111 835 186,97	126 930 252,00
Resumo:		
Resultados operacionais (B)–(A) =	22 858 134,64	159 726,08
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	186 780,22	(680,38)
Resultados correntes (D)–(C) =	23 044 914,86	159 045,70
Resultado líquido do exercício (F)–(E) =	67 160 231,69	63 089 329,32

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Fluxos de caixa de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006

RECEBIMENTOS

Capit.	Grup.		2006
		Saldo da gerência anterior	10 175 873,46
		Execução orçamental	10 171 438,01
		De dotações orçamentais (OE)	—
		De receitas próprias	10 171 438,01
16	01	Na posse do serviço	10 171 438,01
		Na posse do tesouro 4 653 547,58 euros.	
		De receita do Estado	—
		De operações de tesouraria	4 435,45
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receitas do Estado	
		Receitas	67 950 954,30
		Dotações orçamentais (OE)	—
		Receitas próprias	67 502 577,90
		Correntes	67 502 577,90
04	01	Taxas	63 520 840,42
04	02	Multas e outras penalidades	2 690 895,88
05	01	Juros — Soc. e quase soc. não financeiras	—
05	02	Juros — Sociedades financeiras	144 698,41
05	03	Juros — Administração pública	—
05	06	Juros — Resto do Mundo	—
06	01	Sociedades e quase soc. não financeiras	1 111 446,68
15	01	Reposições não abatidas nos pagamentos	34 696,51
		Capital	—
11	03	Títulos a médio e longo prazos	—

Capit.	Grup.		2006
		Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias	—
		Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades	448 376,40
17	01	Receita do Estado	15 470,84
17	02	Operações de tesouraria	432 905,56
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receitas do Estado	
		Operações de tesouraria	
		<i>Total geral</i>	78 126 827,76

PAGAMENTOS

Capit.	Grup.		2006
		Despesas	45 782 483,24
		Despesas orçamentais (OE)	—
		Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos	45 333 483,10
		Correntes	45 333 483,10
01	01	Remunerações certas e permanentes	309 492,75
01	02	Abonos variáveis ou eventuais	28 580,00
01	03	Segurança Social	139 323,32
02	02	Aquisição de serviços	501 780,99
04	02	Transferências correntes — Soc. Financeiras	38 554 614,41
04	08	Transferências correntes — Famílias	5 781 791,34
06	02	Diversas	17 900,29
		Capital	—
09	03	Títulos a médio longo prazo	—
09	07	Ações e outras participações	—
09	08	Unidades de participação	—
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias	—
		Descontos em vencimentos e salários	
		Receita do Estado	
		Operações de tesouraria	
		Importâncias entregues ao Estado e outras entidades	449 000,14
12	01	Receita do Estado	17 565,80
12	02	Operações de tesouraria	431 434,34
		Saldo para a gerência seguinte	32 344 344,52
		Execução orçamental	32 340 216,19
		De dotações orçamentais (OE)	—
		De receitas próprias	32 340 216,19
		Na posse do serviço	32 340 216,19
		Na posse do Tesouro — 28 443 305,48 euros.	
		De receita do Estado	—
		De operações de tesouraria	4 128,33
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado	
		<i>Total geral</i>	78 126 827,76

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006:

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do P.O.CP.

Notas aplicáveis: 8.2.3, 8.2.4, 8.2.7, 8.2.23, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1 e 8.3.5.

3 — Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às contas do balanço e da demonstração dos resultados:

Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros estão contabilizados ao custo de aquisição, e as provisões foram efectuadas com base nas cotações de 31 de Dezembro de 2006.

4 — As cotações utilizadas na conversão em euros das contas incluídas no balanço e demonstração dos resultados, originariamente expressas noutra moeda, foram as taxas de câmbio estabelecidas pelo Banco Central Europeu, à data de 31 de Dezembro de 2006. Apuraram-se, neste caso, diferenças de câmbio desfavoráveis de 61,59 euros e favoráveis 21,93 euros.

7 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões:

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Proveitos para investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	423 564,49	0,89	143 218,08	280 347,30

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Saldo final	Transf. e abates
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas	—	—	—	—	—
Obrigações e títulos de participação	248 151,07	1,81	—	—	248 152,88
Títulos da dívida pública	4 583,95	—	—	—	4 583,95
Fundos de investimento	2 999 960,53	—	—	—	2 999 960,53
<i>Total</i>	3 252 695,55	1,81	—	—	3 252 697,36

23 — O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica de outros devedores e credores é de 8 884,84 euros.

31 — Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

Código das contas	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	8 884,84	—	—	8 884,84
292	Provisões para riscos e encargos:				
	Para pensões	396 927 185,00	6 357 796,00	43 937 399,00	359 347 582,00
	Para IBNR	2 303 603,00	—	—	2 303 603,00
49	Provisões para investimentos financeiros:				
	Partes de capital	—	—	—	—
	Obrigações e títulos de participação	248 151,06	0,89	—	248 151,95
	Outros investimentos financeiros	175 413,43	—	143 218,08	32 195,35
	<i>Total</i>	399 663 237,33	6 357 796,89	44 080 617,08	361 940 417,14

32 — Fundo patrimonial — movimentos ocorridos no exercício:

Rubricas	Saldo inicial (creditor/devedor)	Movimentos do exercício		Saldo final (creditor/devedor)
		Débito	Crédito	
Património	(506 802 407,77)	—	—	(506 802 407,77)
Resultados transitados	48 156 952,11	—	63 089 329,32	111 246 281,43
Resultado líquido do exercício	63 089 329,32	63 089 329,32	67 160 231,69	67 160 231,69
<i>Total</i>	(395 556 126,34)	63 089 329,32	130 249 561,01	(328 395 894,65)

37 — Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS

	2006	2005
681 — Juros suportados	—	—
684 — Provisões para aplicações financeiras	0,89	—
685 — Diferença de câmbio desfavorável	61,59	7,57
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiras	17 900,29	11 163,31
Resultados financeiros	186 780,22	(680,38)
	204 742,99	10 490,50

PROVEITOS E GANHOS

	2006	2005
781 — Juros obtidos	204 721,06	10 428,53
784 — Rendimentos de participações de capital	—	—
785 — Diferença de câmbio favorável	21,93	61,97
787 — Ganhos na alienação na aplicação de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	—	—
	<u>204 742,99</u>	<u>10 490,50</u>

38 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2006	2005
694 — Perdas em imobilizações	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	53,47
698 — Outros custos e perdas extraordinários	—	—
Resultados extraordinários	<u>44 115 316,83</u>	<u>62 930 283,62</u>
	<u>44 115 316,83</u>	<u>62 930 337,09</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2006	2005
794 — Ganhos em imobilizações	—	—
796 — Reduções de amortizações e provisões	44 080 617,08	62 930 202,69
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	34 699,75	134,40
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	<u>44 115 316,83</u>	<u>62 930 337,09</u>

39 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

39.1 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2006 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição (em euros):

Acréscimos de proveitos:

Juros de depósitos	62 106,40
Juros de obrigações	40,44
Receitas de Dezembro de 2006	<u>3 701 711,67</u>
	<u>3 763 858,51</u>

Custos diferidos:

Renda edifício Avenida da República	<u>5 876,99</u>
---	-----------------

Acréscimos de custos:

Encargos com férias e subsídios de férias a pagar em 2007	60 556,80
Responsabilidades de Nov. e Dez. de 2006	5 777 723,86
Diversos	—
	<u>5 838 280,66</u>

39.2 — Nos investimentos financeiros foram contabilisticamente reconhecidas apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e consequentemente melhor análise da rentabilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos e as perdas potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de Dezembro de 2006, com as mais e menos-valias.

Rubricas	Valor de aquisição	Perdas potenciais (provisões)	Ganhos potenciais	Valor de cotação em 31 de Dezembro de 2006
Partes de capital	—	—	—	—
Fundos de investimento	2 999 960	30 794	355 547	3 324 713
Obrigações e títulos de participação	248 153	248 152	—	1
Títulos da dívida pública	<u>4 584</u>	<u>1 401</u>	<u>—</u>	<u>3 183</u>
<i>Total</i>	<u>3 252 697</u>	<u>280 347</u>	<u>355 547</u>	<u>3 327 897</u>

3 — Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução:

3.1 — Alterações orçamentais:

1 — Despesa:

Classificação económica		Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Repos. abatidas aos pagam.	Dotações corrigidas	Observ.
			Transf. de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento de despesa)	Modif. na redacção da rubrica			
Códigos	Descrição		Reforços	Anul.					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Despesas correntes:									
01	Despesas com o pessoal:								
01 01 04	Pessoal do quadro — RCIT	250 000	1 500	—	—	—	—	251 500	—
01 01 06	Pessoal de contrato a termo	3 000	—	3 000	—	—	—	—	—
01 01 14	Subsídios de férias e de Natal	42 200	1 500	—	—	—	—	43 700	—
02	Aquisição de bens e serv. correntes		25 000	—	—	—	—		
02 02 25	Outros serviços	15 000	25 000	—	—	—	—	40 000	—
04	Transferências correntes		—	25 000	—	—	—	—	—
04 08 02	Outras	9 600 000	—	25 000	—	—	—	9 575 000	
	Total		28 000	28 000	—				

2 — Receita:

Classificação económica		Alterações orçamentais				Previsões corrigidas	Observ.
		Previsões iniciais	Créditos especiais	Reforços	Anulações		
Códigos	Descrição						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
Receitas de capital:							
15	Reposições não abatidas aos pagamentos		—	35 000	—		
15 01 01	RNAP	—	—	35 000	—	35 000	—
16	Saldo da gerência anterior		—	8 266 914	—		
16 01 01	Na posse dos serviços	1 904 524	—	8 266 914	—	10 171 438	—
	<i>Total</i>		—	8 301 914	—		

3.5 — Aplicações em activos de rendimento fixo e variável:

Obrigações e títulos de participação:

Entidades	Valor em 1 de Jan. de 2006		Valor em 31 de Dez. de 2006		Rendimento		Observ.
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido para cobrar	
Taxa variável:							
Somec/94	149 500,00	—	149 500,00	—	—	—	—
CGD — Valor Real 98/08	0,49	0,51	0,49	0,57	0,02	—	(a)
BTA — Obrigações caixa — 1.ª série/96	0,97	0,97	—	—	0,02	—	—
Sonae Investimentos/97-07	0,90	0,90	0,45	0,45	0,02	—	—
<i>Total</i>	149 502,36	2,38	149 500,94	1,02	0,06		

(a) Reembolsadas em 2006.

Títulos de dívida pública:

Entidades	Valor em 1 de Jan. de 2006		Valor em 31 de Dez. de 2006		Rendimento		Observ.
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido para cobrar	
Consolidado 41 — 3,5%	2 843,15	2 374,03	2 843,15	2 047,07	83,57	26,39	—
Consolidado 41 — 3,5%	977,64	816,33	977,64	703,90	58,29	9,07	—
Consolidado 42 — 3%	14,96	10,70	14,96	9,21	0,44	0,15	—
Consolidado 43 — 2,75%	748,20	488,20	748,20	422,73	20,56	4,83	—
<i>Totais</i>	4 583,95	3 689,26	4 583,95	3 182,91	162,86	40,44	

Unidades de participação em fundos de investimento:

Entidades	Valor em 1 de Jan. de 2006		Valor em 31 de Dez. de 2006		Rendimento		Observ.
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Vencido e cobrado	Vencido para cobrar	
JP Morgan Ff Equitya	64 628,70	150 741,60	64 628,70	164 360,00	—	—	—
Newton Int. Growth Fund	207 865,00	184 500,97	207 865,00	186 558,84	—	—	—
HSBC Global Pan Europe	436 953,33	360 159,40	436 953,33	400 394,58	699,34	—	—
Invesco Gtpan European A	85 905,87	350 267,58	85 905,87	401 227,32	—	—	—
Euro Futuro Banca e Seg.	260 850,00	277 537,10	260 850,00	315 414,60	—	—	—
Euro Futuro Defensivo	217 425,00	219 979,31	217 425,00	247 621,85	—	—	—
Euro Futuro Ciclico	325 750,00	357 167,94	325 750,00	384 351,12	—	—	—
Euro Futuro Telecomunicações	571 350,00	196 201,59	571 350,00	221 343,28	—	—	—
Acções Globa	1 026 245,00	895 029,31	1 026 245,00	1 003 441,84	—	—	—
<i>Totais</i>	<i>3 196 972,90</i>	<i>2 991 584,80</i>	<i>3 196 972,90</i>	<i>3 324 713,42</i>	<i>699,34</i>	<i>—</i>	

O Conselho Directivo: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *António Manuel da Silva Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Fernandes Homem de Lucena*, vogal — *Rui Carlos Alvarez Carp*, vogal. — O Técnico de Contas, *Mário G. Matos*. — A Directora Financeira, *Maria Jacinta Dias*.

Relatório e parecer da comissão de fiscalização

1 — A Comissão de Fiscalização (CF) do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) vem apresentar, nos termos do estatuto desta entidade, o relatório e o parecer sobre o relatório de actividade e as contas anuais elaborados pelo conselho directivo, referentes ao exercício de 2006.

Os documentos de prestação de contas integram as contas do ISP, as contas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA), as contas do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) e as contas globais, agregando aquelas outras três.

Relatório:

2 — A CF acompanhou a actividade de gestão do ISP em 2006, tendo obtido informações e esclarecimentos em reuniões com o Conselho Directivo (CD) e com os responsáveis pelos serviços, de todos tendo recebido apoio para a execução das suas tarefas, devendo salientar-se a colaboração profissional e permanente disponibilidade da directora financeira.

Neste domínio, foram objecto de análise as actas do conselho directivo e outros documentos, nomeadamente os respeitantes à informação financeira e contabilística.

3 — A CF acompanhou a actividade desenvolvida pelo ROC, através das exposições que o mesmo efectuou nas reuniões, tendo em atenção os trabalhos de auditoria que são realizados pela externa KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A.

4 — A CF apreciou também, com as devidas atenção e profundidade, os relatórios e pareceres elaborados por aquela sociedade de revisores oficiais de contas, membro de uma auditora internacional, relativos às auditorias e certificações das demonstrações financeiras pela mesma realizada.

5 — Pela sua importância, a CF regista com satisfação e congratula-se com a excelente classificação atribuída pelo Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Financial Sector Assessment Program (FSAP), ao sector segurador Português e ao ISP, com a sua actividade de regulação e supervisão, o que distingue Portugal como uma referência internacional.

6 — O resultado líquido positivo do ISP no exercício de 2006 ascendeu a 1 021 916,96 euros, tendo o do ano precedente ascendido a 1 309 576,92 euros.

7 — No FGA, o resultado líquido do exercício de 2006 foi positivo de 1 224 505,51 euros, enquanto no ano anterior havia sido de 3 764 261,87 euros.

8 — Quanto ao FAT, o resultado líquido do exercício de 2006 foi positivo, no montante de 67 160 231,69 euros, tendo sido no ano anterior também positivo de 63 089 329,32 euros.

9 — Em 31 de Dezembro de 2006, os fundos próprios do FGA, integrados pelos 103 resultados transitados e pelo resultado líquido do exercício do ano, eram de 102 973 008,37 euros, tendo aumentado cerca de 1,2% em relação ao final de 2005.

10 — Também em 31 de Dezembro de 2006, os fundos próprios do FAT eram negativos em 328 395 894,65 euros, como resultante da transferência do património negativo do extinto Fundo de Garantia e Actualização de Pensões (FGAP), da transferência de responsabilidades, havendo apenas a compensar, parcialmente, as anteriores importâncias negativas o valor do património transferido do extinto Fundo de Actualização de Pensões de Acidentes de Trabalho (FUNDAP) e os últimos resultados positivos do FAT.

11 — Os investimentos financeiros do FGA e do FAT estão contabilizados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para menos-valias potenciais.

No FGA, em 31 de Dezembro de 2006, o valor de aquisição dos investimentos financeiros, excluindo imóveis e terrenos e recursos naturais, era de 212 345 435 euros, e o montante das provisões constituídas ascendia a 3 533 457 euros.

Relativamente ao FAT, os montantes referentes às mesmas data e rubricas eram de 3 252 697 euros e de 280 347 euros, respectivamente.

12 — O relatório de actividade do conselho directivo expressa pormenorizadamente os principais factos e o desenvolvimento da gestão do ISP, do FGA e do FAT em 2006 e apresenta as perspectivas para 2007.

13 — Os documentos de prestação de contas, designadamente o relatório de actividade e as demonstrações financeiras, observam as disposições legais aplicáveis e permitem compreender a situação financeira e os resultados apurados em 2006.

14 — Em conformidade com o artigo 30.º, n.º 2, do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, o resultado líquido do exercício de 2006 positivo do ISP, como se afirmou, no montante de 1 021 916,96 euros, transita para 2007.

Os resultados líquidos do exercício de 2006 positivos do FGA e do FAT, de 1 224 505,51 euros e de 67 160 231,69 euros, respectivamente, transitam, como habitualmente, para o ano seguinte, continuando a integrar os valores dos fundos.

15 — A comissão de fiscalização apreciou a certificação legal das contas emitida pelo ROC, documento que mereceu a sua concordância.

16 — A execução orçamental no exercício de 2006, foi a seguinte:

ISP:

Receitas totais 100%;
Receitas correntes 100%;
Receitas de capital 101%;
Despesas totais 85%;
Despesas correntes 86%;
Despesas de capital 85%.

FGA:

Receitas totais 102%;
Receitas correntes 104%;
Receitas de capital 101%;
Despesas totais 71%;
Despesas correntes 90%;
Despesas de capital 54%.

FAT:

Receitas totais 112%;
Receitas correntes 113%;
Receitas de capital 100%;
Despesas totais 77%;
Despesas correntes 77%.

17 — A comissão de fiscalização agradece a referência à sua cooperação feita pelo conselho directivo no seu relatório, a qual é, naturalmente, sempre prestada sem prejuízo da independência no exercício das suas funções específicas.

Parecer:

18 — Em face do exposto, a comissão de fiscalização é de parecer que o relatório de actividade e as contas do exercício de 2006 apresentados pelo conselho directivo merecem aprovação.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — A Comissão de Fiscalização: *Álvaro Pinto Correia*, presidente — *Manuel de Lima Dias Martins*, vogal — *José Rodrigues de Jesus*, vogal e revisor oficial de contas.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras do Instituto de Seguros de Portugal, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 14 680 604,85 euros e um total de fundos próprios de 10 136 388,95 euros, incluindo um resultado líquido de 1 021 916,96 euros), a demonstração dos resultados, os mapas de controlo orçamental e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho directivo, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

7 — *Opinião.* — Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Seguros de Portugal em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector público em Portugal.

8 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:

8.1 — As demonstrações financeiras do Instituto de Seguros de Portugal são objecto de auditoria pela KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., que emitiu sobre as

mesmas, em 23 de Março de 2007, uma opinião sem reservas nem ênfases.

8.2 — O Fundo de Garantia Automóvel é um fundo autónomo integrado no Instituto de Seguros de Portugal, entidade legalmente responsável pela sua gestão técnica e financeira. As demonstrações financeiras deste Fundo são objecto de auditoria pela KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., que emitiu sobre as mesmas, em 23 de Março de 2007, uma opinião sem reservas nem ênfases.

8.3 — O Fundo de Acidentes de Trabalho é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Instituto de Seguros de Portugal, a quem compete a sua gestão técnica e financeira. As demonstrações financeiras deste Fundo são objecto de auditoria pela KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., que emitiu sobre as mesmas, em 23 de Março de 2007, uma opinião sem reservas e com a seguinte ênfase:

«Chamamos a atenção para o facto de o FAT — Fundo de Acidentes de Trabalho apresentar fundos próprios negativos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, nos montantes de 328 395 894 euros e 395 556 126 euros, respectivamente. Estes valores resultam, essencialmente, da relevação contabilística das responsabilidades, calculadas numa base actuarial, pelo pagamento de pensões nos termos do estipulado no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril.

O equilíbrio económico e financeiro do FAT — Fundo de Acidentes de Trabalho será obtido através das receitas definidas no artigo 3.º do citado decreto-lei, designadamente as decorrentes das percentagens a cobrar anualmente pelas empresas de seguros aos tomadores de seguros sempre que sejam processados prémios da modalidade Acidentes de Trabalho e das percentagens a suportar pelas empresas de seguros sobre o valor correspondente ao capital de remição das pensões em pagamento em 31 de Dezembro de cada ano. Dadas as características daquelas receitas, as mesmas apenas serão registadas contabilisticamente aquando do seu recebimento.»

Lisboa, 26 de Março de 2007. — O Revisor Oficial de Contas, *José Rodrigues de Jesus*.

Relatório dos auditores (Instituto de Seguros de Portugal)

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras do Instituto de Seguros de Portugal as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 14 680 605 euros, e um total de fundos próprios de 10 136 389 euros, incluindo um resultado do exercício de 1 021 917 euros), as demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho directivo a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto de Seguros de Portugal, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho directivo, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Seguros de Portugal, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e com o Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Lisboa, 23 de Março de 2007. — KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Ana Cristina Soares Valente Dourado*.

Relatório dos auditores (Fundo de Garantia Automóvel)

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras do Fundo de Garantia Automóvel as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 299 523 782 euros, e um total de fundos próprios de 102 973 008 euros, incluindo um resultado do exercício de 1 224 505 euros), as demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho directivo a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo de Garantia Automóvel, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho directivo, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Garantia Automóvel, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e com o Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Lisboa, 23 de Março de 2007. — KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Ana Cristina Soares Valente Dourado*.

Relatório dos auditores (Fundo de Acidentes de Trabalho)

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras do Fundo de Acidentes de Trabalho as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 39 548 142 euros, e um total de fundos próprios negativos de 328 395 894 euros, incluindo um resultado do exercício de 67 160 232 euros), as demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho directivo a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo de Acidentes de Trabalho, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho directivo, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Acidentes de Trabalho, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e com o Plano Oficial de Contabilidade Pública.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião acima expressa, chamamos a atenção para o facto de o FAT — Fundo de Acidentes de Trabalho apresentar fundos próprios negativos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, nos montantes de 328 395 894 euros e 395 556 126 euros, respectivamente.

Estes valores resultam, essencialmente, da relevação contabilística das responsabilidades, calculadas numa base actuarial, pelo pagamento de pensões nos termos do estipulado no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril.

O equilíbrio económico e financeiro do FAT — Fundo de Acidentes de Trabalho será obtido através das receitas definidas no artigo 3.º do citado decreto-lei, designadamente as decorrentes das percentagens a cobrar anualmente pelas empresas de seguros aos tomadores de seguros sempre que sejam processados prémios da modalidade Acidentes de Trabalho e das percentagens a suportar pelas empresas de seguros sobre o valor correspondente ao capital de remição das pensões em pagamento em 31 de Dezembro de cada ano. Dadas as características daquelas receitas, as mesmas apenas são registadas contabilisticamente aquando do seu recebimento.

Lisboa, 23 de Março de 2007. — KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Ana Cristina Soares Valente Dourado*. 2611016074